

(Des)continuidade no envolvimento com o crime

Construção de identidade narrativa de ex-infratores

Ana Paula Soares da Silva

(Des)continuidade no envolvimento com o crime
Construção de identidade narrativa de ex-infratores



São Paulo
2003

© Desta edição – IBCCRIM

Produção Gráfica: Método Editoração e Editora Ltda.

Fone: (11) 289-1366 – Fax: (11) 289-0679

Capa: Luis Colombo e Lili Lungarezi

INSTITUTO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS CRIMINAIS (IBCCRIM)

Diretoria Executiva para o biênio 2003/2004

Presidente: Marco Antonio Rodrigues Nahum; **1.º Vice-Presidente:** Maurício Zanoide de Moraes;

2.º Vice-Presidente: Maria Thereza Rocha de Assis Moura;

1.º Secretário: Dyrceu Aguiar Dias Cintra Júnior; **2.º Secretário:** Sérgio Mazina Martins; **1.º Tesoureiro:**

Ivan Martins Motta; **2.º Tesoureiro:** Benedito Roberto Garcia Pozzer

Coordenadores-Chefes dos Departamentos:

Biblioteca: Olga Espinoza Mavila; **Boletim:** Celso Eduardo Faria Coracini;

Cursos: Janaina C. Paschoal; **Estudos e Projetos Legislativos:** Gustavo Henrique Righi Ivahy Badaró;

Internet: Heloísa Estellita; **Relações Internacionais:** Ana Lúcia Sabadell;

Revista Brasileira de Ciências Criminais: Theodomiro Dias Neto;

Iniciação Científica: Alvinio Augusto de Sá; **Pós-Graduação:** Renato de Mello

Jorge Silveira; **Redes Internacionais:** Ana Sofia Schmidt de Oliveira;

Núcleo de Pesquisas: Alessandra Teixeira

Presidentes das Comissões:

Convênios: Mariângela Lopes Neistein; **Estudos e Debates:** Mariângela Gama de Magalhães Gomes;

História: Tadeu Antonio Dix Silva; **Monografias:** Carmen Silvia de Moraes Barros; **Seminário**

Internacional: Theodomiro Dias Neto

Membros da Comissão de Monografias:

André Gustavo Isola Fonseca, Angélica de Maria Mello de Almeida, Inês Thomaz, Rafael Ramia

Muneratti e Vinicius de Toledo Piza Peluso

Rua 11 de agosto, 52, 2.º andar

CEP 01018-010 – São Paulo, SP, Brasil

Tel.: (xx 55 11) 3105-4607 (tronco-chave)

<http://www.ibccrim.org.br> — e-mail: publicacoes@ibccrim.org.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Silva, Ana Paula Soares da

(Des)continuidade no envolvimento com o crime construção de identidade narrativa de ex-infratores / Ana Paula Soares da Silva. – São Paulo : IBCCRIM, 2003.

Bibliografia.

1. Continuidade 2. Ex-infratores 3. Psicologia criminal I. Título

03-6217

CDU-343.95

Índices para catálogo sistemático:

1. Ex-infratores : Continuidade e descontinuidade
no crime : Psicologia criminal 343.95

TODOS OS DIREITOS DESTA EDIÇÃO RESERVADOS

Impresso no Brasil – Printed in Brazil

2003

*Para os participantes,
pela disposição
em compartilhar
suas vidas.*

AGRADECIMENTOS ■

Este livro só foi possível graças a muitos encontros que tive ao longo de minha formação e de minha vida. Encontros com livros e seus autores, com saberes específicos, com instituições e, principalmente, com pessoas incríveis e estimuladoras, que efetivamente promovem o nosso desenvolvimento.

Um desses encontros felizes ocorreu com a Profa. Maria Clotilde Rossetti-Ferreira, a quem sou especialmente grata. Ao longo de alguns anos, de modo sempre vivo, ela me concedeu oportunidades, proporcionou-me contatos, depositou em mim confiança, colocou-me num lugar de companheira, foi parceira. Como sempre lhe digo, será minha eterna orientadora.

Também prazerosos e produtivos foram os encontros com duas outras pessoas que contribuíram enormemente, em diferentes fases da pesquisa, dialogando comigo, orientando leituras e o meu olhar para novas possibilidades de interpretação. São eles: Hubert J. M. Hermans, que me acolheu em um estágio na Katholieke Universiteit Nijmegen (Holanda); Ana Maria Almeida Carvalho (IPUSP), minha querida amiga “meia-xará”.

Não poderia deixar de agradecer àqueles que contribuíram em encontros mais formais, na qualificação e na defesa da tese que resultou esse livro, os professores: Ana Luiza B. Smolka (UNICAMP), Ângela U. Branco (UnB), Carmem Craidy (UFRGS), Fernando L. G. Rey (UnB), Livia Mathias Simão (IPUSP), Marisa Japur (FFCLRP-USP), Mary Jane Spink (PUC-SP).

Sou também muito grata àqueles que encontro cotidianamente no nosso CINDEDI, Alda, Ana Laura, Célia, Denise, Delma, Jô, Kátia, Mara, Nina, Ronie, Rosa, Taís e Tati, interlocutores de corretores, almoços, projetos, relatórios e reuniões. Muitas reuniões!

É claro, não podia faltar o agradecimento àqueles que me possibilitaram e possibilitam, de modo permanente e diferenciado, o encontro com a vida e o amor: Luizinho e Bete (meus pais), Marta (minha irmã) e seus dois homens (Evandro e João Pedro), meu irmão (Ju) e meu grande companheiro (Tião).

Por fim, agradeço o apoio institucional que recebeu minha pesquisa. Sou muito grata à FAPESP, pelo financiamento recebido em parte do doutorado, fundamental para o desenvolvimento do trabalho e para a minha formação enquanto pesquisadora. Ao CNPq, pelo auxílio ao Projeto Integrado do nosso grupo de pesquisa. Às Pró-Reitorias de Pós-Graduação, de Pesquisa e de Cultura e Extensão, da USP. Ao Departamento de Psicologia e Educação e à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (FFCLRP-USP).

PREFÁCIO ■

Tanto no saber popular como em inúmeras discussões acadêmicas, o envolvimento com o crime aparece como um processo de difícil reversão.

Crianças e jovens pegos em práticas infracionais são frequentemente enredados nessa crônica de uma sócio/psicopatia anunciada. E, quando pertencem às camadas mais excluídas da sociedade, torna-se particularmente difícil libertarem-se desse percurso.

Esse discurso, que atrela à prática infracional uma noção de forte estabilidade ao longo da vida, é produto das significações sociais historicamente construídas que, concretamente, produzem e reproduzem as condições de existência.

Daí deriva a forte descrença popular nas chances e possibilidades de reeducação. Deriva também a imposição de se submeter as pessoas em conflito com a lei a um punitivo controle, com uma total separação e exclusão da sociedade, ou até a sua eliminação através da pena de morte.

Essa visão tem sido alimentada por uma linha de estudos dominante na psicologia do desenvolvimento que advoga a persistência de traços de comportamento e personalidade, adquiridos nas experiências infantis.

Interessadas em analisar o reverso dessa história, Ana Paula e eu, como sua orientadora, pensamos inicialmente em entrevistar pessoas que, após terem se envolvido em práticas criminais, assumiram novos percursos de vida. Interessava-nos explorar o processo que havia possibilitado e promovido essa mudança de rumos.

Os primeiros contatos com possíveis participantes da pesquisa levaram-nos a perceber que essa concepção de ruptura e redirecionamento de rumo era bastante ingênua e simplista. As entrevistas permitiram vislumbrar histórias e realidades muito mais fragmentadas, dinâmicas e contraditórias, onde continuidades e descontinuidades se mesclavam em (des)continuidades.

Além disso, como foi descobrindo Ana Paula na análise de suas entrevistas, ao se enveredar e considerar processos de desenvolvimento a partir da perspectiva e do ponto de vista da pessoa, faz-se necessário buscar novas abordagens para análise das vozes dos participantes efetivadas nas entrevistas.

Essa busca levou Ana Paula a tratar identidade não no sentido de depositar no indivíduo a responsabilidade por uma síntese e integração de si. Ela interessou-se em contemplar principalmente as relações a que os sujeitos se encontram articulados, pertencentes e submetidos, e o modo de atualização dessas relações em contextos historicamente situados. Partiu para uma concepção de *self* relacional, dialógico, complexo e situado. A concepção de dialogia de Mikhail Bakhtin, usada pelo professor Hubert Hermans, e a perspectiva teórico metodológica da Rede de Significações, recentemente proposta por mim e por nosso grupo de pesquisa, possibilitaram avançar na análise do material empírico.

Como esclarece Ana Paula, a diferença da abordagem em relação à literatura criticada está tanto na importância de se considerar síntese e fragmentação na construção da identidade de ex-infratores, como no entendimento de que a síntese antes de ser uma característica *a priori* que a pessoa possuiria, é o resultado de um processo construído, cultural e historicamente negociado, situado e vivenciado através do momento e dos tipos de interações estabelecidas entre as pessoas.

Assim, para o rompimento e modificação de uma trajetória de permanência no crime, novas redes de condições concretas e relacionamentos, e conseqüentemente de significações, precisam ser estruturadas, configurando novos sentidos, lugares e posições a serem assumidos pelas e atribuídos às pessoas, inserindo-as numa nova cultura, disponibilizando encontros com novos parceiros de interação, condições, situações e vozes.

As possibilidades de intervenção junto aos infratores e ex-infratores necessitam estar inseridas em uma rede de mudanças que considerem a multiplicidade, o caráter necessariamente relacional e fragmentado da pessoa e as múltiplas identidades disponibilizadas e ocupadas por ela em uma determinada sociedade. Uma rede de mudanças que supere os circunsritores, materiais e simbólicos, que concretamente delimitam os lugares possíveis de serem ocupados pelos infratores.

Esperamos que essa nova visão possa realmente vir a contribuir para abrir novos caminhos e entendimentos para o enfrentamento do problema, conforme sugerido pelo assessor *ad hoc* da FAPESP que, ao finalizar seu parecer sobre a tese, cujos relatos acompanhou durante todo seu percurso, comenta:

“Fundada em uma concepção dinâmica da formação da identidade, tecida no interior de redes de significações em que os clássicos problemas de continuidades e discontinuidades são retomados sob uma perspectiva interacionista, a tese percorre os rearranjos dinâmicos a que trajetórias de vida e identidades são constantemente submetidas. Se é assim, então problemas como recuperação dos direitos civis e políticas de reinserção social de sujeitos que experimentaram parte de sua existência no crime ganham nova amplitude e oferecem perspectivas de saída antes impensadas”.

Maria Clotilde Rossetti-Ferreira

Ribeirão Preto, 13 de novembro de 2003.

SUMÁRIO ■

Apresentação	15
Resumo	21
1. Repensando continuidades e descontinuidades no estudo sobre desenvolvimento e crime	23
1.1. Das continuidades	23
1.2. Das descontinuidades	34
2. Continuidades e descontinuidades de <i>si</i>	43
2.1. "Paradoxo" da continuidade e descontinuidade de <i>si</i>	43
2.2. Contribuições da perspectiva narrativista	48
3. Por uma abordagem dialógica e complexa de continuidade e descontinuidade de <i>si</i>	57
3.1. O <i>si mesmo</i> enquanto diálogo	57
3.2. Articulações com a perspectiva da Rede de Significações	65
4. Narrando as condições de produção do <i>corpus</i> da pesquisa	75
4.1. A indicação dos participantes	75
4.2. O levantamento das informações	77

4.3. Construção e análise do <i>corpus</i>	80
5. Narrando as posições identitárias de Juan	89
5.1. O contexto geral dos contatos estabelecidos com Juan	89
5.2. A entrevista	90
6. Narrando as posições de Salvador	109
6.1. O contexto geral dos contatos estabelecidos com Salvador	109
6.2. A primeira entrevista	113
6.3. A segunda entrevista	130
6.4. A terceira entrevista	140
7. Pontos em discussão	149
7.1 A multiplicidade das posições e suas implicações para a compreensão das continuidades e desconti- nuidades de <i>si</i>	149
7.2. Negociações <i>eu-outro</i> na entrevista biográfica tensionadas pelo contexto da criminalidade	151
7.3 Vozes do grupo social e do contexto da crimina- lidade	158
7.4 A identidade narrativa dialógica configurada enquanto rede: linhas de identidades relativas ou não ao contexto do crime	165
7.5 A favor tanto das continuidades como descon- tinuidades	171
Considerações finais	175
Bibliografia	183
Anexos	191

APRESENTAÇÃO ■

*"Quando eu nasci, veio um anjo safado,
o chato de um querubim.
E decretou que eu estava predestinado
a ser errado assim.
Já de saída minha estrada entortou.
Mas vou até o fim."*

Esse trecho da música *Até o fim*, de Chico Buarque, representa o início de algumas das principais inquietações que geraram esse trabalho. A problemática que ele aborda foi se compondo ao longo de alguns anos.

Num primeiro momento, antes mesmo da minha graduação em Psicologia, a partir de ações no Conselho da Comunidade da cadeia de minha cidade e de uma certa militância na área dos direitos humanos e dos direitos da criança e do adolescente, começou a se configurar para mim um sentimento de incômodo frente às concepções predominantemente deterministas e generalizantes sobre os criminosos e suas possibilidades de desenvolvimento. Concepções que estão impregnadas no cotidiano das relações sociais, que são veiculadas pela mídia e que ganham espaço em tempos em que os índices de criminalidade atingem patamares endêmicos e questionam a eficácia das instituições de controle social da violência.

Esse sentimento ganhou visibilidade e elementos questionadores quando, no Mestrado, realizei um amplo levantamento sobre os processos de adolescentes autores de atos infracionais junto à Vara da Infância e Juventude de Ribeirão Preto (SP), abordando o período de 1984 a 1996. Dentre os vários resultados encontrados,

chamou-me a atenção o fato da esmagadora maioria dos processos ser composta por ações bastante simples que, entretanto, engrossavam as estatísticas e avolumavam o resultado final da participação dos jovens no crime. Por outro lado, não havia como negar a existência de alguns percursos de envolvimento extremamente difíceis de serem rompidos, representando um processo de engajamento em atividades infracionais bastante sério, com reiteradas entradas e saídas do sistema de Justiça. Em alguns casos, em função desse envolvimento, o adolescente autor de ato infracional figurava como vítima da criminalidade, sendo morto antes mesmo da definição de alguma medida sócio-educativa.

Paralelamente à pesquisa sobre adolescentes em conflito com a lei, foi crescendo o meu interesse em questões relativas ao desenvolvimento humano e, conseqüentemente, suas articulações e relações com a criminologia. Foi sendo possível a introdução em uma literatura que trata exatamente da investigação dos processos de desenvolvimento relacionados ao contexto da criminalidade, ou melhor, dos processos de envolvimento com o crime ao longo do ciclo vital. Essa literatura novamente fez emergir aquele incômodo em relação às concepções deterministas sobre o desenvolvimento dos infratores, dando-lhe um novo ingrediente.

O destino anunciado pelo querubim de Chico Buarque não representava apenas aquelas vozes suscitadas no senso comum, mas também as oriundas dos trabalhos científicos. Seja do ponto de vista da produção do conhecimento básico, seja no sentido de fornecer subsídios para ações de intervenção, no geral, os trabalhos que eu entrava em contato apresentavam concepções que se centravam basicamente no indivíduo, determinado principalmente por suas primeiras experiências de vida.

Daí nasceu a idéia de investigar as histórias de vidas de homens que haviam rompido com trajetórias de envolvimento com o crime, com um destino anunciado tanto no senso comum como na literatura científica. Idéia de introduzir novas vozes na produção de um conhecimento que se dá na interlocução de áreas, onde a Psicologia mantém uma contribuição considerável. Vozes que, principalmente, pudessem trazer uma visão um pouco mais otimista da pessoa humana do que aquela preconizada por referenciais

deterministas de desenvolvimento, que aprisionam o sujeito à sua história e contexto anteriores. Vozes que, no mínimo, apresentassem uma concepção menos polarizada entre sujeito e meio, característica marcante dos estudos que ora assentam as explicações para o envolvimento com o crime (incluindo a permanência e/ou desistência) no indivíduo ora em fatores “externos” à pessoa.

Nos percursos teóricos e metodológicos que fomos trilhando, a partir inicialmente da perspectiva da *Rede de Significações*, fomos levadas a interagir com autores que lidam prioritariamente com a questão dos processos de construção de significado na constituição humana. Também o material empírico que produzimos – entrevistas biográficas – foi-nos forçando a buscar formas de análise compatíveis com nosso referencial, o que nos conduziu aos estudos sobre narrativa.

O caminho percorrido permitiu que trabalhássemos com a questão da continuidade e descontinuidade sob dois pontos de vista. Primeiro, abordando pesquisas no campo da criminologia e psicologia do desenvolvimento, que discutem o envolvimento com o crime ao longo da vida, as persistências no contexto de criminalidade, as saídas, os retornos e as motivações para esse movimento. Em segundo lugar, direcionando a investigação para as relações entre continuidades e descontinuidades na construção da identidade dos homens que tiveram experiência com a prática de delitos.

Nesse sentido, esse trabalho configura-se como uma reflexão sobre questões implicadas nas formas pelas quais as pessoas, que vivenciaram um contexto de criminalidade, constroem atualmente sentidos sobre *si* e os articulam com as vivências naqueles contextos. Pretende também contribuir para a construção de uma forma de olhar o material empírico articulando passado e presente e as complexidades dessa relação na construção da identidade de “infratores” e “ex-infratores”.

As marcas do nosso trajeto teórico e metodológico são encontradas no corpo do texto e a distribuição e a ordem dos capítulos permitem uma certa reconstrução desse percurso.

No Capítulo 1, é realizada uma leitura crítica, com base em revisão bibliográfica, acerca do modo como continuidade e des-

continuidade são tratadas nos estudos sobre desenvolvimento e crime. Argumenta-se que os estudos produziram predominantemente um olhar que privilegia o entendimento do desenvolvimento da prática infracional, ao longo do ciclo vital, a partir da perspectiva da estabilidade e da continuidade. Apresentando, num segundo momento, pesquisas que se inserem num contexto de investigação das descontinuidades e desistência do crime, defende-se que a produção resultante, embora tenha avançado significativamente, ficou marcada e restrita por uma abordagem cognitivista da atribuição de significados às ações humanas.

O Capítulo 2 trata de questões teórico-conceituais. O leitor é introduzido à questão da continuidade e descontinuidade de *si*, entendida como um “paradoxo” fundamental do processo de atribuição de sentido sobre *si mesmo*. Nos últimos anos, tem ganhado força uma interpretação narrativista sobre essa questão. São apresentadas as contribuições dessa perspectiva, em especial, derivadas das elaborações de Jerome Bruner. Discute-se suas limitações quando tratam a identidade pessoal narrativa a partir da tese do igualitário e não da diferença.

É a proposta de uma abordagem que contemple a dialogia e a complexidade como características fundantes da construção da identidade narrativa que é defendida no Capítulo 3. São descritas as perspectivas do *Dialogical Self* e da *Rede de Significações* como referenciais teóricos que podem fornecer elementos conceituais e metodológicos para uma abordagem do *si mesmo* enquanto múltiplo e dialógico. É trazido o conceito de posição, que será utilizado na forma de abordagem e de interpretação do *corpus*.

As condições de produção da pesquisa e as questões metodológicas são apresentadas no Capítulo 4.

Os Capítulos 5 e 6 são dedicados à análise descritiva dos dois casos investigados nesse trabalho: Juan e Salvador, respectivamente.

No Capítulo 7, são levantadas considerações que procuram articular os dois casos, apontando regularidades e especificidades no que se refere ao processo de narração e construção de *si*, possibilitado pela entrevista biográfica. Destacam-se as negocia-

ções *eu-outro* no jogo de posicionamentos entre entrevistador e entrevistado e também as negociações entre as posições narradas pelos participantes. Negociações que são possíveis de serem ainda verificadas através de misturas de tempos verbais, caracterizando a construção da identidade enquanto *não infrator* como carregada de conflitos e subordinada a mediações histórico-culturais numa sociedade que disponibiliza e veta lugares a serem ocupados por ex-infratores.

Ao final, são feitas considerações gerais sobre a questão da continuidade e descontinuidade na construção das identidades pessoais, discutindo-se brevemente as implicações para a prática junto aos infratores e ex-infratores de uma concepção múltipla de pessoa, defendida nesse trabalho.

A leitura do trabalho e as construções e amarrações que vão sendo realizadas no seu desenrolar não nos permitem uma negação completa da voz do querubim da música de Chico Buarque. Entretanto, abrem-nos para pensar que, embora possa parecer hegemônica, essa é apenas uma das múltiplas vozes que compõem o humano e o sujeito que se envereda pelo crime, que possui a possibilidade de ir sempre até o fim. Nas palavras de Bakhtin (1929/2002, p. 58), “enquanto o homem está vivo, vive pelo fato de ainda não se ter rematado a última palavra”.

RESUMO ■

Os estudos sobre desenvolvimento e criminalidade produziram um discurso que toma o comportamento infracional como um acontecimento investido de um alto padrão de repetição e estabilidade. Ao mesmo tempo em que refletem as concepções sociais, esses estudos orientam o interesse de investigação para a continuidade, negligenciando a existência de múltiplas trajetórias desenvolvimentais e legitimando o próprio conhecimento e discurso produzidos. Do ponto de vista empírico, verifica-se a predominância da identificação dos fatores envolvidos na manifestação da delinquência e no seu curso de desenvolvimento e, nesse sentido, as produções resultantes são discursos que falam *sobre* os infratores e não *a partir de* ou *com* eles. Nesse trabalho, defende-se a idéia de que para compreender os processos de desenvolvimento em contextos criminais, faz-se necessário considerar as significações atribuídas a esse fenômeno, principalmente por parte de quem o vivenciou. Desloca assim a discussão e a investigação sobre continuidade e descontinuidade para o âmbito da construção de identidades pessoais e sociais. Compartilhando uma concepção de pessoa humana múltipla, situada em contextos interacionais, que negocia posições a cada momento, defende-se que continuidade e descontinuidade de si só podem ser entendidas dentro do jogo complexo de relações entre as posições *assumidas pelas* e *atribuídas às* pessoas que, mais do que obedecer a uma lógica linear, atuam numa multiplicidade dialógica. A partir da utilização de conceitos advindos das perspectivas da identidade narrativa, *self* dialógico e rede de significações, defende-se que continuidades e descontinuidades acontecem num movimento de figura e fundo de posicionamentos mediados por relações sociais e culturais, permitindo a existência de “novas” e “velhas” posições, oriundas do

tempo histórico, do tempo vivido e do aqui e agora. Partindo desses pressupostos, o objetivo do trabalho é investigar como a relação entre continuidade e descontinuidade de *si* se articula na narrativa dos participantes e como, numa situação de entrevista biográfica, eles se posicionam e são posicionados ao significar os eventos vividos, no nível do evento narrado e no nível do evento narrativo. O corpus da investigação foi construído através de entrevistas realizadas com três homens que tiveram envolvimento com o crime em algum momento de suas vidas. Considerando a narrativa como um recurso privilegiado de descrição e construção de *si*, a partir de uma concepção dialógica, ela é tratada de modo a compreender tanto os posicionamentos assumidos pelos participantes nos diferentes momentos de vida narrados como posicionamentos emergentes na interação pesquisador-pesquisado e nas marcas de linguagem, como mistura de tempos verbais, pausas, sentenças inconclusas. A análise aponta para a existência de um movimento onde continuidade e descontinuidade de *si* se dão numa negociação de posições mais do que num simples deslocamento ou substituição; negociações carregadas de conflitos e permeadas por questões de gênero, classe e poder.

REPENSANDO CONTINUIDADES E DESCONTINUIDADES NO ESTUDO SOBRE DESENVOLVIMENTO E CRIME

SUMÁRIO: 1.1. Das continuidades – 1.2. Das descontinuidades.

1.1. DAS CONTINUIDADES

Salvador, 43 anos, negro, nascido em família pobre, era o segundo de sete filhos. Casado, tinha dois filhos e um enteado que também possuía envolvimento com o crime. Morou na periferia de uma cidade média do interior do Estado de São Paulo. Após a separação dos pais, interrompeu os estudos na terceira série e começou a infracionar aos 12 anos de idade. Durante 3 anos, esteve em instituições destinadas a adolescentes autores de atos infracionais. Na maioridade, num processo de escalada no crime, cometeu vários atos infracionais, como roubo de carro e tentativa de homicídio, sendo preso duas vezes. Durante 16 anos, permaneceu em instituições prisionais bastante conhecidas no Estado, seja pela qualidade de repressão ou por abrigarem infratores cujos nomes foram veiculados na mídia nacional. Participou de rebeliões. Numa delas, por determinação de uma organização de presos, quase matou um companheiro de cela e, em outra, houve a morte de agentes

penitenciários, motivo pelo qual, no momento das entrevistas, respondia em liberdade condicional a processo relativo a essa rebelião. Dois anos após ter saído da prisão, em 2000, envolveu-se em uma briga, sendo ferido com um tiro no rosto. Seis meses após esse fato, Salvador, que era portador do HIV, morreu em função de uma meningite.

Ao lermos o resumo da história de Salvador¹, imediatamente buscamos atribuir sentido aos encadeamentos produzidos em sua vida, aos “caminhos e descaminhos” por ele percorridos. Como parte desse exercício, surgem imagens e concepções acerca dos diferentes aspectos que compõem sua história e em especial das condições implicadas na produção de sua trajetória de envolvimento com o crime. Questões relativas, por exemplo, à construção da subjetividade e da identidade de gênero e do negro em nossa sociedade, ao funcionamento e à dinâmica familiar, às organizações educacionais, às instituições de controle social da violência e criminalidade, à cultura do mundo do crime, aos processos de exclusão social e moral... Cada uma, produto e palco de embates de práticas construídas histórica, social e ideologicamente.

Como resultado da escuta das vozes oriundas desses diferentes aspectos, emerge o caráter trágico de sua história. A história de Salvador reproduz a tragédia e o drama de grande parcela da população que envereda pelo crime. Tragédia que relembra Pixote e milhares de anônimos no cotidiano dos noticiários da imprensa e das instituições prisionais. Tragédia retratada nos relatórios de organizações governamentais e não governamentais, na produção cinematográfica, em publicações autobiográficas...

Esse caráter que emerge da leitura da história de Salvador traz à tona a idéia hegemônica da pré-destinação à tragédia dos homens que se envolvem com o crime. Idéia que ecoa em diferentes espaços da vida social, fazendo coro às produções circulantes tanto no âmbito do senso comum como do conhecimento científico. A

¹ Salvador é um dos dois colaboradores desse estudo. O seu nome e os de todos os outros participantes e pessoas mencionadas nessa pesquisa foram modificados para preservar o anonimato.

seu reboque e a seu lado, quase como consequência, caminha a idéia de que a prática infracional caracteriza-se como um processo de engajamento cada vez maior, tomando-se praticamente impossível a mudança no percurso de vida das pessoas que se envolvem com o crime. A história de vida de Salvador encaixa-se bem na trajetória esperada para aquele que, “uma vez criminoso, sempre será criminoso”. Algumas vezes assentadas em determinações sociais e outras em interpretações individualizantes (que atribuem à pessoa a responsabilidade sobre seu destino), essas idéias são herdeiras e, ao mesmo tempo, atualizam concepções situadas na origem da criminologia, onde assume força o caráter crônico e incorrigível dos criminosos².

No *sensu comum*, as demandas por pena de morte são medidas pleiteadas por aqueles que não acreditam em mudanças quando o assunto é criminalidade.

É certo que as concepções acerca das possibilidades de mudança ao longo da vida, e principalmente a sua dificuldade, não se restringem apenas ao grupo de infratores. Essas representações norteiam avaliações cotidianas de nossas vidas e de trajetórias possíveis para os indivíduos. A existência de organizações e de grupos de apoio a diferentes segmentos sociais, uma extensa literatura de auto-ajuda, a prática da clínica psicológica como um todo são exemplos que, ao mesmo tempo, expressam um reconhecimento da possibilidade de mudança na vida de uma pessoa e também testemunham a dificuldade de sua ocorrência.

Contudo, esse reconhecimento, embora generalizado, carrega diferenciações de acordo com o grupo social. Imaginamos ser mais fácil a mudança para determinados setores, enquanto que, para outros, essa possibilidade é concebida como praticamente nula ou

² De acordo com Giddens (2002), historicamente, essa característica foi modificada quando, na modernidade, passou-se a acreditar que a categoria dos criminosos era passível de alteração e de tratamento moral e corretivo. Crença capaz de ser construída apenas com a superação das interpretações biológica e hereditária, ganhando espaço interpretações ambientais. Contudo, como o próprio autor aponta, esse movimento vai depois se modificar com a introdução de novos imperativos como os da capacidade e da vontade pessoais.

muito reduzida. Maruna (2001) afirma que, enquanto “acreditamos que nós podemos mudar nossas próprias vidas, personalidades ou comportamentos, nós não necessariamente estendemos aos outros essa crença no potencial da mudança” (p. 04), particularmente àqueles que, segundo ele, são vistos como desviantes sociais. Entre eles, os infratores, os quais tendemos a conceber como detentores de uma natureza essencialmente falha ou como totalmente desprovidos de moral e de limites (NEV-USP/SEADE, 1995). Concepção que, segundo Touraine (2000), “resiste ao tempo” e se perpetua através “da maneira como as pessoas ‘de dentro’ – categoria que exclui por si mesma qualquer análise crítica – vêem as pessoas ‘de fora’” (p. 12). Idéia que reflete e (re)produz exclusão social, “cisão entre integrados e excluídos” (Larangeira, 1999, p. 124).

Produzidas no seio das relações sociais, essas concepções estão impregnadas pelas desigualdades, disputas e relações de poder dos diferentes grupos. Poder econômico, poder político, micropoderes. Poder da palavra. Poder de explicar e interpretar ações humanas. Poder de explicar trajetórias de envolvimento com o crime.

No âmbito da produção do *conhecimento científico*, que reflete e informa as concepções sociais, diferentes áreas produtoras de verdades e saberes contribuíram para o fortalecimento de uma compreensão da prática criminal como um *processo de difícil mudança*. E, nesse sentido, a Psicologia do Desenvolvimento cumpriu a sua parte. Priorizando delineamentos de coleta de dados longitudinais bastante sofisticados, com medidas comportamentais e pareamento de grupos de infratores e não infratores, os estudos sobre envolvimento com o crime sustentaram a busca de regularidades implicadas nesse fenômeno.

De acordo com revisão bibliográfica (Silva, 2002), a maioria dos estudos empíricos produz um discurso que concebe a prática infracional como um acontecimento investido de um *alto padrão de estabilidade e repetição*, caracterizando-o como um processo de difícil reversão. Essa foi a conclusão a que chegaram Farrington *et. al.* (1986) ao realizarem uma revisão de onze projetos longitudinais que estudavam o desenvolvimento do comportamento infracional ao longo do ciclo vital. Também Cairns & Cairns (1994) citam vários estudos cujos resultados sustentam a *estabilidade* da agressão

e a *continuidade* do comportamento anti-social, da infância à vida adulta. Moffitt (1993) refere que em uma revisão feita por Gove, em 1985, das seis mais influentes teorias de desvio, o autor concluiu que “todas essas perspectivas implícita ou explicitamente sugerem que o comportamento desviante é um processo que se amplia, conduzindo a atos adicionais e cada vez mais sérios” (p. 690).

Além do caráter persistente, também a concepção dos infratores como *diferentes das outras pessoas* aparece nas pesquisas, sendo identificada por Clarke & Cornish (1985) como uma das principais deficiências das teorias à época em que publicaram o seu artigo.

Como se observa, prevalece assim, nos estudos, uma visão determinista do ato infracional, bastante semelhante àquela que circula no conhecimento popular.

Contudo, como nenhum conhecimento é absolutamente único e pleno, interpretações fundadas na continuidade e no permanente agravamento do comportamento infracional não dão conta de explicar as *diversidades* e *contradições* implicadas nos fenômenos da criminalidade e do desenvolvimento.

Uma delas, identificada através de dados oriundos de pesquisas transversais, diz respeito à conhecida “curva idade-crime”, onde a distribuição dos presos segue um padrão de concentração e prevalência nos anos finais da adolescência e iniciais da vida adulta e um processo descendente a partir daí (Maruna, 2001; Laub, Nagin & Sampson, 1998; Pezzin, 1995; Blumstein, Farrington & Moitra, 1985). De acordo com Cromwell, Olson e Avary (1991), a despeito de controvérsias e diferentes explicações sobre como o processo de envelhecimento está relacionado ao crime, há um certo consenso de que as taxas da criminalidade seguem um movimento de declínio em relação à distribuição por idade³.

³ É claro que o declínio da taxa de crime em relação à idade não significa necessariamente declínio de envolvimento com atos criminais. Essa constatação necessita ser cruzada com informações sobre as estratégias desenvolvidas pelos infratores para não serem presos e, em especial, sobre o tempo de vida e de encarceramento dessa população.

A outra fonte de contradição diz respeito aos próprios resultados obtidos nas pesquisas longitudinais. Em seu estudo, Patterson (1993) afirma que somente metade das crianças com comportamentos anti-sociais tornaram-se delinquentes e apenas 37,5% de adolescentes delinquentes tornaram-se adultos infratores. Em outra investigação, 85% dos infratores haviam abandonado a prática criminal em torno dos 28 anos de idade (Blumstein & Cohen, 1987). Dados com o mesmo caráter aparecem em diversas outras pesquisas citadas por Kempf (1989). Com base nesses resultados, Maruna (2001) afirma que há poucas dúvidas entre a comunidade científica de que a maioria dos infratores torna-se não infratora em idades posteriores.

Considerando essa aparente contradição que os resultados de pesquisas transversais e longitudinais expõem no estudo sobre desenvolvimento e crime, como explicar, a partir de um paradigma de estabilidade, o envolvimento com a prática infracional apenas em um determinado período da vida? E o envolvimento com o crime na vida adulta, uma vez que as pesquisas apresentam, na sua origem, elementos ligados à infância e/ou adolescência?

Fica evidente que o resumo apresentado sobre a história de vida de Salvador se adequa perfeitamente aos resultados de pesquisas apresentados aqui e ao discurso que elas produziram sobre a persistência do comportamento infracional. Entretanto, a questão que se coloca é se a história de Salvador é a única possível. E é claro que a resposta é não. Nem mesmo o resumo de sua história é o único possível, uma vez que, como recorte, com certeza ele cala outros eventos importantes para o desenvolvimento e para a trajetória de vida de Salvador. Além disso, mesmo que sua história coincidissem com a da maioria dos infratores, ainda restaria a pergunta sobre o que explicaria a ocorrência de percursos diferenciados.

Explicações atreladas à continuidade e estabilidade do comportamento infracional são desafiadas por questões como essas e por outras tantas que poderiam aqui ser levantadas e, principalmente, pela *diversidade de trajetórias de envolvimento*. Diversidade que é colocada em segundo plano quando o interesse é a busca de regularidades, mas que se torna figura quando se objetiva uma

compreensão do desenvolvimento em contextos criminais pautada em referenciais complexos.

Dentre as possíveis explicações para uma maior orientação ao estudo da persistência da prática infracional ao longo do ciclo vital, em detrimento da investigação de diferentes possibilidades de envolvimento no crime, algumas se situam na própria área e outras são influenciadas por posições hegemônicas na Psicologia como um todo.

De acordo com Patterson (1993), a falta de interesse em explicar descontinuidades das atividades criminais resulta do fato da maioria dos pesquisadores ter sido formada em um paradigma que toma o traço como uma característica duradoura da personalidade. Para Josephs & Valsiner (1998), um conglomerado de características unitárias, tais como traço ou caráter, acaba por definir a pessoa como uma entidade, dificultando os estudos acerca de processos de desenvolvimento e mudança. Como resultado, produzimos conhecimentos que reforçam o caráter estável da pessoa e que, de acordo com Chandler (no prelo), objetivam o discurso do universalismo e da existência de entidades e essências a serem descobertas e desveladas.

Além disso, Rutter (1989) e Schaffer (2000) afirmam que, até algumas décadas atrás, prevaleceu uma forte crença na constância do desenvolvimento em geral, sustentada especialmente em referenciais teóricos que postulam uma forte influência das primeiras experiências e relações afetivas no desenvolvimento subsequente. De acordo com Rutter, foi somente depois da década de 60 que alguns estudiosos começaram a criticar explicações que concebem essas experiências como extremamente decisivas para outros momentos da vida, reconhecendo que o desenvolvimento é também dependente das experiências futuras e especialmente do contexto interacional. Para Clarke & Cornish (1985), a incorporação do contexto imediato nos estudos sobre desenvolvimento e crime ocorreu em função de desafios impostos pela necessidade de explicação de atos criminosos particulares e não apenas da gênese da criminalidade, que estrutura os estudos em termos de explicação de fatores psicológicos e sociológicos.

Por sua vez, Lewis (1999) argumenta que, além da excessiva importância atribuída às experiências no início da vida, em geral sustentou-se a idéia de que o desenvolvimento segue uma sequência de progressos, com direção e ponto de chegada, fortalecendo a noção de um processo de transformações inevitáveis, graduais e contínuas. Com isso, segundo o autor, incorremos no erro de tornar o sujeito um prisioneiro do seu passado. Como apontado por Rutter (*ibid.*), “o ponto não é que continuidades não aconteçam, mas que concepções simplistas de efeitos imutáveis precisam ser colocadas de lado e mudadas para concepções mais dinâmicas” (p. 24).

Também do ponto de vista da metodologia utilizada, podem ser levantados alguns questionamentos em relação a uma investigação que prioriza o estudo da continuidade da prática infracional ao longo da vida. A maioria dos estudos produz resultados a partir de metodologias longitudinais, acompanhando sujeitos em diferentes momentos da vida.

Caspi (1989) e Rutter (1987) argumentam que a confiança nos métodos longitudinais pode levar a confusões na interpretação de seus resultados. Caspi defende que os estudos longitudinais são mais apropriados para a busca de similaridades qualitativas do que de constâncias de padrões comportamentais.

Para Rutter (1987), as correlações de medidas em diferentes fases da vida são freqüentemente interpretadas como sinônimo da força dessa associação, o que não é verdade, uma vez que apenas representam um índice de proporção na população estudada.

Além disso, ao realizar medidas de um mesmo ato ao longo dos anos, corre-se o risco de se acreditar que se está medindo a mesma coisa. Faz-se necessário considerar que um ato medido em diferentes momentos da vida geralmente representa eventos diversos. Um mesmo fenômeno adquire significados variados nos diferentes períodos da vida, dependendo do contexto e principalmente das necessidades e recursos desenvolvimentais específicos de cada faixa etária. Como o próprio Rutter questiona, embora o chorar na infância e na adolescência possa refletir um estado de humor negativo, suas significações e seus usos são bastante diferenciados. Do mesmo modo, estudos que acompanham comportamentos “desviantes” da infância à vida adulta devem consi-

derar que esses atos, mesmo se manifestos de modo semelhante, cumprem funções diferenciadas no desenvolvimento.

Cabe mencionar também que, ao trabalhar com correlações, necessária e intrinsecamente busca-se aquilo que se mantém, que se corresponde, concentrando assim as análises, inevitavelmente, nos processos de continuidade da ação humana, gerando apenas parte da verdade sobre o evento em investigação. O maior problema, todavia, está em admitir que essa parte é representativa do todo. Como consequência, no caso de desenvolvimento e crime, as pesquisas acabam por produzir um discurso que, assentado na estabilidade, orienta o olhar para os indivíduos que permanecem infracionando e negligencia as múltiplas trajetórias possíveis de desenvolvimento no contexto da criminalidade, legitimando o próprio discurso e conhecimento produzidos.

Vista sob esse ângulo, a questão da continuidade da prática infracional adquire um novo caráter. Mais do que uma verdade em si, ela é apenas um dos olhares possíveis sobre o fenômeno. Um olhar que se tornou hegemônico não apenas em função de uma intrínseca e melhor capacidade interpretativa dos acontecimentos, em detrimento de outras explicações; mas sim, em função de eventos e acontecimentos de ordem histórica e cultural que afetaram a sua produção.

É claro que não se trata de negar que a experiência em contextos criminais introduz a pessoa em um processo simbólico bastante peculiar, no qual as possibilidades de mudança de trajetória enfrentam fortes resistências, produzindo situações de comprometimentos cada vez mais sérios. A cada nova amizade construída, novas redes de relações (de pessoas concretas, de poder, de fidelidade...) são estruturadas, favorecendo um envolvimento cada vez maior, submetendo a pessoa ao contexto da criminalidade e dificultando a construção de trajetórias e posições alternativas. As significações coletivas, nas quais se inserem os diferentes elementos associados à persistência no crime, configuram modos de relacionamento com esses elementos, constituem e colocam a pessoa numa posição duplamente difícil de ser modificada. Por um lado, exige o rompimento com os seus pares infratores, cuja cultura é marcada por uma forte cobrança de permanência, lealdade

e pelo poder da palavra empenhada. Por outro, requer esforços que superem o preconceito social contra o infrator presente nos olhares, nas impossibilidades de obtenção de emprego, nas formas de relacionamentos e de denominação veiculadas no cotidiano. A exclusão social e moral (Cardia, 1995) não demarca apenas caminhos e trajetórias possíveis de desenvolvimento, mas, principalmente, delineia percursos vetados para pessoas pertencentes a determinados segmentos sociais. A significação social em relação ao crime, associada às restrições de mobilidade social, dificulta enormemente as tentativas, esforços de desistência e desejos de assumir um novo papel social.

Contudo, atribuir ao caráter persistente do envolvimento com o crime uma natureza quase imutável, mais do que produzir conhecimento, é posicioná-lo em conformidade com as continuidades, não do ato infracional em si, mas dos discursos e práticas implicados em sua construção. Discursos carregados por uma herança histórica de identificação e associação de infratores a determinados segmentos sociais. Discursos plenos de poderes e dominação na definição do que seja anti-social, tal como denunciado pela criminologia crítica (Taylor, Walton & Young, 1980).

Não se pode esquecer que normas e crenças sociais medeiam os comportamentos dos indivíduos e os códigos morais (Fraczek, 1996). É na consideração das normas morais dos grupos sociais que se pode distinguir quais formas de violência e agressão são mais ou menos aceitáveis sob determinadas condições. Dependendo do grupo social de origem e das relações de poder estabelecidas na sociedade, alguns desses significados podem se tornar mais ou menos hegemônicos e até mesmo serem instituídos através de mecanismos jurídicos e legais. Esses mecanismos são também produções culturais e expressam as ideologias, as contradições e subordinações de discursos vigentes em uma sociedade. Ao se referirem aos comportamentos infracionais de modo generalizado e indiferenciado, os estudos acabam por igualar esses diferentes significados relacionados ao cometimento de crimes, não diferenciando, por exemplo, furtos de homicídios, ou mesmo, de grandes fraudes contra o dinheiro público e coletivo, amalgamando os

diferentes modos de inserção, as especificidades e os contextos de produção de cada um deles.

Refletem assim a concepção de que qualquer ação delinqüente, independente de sua gravidade ou especificidade, expressa um ato que rompe com as normas de convivência social e, nesse sentido, são anti-sociais. Esse princípio justificaria igualar diferentes tipos de infrações. Entretanto, faz-se necessário mencionar que qualquer ato só é definido como *anti-social* se o grupo assim o definir, não se constituindo "*anti o social*" por características independentes de julgamentos de valor, da carga ideológica que atravessa essa definição e da distribuição de poder entre os diferentes grupos sociais. Embora, às vezes, expresse uma contradição em relação aos padrões hegemônicos já mencionados, um ato compreendido como *anti-social* não é outra coisa senão *social*. Não existe ato sem compartilhamento. Como afirma Bruner (1997, p. 23) "... nós vivemos publicamente através de significados públicos, compartilhados por procedimentos públicos de interpretação e negociação".

A versão do que seja um comportamento infracional deriva, portanto, da matriz sociocultural construída historicamente. Nesse sentido, alguns tipos de atos serão considerados anti-sociais enquanto outros não. Essa versão orienta e controla os nossos atos e os atos dos outros em relação aos nossos. É essa versão que possibilita a construção de determinada trajetória desenvolvimental em contraposição a outras. O que diferencia um ato *anti-social* de um *não anti-social* não é apenas o ato em si, mas a população e os significados a ela atribuídos e construídos em uma sociedade particular.

Ao tratarem o comportamento infracional como algo invariável, as pesquisas escondem as condições de produção da criminalidade, de sua denominação e, por conseguinte, das possibilidades de desenvolvimento dos infratores. Tratam todos de modo igualitário, generalizando inclusive a cronicidade do envolvimento com o crime. No imaginário coletivo e na investigação, funcionam como um suporte para a manutenção e continuidade das idéias sobre os criminosos.

Defendendo a persistência no crime em si mesma, no geral, os estudos escondem continuidades diferenciadas e esquecem que

elas são produto das continuidades históricas. Continuidades de olhar sobre o criminoso. Continuidades de discursos em relação às suas possibilidades de vida. Continuidades implicadas em relações de grupos sociais, de saberes, poderes e práticas.

O discurso da forte estabilidade da prática infracional ao longo da vida nos parece assim ser também produto das significações sociais historicamente construídas que, concretamente, produzem e reproduzem condições de existência implicadas no processo de envolvimento e permanência no crime. O discurso da continuidade, no senso comum ou na produção do conhecimento científico, anuncia e constrói destinos.

1.2. DAS DESCONTINUIDADES

Juan, 50 anos, negro, nascido em família pobre, casado, possui um filho e dois enteados. Morou na periferia de uma cidade relativamente pequena no interior do Estado de São Paulo. Parou de estudar nos anos iniciais de sua escolarização. Desde a infância, auxiliou o pai no sustento da família em atividades braçais variadas, entre elas o trabalho na lavoura e a venda de produtos comestíveis. Iniciou o envolvimento com atividades ilegais em torno dos 18 anos de idade. A princípio, apenas como usuário de drogas e, em seguida, com porte de armas e brigas, sendo que da primeira delas resultou a morte de um rapaz. Exerceu atividade de tráfico de drogas por um período de dois anos. Foi processado mais de 15 vezes, resultando algumas delas em prisões que variaram de uma semana a oito meses. No momento da entrevista, completavam-se aproximadamente 15 anos sem nenhum envolvimento com o sistema de Justiça. Era um dos diretores de uma escola de samba local e, como empreiteiro do setor de construção civil, procurava ajudar ex-presidiários contratando-os. Encontrava-se bastante doente em virtude de um problema renal crônico e de uma hepatite, segundo ele, contraída em uma de suas internações hospitalares.

Olhar para a história de Juan é reconhecer que a descontinuidade em relação à prática infracional não é impossível. O resumo introduz novos elementos para a reflexão sobre o envolvimento com o crime; especificidades que já apontam a diferença em relação a Salvador. Algumas delas objeto de investigação de uma série de estudos mais recentes, como a iniciação tardia (ocorrida já na maioridade) e o processo de ruptura com o crime.

A preocupação com o momento em que se inicia ou termina o envolvimento com o crime vai se localizar na intersecção de duas linhas de pesquisa que, embora guardem relações de semelhança e interdependência, possuem peculiaridades. Uma delas refere-se às investigações sobre os padrões do comportamento infracional ao longo do ciclo vital, dentre as quais se pode citar a pesquisa sobre *carreiras criminais* (Kempf, 1989). A outra se focaliza mais na investigação dos fatores relacionados aos processos de *envolvimento com o crime*, entendido na sua totalidade e definido por Clarke & Cornish (1985) como *envolvimento inicial, continuidade e desistência*⁴.

Com a influência de novas concepções de desenvolvimento, por exemplo, trazidas pelos teóricos da perspectiva do ciclo vital (Goulet & Baltes, 1970), de modelos sistêmicos (Bronfenbrenner, 1996) e dos estudos sobre resiliência (Rutter, 1981, 1985; Fonagy, Higgitt & Target, 1994), alguns pesquisadores questionam a relação de linearidade entre causa e efeito embutida nos estudos voltados à investigação da prática infracional ao longo do ciclo vital. Complexificam o fenômeno, compreendendo-o mais como multideterminado e contextual e menos como uma propriedade dos indivíduos. Para Stattin, Romelsjö & Stenbacka (1997), os diferentes fatores que operam no desenvolvimento humano, e conseqüentemente na manifestação da delinquência, tendem a formar uma

⁴ Na Psicologia do Desenvolvimento não há limites claros entre essas duas linhas. Elas poderiam ser globalmente definidas dentro de um paradigma que prega a compreensão dos fenômenos de vivência no crime a partir de uma ciência desenvolvimental (Cairns & Cairns, 1994) ou criminologia desenvolvimental (Thornberry, 1997; LeBlanc & Loeber, 1998).

configuração onde alguns competem, compensam e reduzem o impacto de outros.

Em decorrência de uma concepção mais dinâmica e, principalmente, pela adoção de uma visão que compreende a associação entre os diversos fatores, são introduzidos elementos que apontam para trajetórias tanto de *continuidade* como de *descontinuidade*. Instigados com casos como o de Juan, alguns pesquisadores começaram a dissecar essas particularidades.

Moffitt (1993) argumenta que os estudos mantêm uma confusão e uma mistura de diferentes tipos de comportamentos “anti-sociais”. A fim de superar essa confusão, apresenta uma taxonomia a partir de uma perspectiva desenvolvimental e procura responder à aparente contradição existente no comportamento “anti-social”: ao mesmo tempo em que se mostra bastante estável, sua prevalência através do ciclo de vida muda acentuadamente, em especial em torno da adolescência.

De acordo com a autora, a relação entre temporalidade e envolvimento constitui tipos distintos de engajamento no crime. Dessa forma, ela rompe em parte com a definição de continuidade implícita nos estudos apresentados anteriormente. Em um dos tipos, por exemplo, o próprio envolvimento em atos infracionais representa uma descontinuidade na trajetória de vida das pessoas. Trata-se do que ela chama de envolvimento *restrito à adolescência*. Em outro, denominado de *persistente no ciclo vital*, a trajetória de vida se configura com um alto padrão de estabilidade. Para cada um desses dois tipos existiriam explicações e elementos diferenciados. No primeiro caso (*restrito à adolescência*), as bases para a explicação do envolvimento devem ser buscadas na própria adolescência e na indefinição do papel social dos adolescentes. Nesse tipo, a ruptura com a prática infracional ocorreria gradualmente, a partir da experiência de perda na motivação e do aparecimento de oportunidades de exploração de novos caminhos. O segundo caso, *persistente ao longo do ciclo vital*, contaria, por exemplo, com déficits neuropsicológicos, temperamento difícil, déficits de atenção e hiperatividade, repertórios comportamentais restritos desde a infância, bem como ambientes criminogênicos em suas histórias de vida. Para Moffitt (1993), a interação meio-pessoa

estabelecida *para e por* essas pessoas acaba por restringir cada vez mais suas possibilidades e oportunidades para a mudança. Encarceramento, drogas, educação interrompida ou gravidez na adolescência seriam limitações (*constraints, circunscritores*)⁵ que demandam esforços e tempo adicionais para aqueles que desejam escapar do processo de maior engajamento no crime (*ibid*, p. 691).

Loeber & Stouthamer-Loeber (1998), através de uma extensa revisão, demonstram que muitos estudos apontam para vários momentos de desistência da prática de atos anti-sociais da infância à vida adulta. Em função disso, redefiniram a classificação feita por Moffitt. Propuseram a existência de três tipos de envolvimento com delitos: 1) o de *duração limitada*, correspondente ao restrito à adolescência proposto por Moffitt; 2) o de *início tardio*, onde a entrada no crime se dá na vida adulta e, 3) o do *ciclo vital*, dividido em dois subgrupos: 3.1) o dos que iniciam na passagem da infância à adolescência; 3.2) o dos que iniciam na pré-escola, qualificados como resultantes de déficits de atenção e hiperatividade.

Em relação aos estudos mais interessados nos fatores implicados no processo de envolvimento (*envolvimento inicial, continuidade e desistência*), é consenso entre os pesquisadores que um dos maiores problemas para a compreensão das descontinuidades na trajetória infracional é a grande ausência de estudos sobre o tema (Sampson & Laub, 1990; Shover & Honaker, 1992; Farrall & Bowling, 1999).

⁵ Recorre-se à palavra *constraints* para substantivar a dupla característica do movimento que ocorre no processo de desenvolvimento. Ao delimitarem áreas possíveis de desenvolvimento, elementos e situações, ao mesmo tempo, restringem o desenvolvimento a determinadas direções e o impulsionam para outras. Na tradução, temos sugerido o termo *circunscritores*, uma vez que permite tratar das limitações e possibilidades no desenvolvimento de forma não dissociada. Para melhor discussão, ver capítulo de Silva, A. P. S.; Rossetti-Ferreira, M. C.; Carvalho, A. M. A. *Circunscritores: limites e possibilidades no desenvolvimento*, no livro *Rede de Significações e o estudo do desenvolvimento humano*, organizado por Rossetti-Ferreira, M. C.; Amorim, K. S.; Silva, A. P. S. & Carvalho, A. M. A. (2004).

Para Stattin, Romelsjö & Stenbacka (1997), os modelos de explicação sobre criminalidade são, geralmente, mais elaborados com respeito às condições negativas – ambientais ou pessoais – negligenciando oportunidades e recursos individuais e coletivos. Embora, como colocam Patterson, DeBaryshe & Ramsey (1989), a tarefa dos psicólogos do desenvolvimento consista em procurar tanto a compreensão da estabilidade como da mudança no curso das ações delitivas, o que ainda se verifica, na maioria dos estudos, é a ênfase na procura por explicações acerca da persistência do comportamento infracional ao longo do ciclo vital. E é Patterson (1993) que nos alerta para esse fato: “com poucas exceções notáveis, mesmo os mais recentes estudos persistentemente evitam o estudo da mudança” (p. 911).

Dessa forma, pouco foi produzido sobre descontinuidades nas trajetórias criminais. Além disso, citando Shover, Rex (1999) afirma que a maior parte da literatura sobre desistência foi produzida com base em inferências e não em estudos empíricos (p. 366).

De qualquer forma, para compreender a desistência, alguns autores contemporâneos recuperam explicações assentadas na maturidade biológica e social (Hirschi & Gottfredson, 1983; Gove, 1985), encontradas já no início do século passado. De acordo com Maruna (2001, p. 28), retomam explicações que tratavam a desistência como um processo maturacional (defendido na década de quarenta por Sheldon e Glueck) ou como decorrente de “debilidade da vitalidade física” (conforme explicação dada por Quetelet em 1833).

Outros vão se fundamentar mais fortemente nas formulações da teoria do controle social informal da delinquência, exercido pelas instituições e grupos sociais. O *envolvimento inicial* com práticas criminais, a sua *permanência* e a *desistência* são explicados através da emergência, manutenção e/ou rompimento dos vínculos estabelecidos entre a pessoa e os outros com quem interage (Sampson & Laub, 1990; Laub, Nagin & Sampson, 1998). Por exemplo, eventos como casamento e trabalho e, principalmente, a força e a qualidade das interações e dos vínculos estabelecidos, são considerados fundamentais no processo de desistência.

De acordo com Maruna (2001) e como se observa através dos estudos citados aqui, as concepções teóricas atuais transitam entre um dos pólos da relação indivíduo-meio, mantendo a dicotomia entre os paradigmas ontogenético e sociogenético⁶. Também para Farrall & Bowling (1999), os estudos sob desistência incorrem nessa dicotomia, embora eles a expliquem em função do delineamento metodológico que eles portam. Para esses autores, as pesquisas podem ser divididas em dois grupos: a) quantitativas: produzem resultados os quais sugerem que os fatores que podem influenciar a desistência são estruturais; b) qualitativas: priorizam os processos de tomada de decisão pessoal⁷.

As pesquisas sobre processos de tomada de decisão, resultado do momento teórico em que aparecem, surgem no bojo das críticas e insatisfações em relação aos determinismos na área, que acarretavam uma concepção de infrator como uma figura relativamente passiva, uma “vítima de forças internas ou externas sobre as quais tem pouco controle pessoal” (Clarke & Cornish, 1985, p. 148).

Em consequência das limitações teóricas da época e também do fracasso de ações intervencionistas, aparece a necessidade de se considerar a perspectiva do infrator. Na Sociologia, a neces-

⁶ Essa discussão é paralela àquela mantida na Psicologia do Desenvolvimento como um todo sobre a relação indivíduo/pessoa – meio/outro. Segundo Valsiner (1987; 1996), por essa relação é possível diferenciar uma perspectiva mais personalística e uma mais sociogenética, uma vez que elas se delimitam pela ênfase em um dos pólos. Na verdade, com essa observação, Valsiner expõe a dificuldade de se construir e articular dialeticamente conceitos centrais para a Psicologia.

⁷ Farrall & Bowling propõem a superação da falsa dicotomia entre, de um lado, os agentes e, de outro, os circunscritores (*constraints*) estruturais. Para os autores “*as experiências dos indivíduos revelam que os eventos da vida estão além do próprio controle e que suas decisões fornecem explicações para as mudanças no comportamento, incluindo a desistência*” (1999, p. 253). A descontinuidade está relacionada a uma série de variáveis psicológicas e sociológicas, resultantes da interação indivíduo-meio. Dessa forma, o meio e o resultado de uma conduta não existem fora da ação, mas estão implicados na sua produção e reprodução.

sidade de compreender a criminalidade a partir do ponto de vista dos infratores vai resultar, na década de 70, no reaparecimento do uso das histórias de vida e de estudos ecológicos e etnográficos. Na Psicologia, seguindo parte do movimento de crítica ao behaviorismo radical, essa tendência em se considerar a perspectiva do infrator se alia ao reconhecimento da importância dos processos cognitivos na ação humana, caminhando na direção dos estudos sobre processamento de informação. Esse processo fortaleceu enormemente as teorias de escolha e decisão racional. A partir delas, alguns autores tentaram agregar formulações advindas da teoria do controle social, propondo a construção de um modelo um pouco mais integrador.

Dessa forma, as pesquisas sobre desistência contribuem enormemente para novas formas de abordagem da problemática sobre desenvolvimento em contextos criminais, ampliando o foco e incluindo diferentes possibilidades de trajetórias. Entretanto, na maioria das vezes, elas resultam de modelos teóricos que, senão os mesmos, compartilham concepções próximas àquelas dos estudos onde predomina o interesse na continuidade e estabilidade da prática infracional ao longo do ciclo vital.

A maioria das pesquisas sobre desistência acaba assim reproduzindo problemas semelhantes àqueles apontados anteriormente. Problemas que podem ser verificados na própria definição do termo utilizado para explicar o processo de descontinuidade da prática infracional: *desistência*. A palavra “desistência” situa no indivíduo o processo, uma vez que significa um ato de renúncia, e renúncia implica um não querer, uma vontade. Além disso, não existem critérios consensuais sobre o tempo necessário para considerar alguém desistente: qualquer critério sempre será arbitrário e, no limite, só será possível dizer que alguém efetivamente não se envolveu mais com crimes após a sua morte (Maruna, 2001). Um outro problema diz respeito à indefinição do termo: a que se refere a desistência e como se dá o seu processo também são questões obscuras. Por exemplo, alguns autores incluem na sua definição a interrupção de práticas criminais mais sérias e o encaminhamento para ações mais leves. Outros, contrariando quem acredita num processo de ruptura fundamentado em eventos pontuais, defendem

a desistência como um processo gradual e cumulativo. Como se vê, as descontinuidades parecem ainda caracterizar mais a área do que o fenômeno em si.

É evidente que os diversos estudos são extremamente importantes, em especial para a compreensão das macrorregularidades que acompanham o desenvolvimento em um contexto de criminalidade. Contudo, os resultados produzidos não nos parecem suficientes para a compreensão do envolvimento com o crime, em especial, a partir da perspectiva daqueles que vivenciaram essa experiência. Embora a abordagem da tomada de decisão tenha aparecido no sentido de dar voz a esses atores, ela acabou se reduzindo à explicitação dos mecanismos implicados no processamento de informação, ficando como fundo os significados atribuídos pelos sujeitos às suas experiências de vida. Bruner (1997) discute como a chamada revolução cognitiva, que inicialmente visava trazer de volta às ciências humanas o estudo da "mente", acabou por transformar a descrição e os processos de produção de significado, implicados nos encontros dos seres humanos com o mundo, em uma visão tecnicista e subordinada ao ideal computacional (p. 21).

Também as tentativas de articulação entre as formulações das teorias baseadas na escolha racional e daquelas advindas da teoria do controle social não conseguiram diminuir o que poderíamos denominar de um olhar fragmentado em relação à continuidade e descontinuidade no desenvolvimento. Continuidade e descontinuidade acabam sendo compreendidas como fenômenos separados e até mesmo opostos, que surgem em função da negação, do fim do seu oponente. Assim, a continuidade de uma trajetória de não envolvimento (por exemplo, Juan antes dos 18 anos) se torna descontínua na medida em que há o envolvimento com o crime (que se inicia com o uso de drogas e brigas), estabelecendo nova continuidade (envolvimentos reiterados com a justiça em função de porte de arma, roubo, tráfico), rompida com a desistência (início de uma nova trajetória).

Essa visão, além de linear, é monolítica. O envolvimento com o crime é concebido como a única trajetória do sujeito. Além disso, ao considerar a continuidade do envolvimento como eixo definidor,

não trata das descontinuidades implicadas durante esse percurso. A própria história de Salvador chama a atenção para momentos onde não aconteceram atos infracionais.

Nos estudos, continuidade e descontinuidade no envolvimento com o crime são vistas muito mais como produtos e resultados de fatores causais do que como processos intrínsecos e interdependentes num mesmo acontecimento desenvolvimental. Não se questiona se continuidade e descontinuidade são apenas momentos demarcados por eventos de transição ou se estão relacionadas.

Para nós, considerar que existe estabilidade/continuidade não elimina reconhecer que esse mesmo fenômeno compreende e guarda também elementos e possibilidades de descontinuidade.

Uma vez que os estudos também não explicitam o que se entende por transição, os eventos "causadores" da descontinuidade em uma trajetória de envolvimento acabam por assumir um papel de demarcadores de momentos e posições diferenciadas aos sujeitos. Esse fato em si não seria problemático não fosse a concepção monolítica também de pessoa que deriva da separação excludente entre continuidade e descontinuidade. Assim, pode-se dizer que a pessoa é considerada como transitando de um a outro estado (envolvimento e não envolvimento), não sendo questionada a relação que cada um guarda com o anterior. Resta-nos uma questão: uma vez construída a posição de não envolvimento, não haveria ruídos de continuidade?

Neste texto, consideramos o estado atual do conhecimento produzido na área e reconhecemos a sua história de construção. Em especial, compartilhamos com alguns pesquisadores a concepção de que, para compreensão dos processos implicados no desenvolvimento em contexto criminal, faz-se necessária a escuta daqueles que o vivenciaram. Do ponto de vista empírico, os estudos avançaram na busca dos vários fatores implicados na manifestação da delinquência e de seu desenvolvimento e, nesse sentido, produziram variados discursos *sobre* os infratores. Contudo, acreditamos que ainda se faz necessária a produção de conhecimentos *com* ou *a partir de* suas vozes.

CONTINUIDADES E DESCONTINUIDADES DE *SI*

SUMÁRIO: 2.1. "Paradoxo" da continuidade e descontinuidade de *si* – 2.2. Contribuições da perspectiva narrativista.

2.1. "PARADOXO" DA CONTINUIDADE E DESCONTINUIDADE DE *SI*

Considerar processos de desenvolvimento a partir da perspectiva do sujeito implica em reconhecê-lo como um agente de (re)construção de sentido. No caso da produção de sentido acerca da continuidade e descontinuidade do envolvimento com o crime, tomando como ponto de partida a pessoa, significa compreender como essa pessoa constrói sentidos sobre sua consistência e sobre suas transformações ao longo da vida. Significa deslocar a discussão e a investigação sobre continuidade e descontinuidade para o âmbito da construção e manutenção de identidades pessoais e sociais.

Tomemos como exemplo as histórias de Salvador e de Juan. Como eles se percebem como os mesmos apesar dos diferentes papéis que assumiram ao longo da vida? No caso de Juan, como ele articula sua trajetória de envolvimento com o novo papel social assumido? Como constroem um sentido de *si* articulando os diferentes momentos da suas histórias de vida?

Quando invocamos a discussão sobre continuidade e mudança no desenvolvimento, considerando o sujeito como o centro do nosso interesse, uma das dimensões concretas refere-se ao sentimento que

a própria pessoa tem de *si* ao longo do ciclo vital¹. Construímos, na interação com os outros, ao longo do nosso processo de socialização, um sentimento de que somos *únicos* e *mesmos*, mas também reconhecemos que durante nossas vidas *mudamos*. Mudam nossas crenças, nossos ideais, nossos objetivos, nossos corpos.

Nas sociedades ocidentais, construiu-se culturalmente a necessidade de um sentimento de continuidade, garantindo que não estejamos condenados a um sentimento de um infinito processo de mudança e, conseqüentemente, de não estado do ser ou de um estado extremamente fluído. Por sua vez, o fato da mudança estar no coração do processo social e interativo é o que possibilita darmos sentido às nossas novas experiências, transformar nossas versões de *nós mesmos* e do mundo e promover o movimento de transformação pessoal, social e histórico. Isso é o que, para Chandler (no prelo), constitui um paradoxo fundamental: a lógica da identidade pessoal compreende tanto a necessidade da persistência como da transformação.

É essa perspectiva de continuidade e mudança que passamos a adotar neste texto, procurando compreender quais são as estratégias utilizadas para lidar com esse "paradoxo". Nesse sentido, a problemática que se constrói aqui se interessa pelos modos através dos quais homens que tiveram envolvimento com o crime constroem sentidos sobre *si* e sobre suas continuidades e mudanças ao longo de suas vidas.

Essa escolha e tomada de posição nos situam assim em relação aos diferentes conjuntos de discursos teóricos, afastando-nos de algumas concepções e aproximando-nos de outras.

Não se trata de um processo de aproximação e filiação fácil de identificar, uma vez que, dentro da Psicologia, a discussão sobre esse sentimento ou descrição de *si* também se dá num diálogo carregado de divergências. Divergências que se iniciam pela própria indefinição de conceitos extremamente relacionados a essa temática, que se confundem e se misturam: o de *pessoa*, de *self* e de *identidade*.

Nesse texto, não faremos uma distinção do uso histórico e filosófico desses termos, assumindo suas interconexões e misturas.

¹ Na literatura, a depender do autor, é designado também de *si mesmo* ou *self*.

Contudo, parece-nos interessante a definição dada por Harré (1998). Para o autor, enquanto os filósofos têm se debruçado mais sobre o assunto a partir de uma vertente da *identidade pessoal*, os psicólogos têm preferido o uso do termo *self*. A identidade não expressaria a singularidade de uma pessoa, mas o tipo ou grupo social ao qual pertence. A singularidade pessoal estaria mais definida pelos conceitos de *pessoa* e *self*, sendo esse último considerado como discursos orientados para a pessoa. O *self* seria, portanto, uma “ficção gramatical”, uma posição, localização e disposição da qual a pessoa percebe e age sobre o mundo, caracterizando-se como produto das convenções fundadas culturalmente. O autor explicita e trabalha com uma concepção que articula três sentidos de *self*: como singularidade ou ponto de vista, ancorado inclusive na existência de um corpo (*self* 1); como sentido de alguém próprio e com um conjunto único de atributos (*self* 2); como um padrão de mudança e múltiplo de complexos agrupamentos de disposições e habilidades atribuídas a nós por outras pessoas e manifestadas nos contatos com os outros (*self* 3). A pessoa é, para Harré, ao mesmo tempo, mais e menos do que a soma de seus *selves*. Cada pessoa é um ser “corporificado, único, rico em atributos e poderes de muitos tipos, tendo uma história distinta e, de modo importante, sendo (...) ator responsável moralmente” (p. 71).

Chandler (no prelo), sem distinguir os conceitos de *self*, *pessoa* e *identidade*, preocupa-se em identificar as grandes concepções que os fundamentam. Aponta para a existência de dois grandes modelos distintos e irreduzíveis utilizados para a compreensão da *pessoa*, do *self* e do sentimento de *si mesmo* ao longo da vida. O primeiro, já mencionado anteriormente, é denominado por ele “*essencialista*” e é caracterizado mais como monista e individualista que coletivista, dificultando, em termos de discussão teórica (mas não da utilização no cotidiano), uma solução para o “paradoxo” por ele exposto. O segundo modelo, denominado “*narrativista*”, estaria mais envolvido com o processo do que com a estrutura, com o tornar-se do que com o ser, com o relacional do que com o individual.

Golishian & Anderson (1996), por sua vez, discutem como a noção de *self* enquanto uma qualidade da experiência humana teve uma história variada com problemas e dificuldades teóricas. O

próprio questionamento do que é o *self* e a tentativa de definição desse conceito trazem imbuída a idéia de uma essência. Para os autores, nas psicologias tradicionais e subjetivistas, “dá-se por indiscutível o si mesmo como uma entidade abstrata, diferente e separada do restante das construções psicológicas” (p.193). Trata-se do que eles denominam “*self* encapsulado”, um sistema motivacional, cognitivo, delimitado e integrado. Numa perspectiva diferente, também eles propõem uma redefinição do *self*, encarando-o como um resultado e produção dos processos interativos e da narração de nossas formas de ser. Propõem um *self* narrador.

Na verdade, os dois modelos identificados por Chandler e por Golishian & Anderson têm sido interpretados, *grosso modo*, como reflexo das produções de existência em diferentes momentos históricos e os discursos teóricos produzidos são vistos como resultado desses momentos.

Para Peuter (1997), a questão da continuidade de *si* tem um longo percurso de discussão na Filosofia e na Psicologia e, desde Locke, ela tem sido um dos maiores pontos de interesse na discussão sobre identidade pessoal. No ocidente, historicamente, a continuidade da identidade foi definida em termos de coerência, autenticidade e unidade da pessoa (ou do *self*, *si mesmo*). Assegurada no ideário medieval pela crença na permanência da alma e na existência de um plano divino para as vidas pessoais, a idéia de continuidade sofre um deslocamento do *locus* de controle a partir do iluminismo. Com a hegemonia do racionalismo e cientificismo, baseados em premissas cartesianas, coerência, continuidade e unidade da identidade pessoal persistem agora sob o domínio do humano, sendo vistas como propriedades de um *self* centralizado e dicotômico em relação à sociedade. Coerência, unidade e autenticidade são situadas em uma mente racional, que contém o *self*. Nesse movimento, a idéia modernista de continuidade do *self* inclui ainda a não ambigüidade e o equilíbrio, uma vez que não existem espaços para fragmentações e contradições.

Discutindo o aparecimento histórico da identidade autobiográfica, Freeman & Brockmeier (2001) argumentam que, entre os séculos dezesseis e dezoito, na literatura filosófica européia, é possível identificar a emergência de um *self* separado e em

contraposição a uma sociedade. Os autores sustentam que a condição essencial para a possibilidade da identidade autobiográfica foi a construção de um entendimento histórico da existência. Transformação de uma estrutura mítica de tempo no domínio da história; fato que possibilitou o *ser* no tempo e a criação de uma noção de trajetória e de irreversibilidade dos eventos. Concepção que é fortalecida pelo cristianismo e pela influência agostiniana, na qual cada pessoa, individualmente, deve responder por sua própria vida (cf. Brockmeier, 2001, p. 77-79).

Também E. E. Sampson (1993) discute como o modelo ocidental dominante produziu um sentimento de *si* como agente distinto, assegurando a integridade e “celebrando” o que ele chama de um ideal de *self* contido em si mesmo. Com uma leitura crítica acerca da herança do iluminismo e de seus ideais de integridade e unidade, com base em teorizações advindas dos estudos feministas, Sampson critica não apenas a produção de uma visão coesa de um *si mesmo* autocontido, mas, principalmente, o processo social e político de intensificação do individualismo e, ao mesmo tempo, de supressão do *outro* e da diversidade.

A proposta de um *selfnarrador*, por sua vez, emerge fortemente, nas últimas décadas, como forma de contemplar o reconhecimento do caráter transitório, contextual e relacional da pessoa, caracterizada pela multiplicidade dos modos de ser disponíveis e estabelecidos em decorrência de uma nova ordem social. Essa proposta faz parte de um movimento amplo que vem ocorrendo em diversas áreas do saber, enfatizando a centralidade das relações sociais e da linguagem nos processos de constituição da pessoa e de produção de sentidos sobre *si* e sobre o mundo. Faz parte também de um movimento que Bruner (1997) identifica como uma revisão das distorções propostas pela revolução cognitivista, que reduziu as explicações da ação humana, incluindo o *si mesmo*, ao funcionamento do sistema nervoso. Para o autor, a noção de um *si mesmo* narrador aparece como alternativa à idéia de um *si mesmo* concebido como “uma substância ou uma essência que preexistisse ao nosso esforço de descrevê-lo, como se tudo o que tivéssemos que fazer fosse inspecioná-lo para descobrir sua natureza” (Bruner, 1987, p. 89).

Embora a narrativa já fosse objeto de preocupação na *Poética* de Aristóteles, para Adam & Revaz (1997), é somente a partir da

década de 70 que a narratologia, enquanto campo de estudo sobre a narrativa, incorpora a valorização dos processos comunicativos. Esse fato supera a descrição dos eventos e torna possível a interlocução com as teorias psicológicas.

Para Brockmeier & Carbaugh (2001), essa modificação está associada a uma mudança ocorrida nas ciências humanas como um todo, denominada de “giro interpretativo”, “giro lingüístico”, “giro cultural” ou “giro pós-estruturalismo” (p. 9). Na Psicologia, essa guinada em direção à linguagem e às relações humanas representaria uma orientação anticartesiana e um movimento pós-positivismo, sendo fundamental o reconhecimento das contribuições de Vygotsky, fortalecidas pelos trabalhos de Bakhtin e de filósofos como Wittgeinstein e Ricoeur. A investida em relação à narrativa seria então resultado de uma revisão do paradigma positivista e da extensão de sua utilização para além da literatura, essa última provocada por uma maior interlocução entre diferentes disciplinas, como Psicologia, História, Crítica Literária, Lingüística e Filosofia da Linguagem.

Graças a essa interlocução, gradualmente a narrativa vem tomando lugar não apenas na teoria e na pesquisa, mas também na aplicação de diversas disciplinas. Na Psicologia, esse movimento vai ocorrer de modo mais intenso nos últimos quinze anos (Lieblich, Tuval-Mashiach & Zilber, 1998). Um dos focos principais tem sido a relação entre narrativa e a construção da identidade, considerando-se fundamentalmente o seu caráter historiado (Sarbin, 1986).

2.2. CONTRIBUIÇÕES DA PERSPECTIVA NARRATIVISTA

As possibilidades de exploração da construção de sentido sobre si e de suas continuidades e descontinuidades, a partir da perspectiva narrativista, encontram suporte no desenvolvimento e na consideração da narrativa em estudos sob o domínio da *história oral*, da *história de vida* e também das *autobiografias*. Domínios que possuem conexões, mas também guardam diferenças. Conexões e diferenças que estão vinculadas aos interesses específicos

de disciplinas como a História, a Antropologia, a Sociologia e a Psicologia².

Na Psicologia, em relação aos estudos biográficos, vários teóricos, entre eles Freud, chegaram a utilizá-los como forma de se investigar o desenvolvimento da pessoa na vida adulta (McAdams, 1993, 1996, 2001) e como instrumentos capazes de representar os fatos de uma vida, suas continuidades e descontinuidades.

A leitura de McAdams sugere que tanto a mudança como a continuidade podem ser levadas em conta, na medida em que as autobiografias focalizam os diferentes estágios da vida organizados na história em termos de início, meio e fim. Permitem o estudo da identidade pessoal, uma vez que elas sempre procuram responder à questão "quem sou eu?". Para o autor, teorias como a de Erickson, Murray e Adler contribuíram para se pensar a pessoa como uma construção de uma totalidade que integra passado, presente e futuro, buscando uma unidade através do tempo.

Apesar de uma longa história de utilização das biografias, a incorporação de uma visão narrativista aos estudos autobiográficos vai se dar somente nas últimas décadas, em especial com o desenvolvimento de abordagens que defendem a centralidade do conceito da narrativa nos processos de constituição da pessoa. Abordagens que foram impulsionadas pelas elaborações de Bruner (1986, 1997).

Bruner propõe a existência de dois modos de pensamento para a compreensão do mundo: o modo *paradigmático* ou *lógico-científico*, em que procuramos compreender o mundo por meio de raciocínios lógicos e teorizações; o modo *narrativo*, através do qual os eventos são explicados em forma de histórias organizadas no tempo.

Para o autor, a narrativa pode ser considerada como uma das formas mais poderosas de discurso e, desde as primeiras experi-

² Não é objetivo aqui efetuar uma distinção acerca da história oral, da história de vida e da autobiografia, nem mesmo de suas especificidades nas diferentes disciplinas. Entretanto, faz-se importante mencionar que, enquanto a narrativa, na história oral, pode ser considerada apenas como uma forma de organização do discurso e, nesse sentido, é uma dentre várias características a serem consideradas, nos estudos autobiográficos recentes, em especial na Psicologia, ela vem assumindo um caráter muito mais amplo. Para uma leitura sobre história oral e história de vida, consultar Ferreira & Amado (1998), Denzin (1973) e Bertaux (1997).

ências interativas, funciona auxiliando no ordenamento da experiência humana. É, portanto, muito mais do que o relato de eventos que efetivamente aconteceram. As narrativas são eventos, são atos de fala e, como tal, constituem a pessoa. Por esse motivo, podem ser objetos privilegiados de investigação.

De acordo com Bruner (1997), a narrativa possui algumas características: necessita de um meio para enfatizar o *agenciamento* humano; requer uma *seqüencialidade*, onde está implicada a dinâmica temporal e ordenada dos eventos; permite um *manejo singular*, que possibilita novas construções sobre as convenções e significados culturais sendo ainda sensível à canonicidade; dá-se a partir de um *ponto de vista*, quer seja, do narrador. Além disso, ela possui uma indiferença factual (pode ser real ou imaginária) e porta uma qualidade dramática. A narrativa é sempre composta pelo agente, pela ação, por uma meta, cenário e problema, formando um enredo³. Constitui-se em um “veículo natural” para o que ele chama de psicologia popular (significados de *si* e do mundo que circulam no cotidiano, no senso comum) já que ela intermedeia o “mundo canônico da cultura e o mundo idiossincrático dos desejos, crenças e esperanças” (Bruner, 1997, p. 52). Uma vez que somos forçados pela cultura a sermos narradores, nas interações sociais, elementos como personagens, ação e enredo são organizados em termos de seqüência, canonicidade e ponto de vista

³ A apropriação que a Psicologia faz da narrativa lhe atribui um alcance mais amplo do que sua versão na análise literária. Contudo, a definição do que seja narrativa, para Bruner, parte de elementos consagrados e reconhecidos pela literatura como característicos de um gênero narrativo. Do ponto de vista da literatura, a narrativa (e seus subgêneros: romance, novela, conto, crônica...) é um dos gêneros literários, diferenciando-se do lírico (soneto, canção...) e do dramático (drama, comédia, tragédia, auto...). Caracteriza-se por uma postura mais objetiva do autor diante da história que ele quer contar. No gênero lírico, ele faz um relato mais subjetivo e, no dramático, ele se esconde nos personagens (Abdala Jr, 1995). Essa distinção não faz muito sentido para a psicologia. Entretanto, a noção ampliada mantém suas categorias características e a narrativa pode então ser vista como organização da experiência considerando-se a presença dos seguintes elementos: autor, personagem, ação, espaço e tempo.

daquele que narra. A narrativa torna-se assim instrumento para produzir significados, uma forma típica de esquematização da experiência e um meio de utilização da linguagem.

Partindo dessas premissas, em especial do seu papel organizador na significação da experiência, para muitos autores, a narrativa se tornou a forma construída socialmente de falarmos dos acontecimentos, do mundo e de nós mesmos. Desse modo, a pessoa (ou *self*) pode ser examinada à luz das formas narrativas providas pela cultura e contextos sociais (Brockmeier & Carbaugh, 2001). Ao mesmo tempo, a ênfase nos processos comunicativos e conversacionais tem possibilitado o estudo pautado nas narrativas como um modo não apenas de compreender a identidade individual e seus sistemas de significação, mas também a cultura e o mundo social dos indivíduos (Lieblich, Tuval-Mashiach & Ziber, 1998). Desses pontos de vista, a narrativa é um instrumento especial para vincular cultura e mente, pessoal e social, na sua constituição dialética. Na medida em que são atos de linguagem e de significação do mundo e de *si* no mundo, as narrativas permitem a construção dinâmica e simultânea de sentidos de identidades pessoais e de relações sociais.

Sustentando-se no pressuposto da construção social do sujeito, para a maioria dos defensores do estudo da narrativa, ela deve ser compreendida como produção compartilhada e situada. Consideradas não como uma representação da experiência vivida (visão mais alinhada aos primeiros estudos autobiográficos), as narrativas são, portanto, vistas como atividade. Na produção narrativa, está implicada a produção de uma vida. Efetiva-se a dialética entre história contada e experiência, onde a primeira não pode ser vista apenas a serviço da segunda. Ao falarmos sobre nós, estamos ativamente produzindo sentidos de nós mesmos.

Desse modo, rompe-se com uma visão que atribui critérios de veracidade aos relatos sobre a vida. Busca-se compreender como esse relato está produzindo realidades dessa vida narrada, considerando-o como experiência em si. Assim, o paradigma da narrativa questiona e re-orienta nossas concepções sobre verdade e, em especial, sobre a relação entre o relato e o fato, a palavra e a ação, o que aconteceu no passado trazido no momento da narração (evento narrado) e o modo desse relato (evento narrativo).

Considerar as narrativas como ação significa compreender a pessoa como ativa; uma ação implica necessariamente a responsabilidade dos agentes. Apesar dos circunscretores culturais e lingüísticos que submetem a pessoa, ela não é concebida como passiva. Assim, está implicada numa relação não apenas temporal, que trata da sua permanência e mudança, mas também numa dimensão moral. As pessoas possuem interpretações e atos expressivos próprios, produzidos a partir dos contextos nos quais estão inseridas (Harré & Gillet, 1999). De acordo com Bruner (1997):

"...embora possa ser verdade que em certo sentido nós sejamos 'criaturas da história', em outro sentido, nós somos também agentes autônomos. O si-mesmo, então, como qualquer outro aspecto da natureza humana, se posiciona tanto como um guardião da permanência quanto como um barômetro que responde ao clima cultural local. A cultura nos provê igualmente de diretrizes e estratégias para encontrar um nicho entre estabilidade e mudança: ela exorta, exhibe, proíbe, nega, gratifica os compromissos que o si-mesmo assume. E o si-mesmo, usando suas capacidades para a reflexão e para projetar alternativas, evita, adota ou reavalua e reformula o que a cultura tem a oferecer" (ibid., p. 96).

Com as contribuições da nova narratologia, é possível obter elementos para refletirmos sobre o caráter mais efêmero e agente dos indivíduos e a possibilidade de construção de novas versões de *si* e do mundo, sem perder de vista a questão da permanência de *si* ao longo da vida e dessa relação com o contexto cultural específico no qual ela é produzida. No caso do nosso objeto de investigação, pode-se dizer que o infrator, como qualquer ator social, possui possibilidades, habilidades e disposições para a (re)construção das narrativas de *si*.

Com as considerações levantadas sobre *self* narrador, fica evidente que, se o *self* é estabelecido nos processos interacionais e discursivos, então as formas pelas quais as pessoas contam versões de *si* e do mundo também se constituem em instrumentos de construção da pessoa. Essas formas tornam-se, do ponto de vista da pesquisa, um foco importante para o estudo dos processos de

construção de sentido sobre *si*, entre eles, de construção de sentido sobre continuidade e descontinuidade de *si*.

A questão que se coloca, entretanto, é em que medida essas concepções se traduzem em uma compreensão mais complexa e menos monolítica de pessoa do que aquela questionada anteriormente, característica da modernidade? Em que medida elas nos fornecem elementos para avançarmos a compreensão do envolvimento com o crime numa perspectiva desenvolvimental, que considere a significação que a pessoa faz de *si* e de suas trajetórias sem centrar apenas nela as responsabilidades sobre sua vida?

Para nós, apesar da construção de um novo discurso sobre a pessoa humana, rompendo com visões que consideram o *self* como uma entidade, retirando-o da mente racional e deslocando-o para o contexto relacional, contingente e discursivo, questões referentes à continuidade e descontinuidade de *si* ainda não tiveram, predominantemente, avanços de mesma extensão.

Mesmo reconhecendo diferentes visões sobre a psicologia narrativista, cada uma gerando formas de compreensão bastante distintas sobre a identidade pessoal e sobre o sentimento de *si* ao longo da vida, no geral, elas não superam completamente uma visão unificada, integral e, principalmente, de constância da pessoa. Concordamos com as críticas feitas por Sampson (1993) e nos remetemos a Peuter (1997, p. 33) que defende que “o potencial crítico das perspectivas contemporâneas sobre *self* narrativo é também limitado por tendências implícitas em direção à síntese, integração, progresso e autenticidade”.

Essa visão não aparece apenas em teóricos de orientação um pouco mais cognitivista, que defendem que esquemas organizacionais da narrativa fornecem unidade de propósito para a vida. Tomemos por exemplo McAdams (1993, 1996), que se tornou um dos teóricos mais reconhecidos no estudo de identidade narrativa. Influenciado, de um lado, pelos trabalhos de Murray sobre histórias de vida e, de outro, pelo conceito de identidade de Erickson, McAdams trabalha na intersecção entre autobiografia e narrativa e desenvolve um arcabouço teórico e metodológico sobre identidade narrativa, definindo-a como “mito pessoal” que tacitamente

compõe o e é composto no curso de vida (McAdams, 1993). Na construção de nossa identidade, são criadas narrativas que integram e sintetizam os diferentes aspectos da experiência narrada. Para o autor, cada um de nós se conhece criando histórias de *si*. Ele é enfático ao dizer que “se você quer saber algo sobre mim, então você deve conhecer a minha história, para minha história definir quem eu sou” (p. 11).

Dessa forma, McAdams resolve em parte a problemática da continuidade e da mudança de *si*. O mito, como único, constitui um tipo especial de história que permite articular diferentes partes e experiências da vida. Ao mesmo tempo, como história, é algo que continua a se desenvolver através da vida, sendo possível modificar-se. É através da história que eu conto a mim mesmo quem eu sou, que gerencio as escolhas de minha vida. Contudo, claramente privilegia a unidade, indo ao encontro do conceito de identidade de Erickson (1976, 1998), para quem ela é uma integração dos aspectos diferentes e opostos do *self*. Nas palavras do autor: “A busca por identidade é a busca por unidade e propósito na vida” (McAdams, 2001, p. 567). Idéia que está bem de acordo com Erickson, que propõe um plano epigenético que orienta e demarca o desenrolar do processo desenvolvimental, delimitando fases, estágios e características a serem vivenciadas na construção da identidade. Identidade que ele define como um “...sentimento subjetivo de uma uniformidade e continuidade...” (*Idem*, 1976, p. 17).

Assim como em McAdams, é possível que, a partir da perspectiva narrativista, seja enfatizado o caráter da continuidade e da crença no *sameness* ao longo da vida que, sem questionamentos, acaba por privilegiar os ideais de unidade pessoal, identificando a fragmentação sempre com situações de desordem e de adoecimento mental. É claro que o autor não deixa de pontuar que a unidade pessoal é um produto das convenções narrativas de contar história, convenções que organizam coerentemente as experiências, produzindo uma síntese. Contudo, a questão que nos colocamos é se essas convenções são tão universais a ponto de emergirem mais como uma característica da identidade narrativa do que como resultado de exigências sociais para a construção da unidade e da coerência de *si*. Nesse caso, seria o mesmo que atribuir à coerência

do *self* o valor que o enredo e a intriga possuem na narrativa. Para nós, o fato da narrativa articular passado, presente e futuro, organizando as experiências e dando sentido a elas, não significa necessariamente a construção de um *self* sintetizador dos outros *selves*. Partindo daquela perspectiva, sempre existiria um autor em relação aos quais os personagens/atores e seus pontos de vista se encontrariam totalmente submetidos.

Ao invés da unidade ser produto de estruturas narrativas ou de um autor que articule os diferentes *selves*, não seria ela resultado de um processo interativo onde ela é requerida, "acontecendo"⁴ em especial no tipo de interação em que são estudadas, geralmente entrevistas autobiográficas? Se admitirmos, como defendem os narrativistas, que são as condições sociais e culturais que constituem os circunscritores materiais e simbólicos da construção narrativa do *self*, precisamos necessariamente aceitar que as formas e descrições do *si mesmo* operam não em função de características intrínsecas à narrativa, mas por características construídas e sustentadas no encontro *eu-mundo*, *eu-outro*. Nesse sentido, concordamos com Sampson (1993), para quem a definição de identidade deveria estar assentada não na tese do idêntico, do igualitário, que tenderia, além de uma visão em direção à síntese, a um apagamento do *outro*. Para o autor, deve-se buscar identidade na tese da diferença, incorporando e necessariamente reconhecendo o *outro* nos processos de construção e descrição de *si*.

A partir de uma perspectiva sociocultural, Wallon (in Werebe & Nadel-Brulfert, 1986) e Vygotsky (1987, 1988, 2000) nos fornecem elementos para a compreensão da importância do *outro* na constituição do sujeito. Embora a formação social da pessoa seja um postulado de Vygotsky e encontra-se presente em todos os seus escritos e formulações teórico-conceituais, no *Manuscrito de 1929*, ele incisivamente pontua o caráter fundante do *outro* na constituição do *eu*:

⁴ Termo utilizado por Ana Luiza Bustamante Smolka, em arguição à tese de Kátia de Souza Amorim, em maio de 2002, no Programa de Pós-Graduação em Saúde Mental da FMRP-USP. Na oportunidade discutia-se o caráter materializado e concreto da matriz sócio-histórica nos processos de significação do adoecimento de bebês em creche.

"Através dos outros construímo-nos (...) A personalidade torna-se para si aquilo que ela é em si, através daquilo que ela antes manifesta como seu em si para os outros. Este é o processo de constituição da personalidade. Daí está claro, porque necessariamente tudo o que é interno nas funções superiores ter sido externo: isto é, ter sido para os outros aquilo que agora é para si" (Idem, 2000, p. 24).

A psicogênese da pessoa completa proposta por Wallon também parte desse princípio. A distinção *eu-outro* é um processo gradual e permanente. O *eu* psíquico é uma construção que ocorre num processo de fusão e diferenciação *nas e através das* interações sociais. Contrariando a visão de que a participação do *outro* na formação da consciência ocorreria tardiamente no desenvolvimento, Wallon critica concepções do *eu* como uma "realidade profundamente individual", um "mundo íntimo e fechado de sensibilidade subjetiva" (in Werebe & Nadel-Brulfert, 1986, p. 158). Para o autor, o "complemento indispensável: este estranho essencial que é o outro" (Ibid, p. 164) "...é um parceiro perpétuo do eu na vida psíquica" (Ibid, p. 165).

A partir de concepções que defendem o *outro* como fundamental no processo de constituição da identidade, mesmo considerando-se as contribuições que a perspectiva narrativista introduz no estudo da construção do *si mesmo*, algumas limitações se colocam nas abordagens narrativistas que não contemplam esse caráter. Como mencionado até aqui, as concepções narrativistas apresentam-se como uma alternativa aos modelos que concebem e promovem o entendimento da pessoa enquanto entidade. Contudo, também é possível perceber que algumas aproximações narrativistas não preenchem requisitos para pleitear sua classificação em uma outra forma de compreensão da pessoa no processo de construção de significados: a de pessoa enquanto diálogo (de acordo com a classificação proposta por Josephs & Valsiner, 1998)⁵.

⁵ Os autores, no primeiro caso, consideram as teorias que compreendem a pessoa como uma "entidade ontológica", um conglomerado de características unitárias. No segundo, desafiando uma noção de pessoa como uma unidade entificada, posicionam as teorias que buscam a construção de uma concepção dialógica de *self*.

POR UMA ABORDAGEM DIALÓGICA E COMPLEXA DE CONTINUIDADE E DESCONTINUIDADE DE *SI*

SUMÁRIO: 3.1. O *si mesmo* enquanto diálogo – 3.2. Articulações com a perspectiva da Rede de Significações.

3.1. O *SI MESMO* ENQUANTO DIÁLOGO

A crítica apresentada à perspectiva narrativista, por algumas vezes não colocar o *outro* como fundante na construção da identidade, não é consensual entre os autores.

Peuter (1997), apesar de considerar que narrativismo e dialogismo¹ compartilham concepções semelhantes, distingue-os muito claramente. A autora afirma que, enquanto o narrativismo parte

¹ Segundo Linell e Marková (1993, p. 180), “o termo ‘dialogismo’ foi cunhado por neo-kantianos nos anos 20, os quais, para seus propósitos, assimilaram a dialética social de Hegel dos relacionamentos diádicos entre o *self* e o outro. De acordo com o dialogismo, os desenvolvimentos sócio-histórico e ontogenético da linguagem, cognição e comunicação, assim como sua manutenção na interação face-a-face, são fundamentalmente construídos com base na mutualidade entre *self* e outro”. Os autores citam Vygotsky entre os psicólogos que contribuíram para elaborar os princípios dialógicos do desenvolvimento do *self*.

de uma visão monológica da identidade narrativa e privilegia a integridade, a coerência e a síntese do *self*, o dialogismo fala a favor de uma igual presença de síntese e dispersão, unidade e fragmentação, atuando em tensões dinâmicas na construção do *si mesmo* (p. 31).

Por sua vez, Brockmeier & Carbaugh (2001), apesar da dificuldade em identificar o desenvolvimento da produção contemporânea sobre narrativa, reconhecem a incorporação do diálogo em uma das três diferentes visões sobre narrativa por eles apresentadas². Nela, estariam principalmente autores que compreendem a narrativa como uma produção dialógica e incorporam as contribuições de Bakhtin. O próprio Bruner (1997) vai apontar para a necessidade de se considerar um *si mesmo* em diálogo:

“Não é o si-mesmo um relacionamento transacional entre um locutor e um Outro, de fato um Outro Generalizado? Não é ele um meio de estruturar a nossa consciência, nossa posição, nossa identidade, nosso comprometimento uns com os outros? O si-mesmo, nesta acepção, se torna ‘dependente de um diálogo’, projetado tanto para o receptor do nosso discurso como para propósitos intrapsíquicos” (ibid., p. 90).

² A primeira, derivada do estruturalismo francês, compreende os textos narrativos como sistemas de signo que organizam significados ao longo de linhas narrativas. Para os autores, apresentam algumas limitações oriundas da compreensão da língua como um sistema de formas invariantes, cuja pesquisa revelaria sistemas universais, portanto mais focada nos códigos da linguagem do que no seu uso em contexto. Na segunda, como ruptura desse referencial, tomam corpo abordagens narratológicas na sociolinguística, análise conversacional e etnografia da comunicação, que têm como ponto de partida a análise de narrativas diárias e não apenas ficcionais. Por último, estariam aquelas abordagens que compreendem a narrativa como dialógica. O objetivo aqui não é explorar essas abordagens, mas apenas referir que, na atualidade, reconhece-se a existência e a importância de concepções dialógicas no estudo da narrativa de *si*.

Independente da classificação apresentada e da polêmica que possa estar contida na discussão sobre narrativismo e dialogismo, parece claro que, para o estudo das continuidades e descontinuidades de *si* de uma perspectiva que não considere apenas uma dessas características, ou alguma delas de modo privilegiado, faz-se necessária a utilização de uma perspectiva dialógica. Mais do que isso, parece-nos possível superar a tendência de síntese e a concepção unitária e autocontida do *si mesmo* somente através desse tipo abordagem.

Embora Bakhtin (1981, 1999, 2000, 2002) não estivesse preocupado em elaborar uma psicologia do *self*, suas contribuições têm sido importantes para estudiosos contemporâneos avançarem o entendimento da construção narrativa de uma vida. Um número crescente de pesquisadores e psicólogos tem se dedicado a expandir o conceito de *self* e articulá-lo a uma visão dialógica e co-construída, apoiando-se fundamentalmente em seus conceitos (Sampson, 1993; Valsiner, 1996; Bhatia, 2002). Dentre os trabalhos mais citados e articulados em termos de proposição teórica e metodológica, têm ganhado destaque as formulações de Hermans (1996a, 1996b, 2001a, 2001b, no prelo).

Hermans trabalha com a narrativa enquanto metáfora para pensar a construção do *self*. Partindo de uma concepção do *self* enquanto um narrador motivado (Hermans & Hermans-Jansen, 1995), compreende o contar a história sobre *si* como um evento altamente dinâmico e intrinsecamente relacional e dialógico, uma vez que sempre se conta a história para alguém (para um outro real ou imaginário; para uma outra pessoa ou para *si* própria). Na sua composição teórica mais atual³, o autor propõe de modo mais

³ O trabalho de Hermans pode ser dividido em três momentos. O primeiro é mais conhecido pelas formulações sobre “valorações do *self*” (*valuations*). Num segundo momento, propõe uma abordagem clínica denominada “*self confrontation*”. Atualmente, Hermans tem recebido reconhecimento em função da perspectiva do “*dialogical self*”. Embora as proposições atuais acerca do *self* tenham ganhado corpo na última década, elas já vinham se desenhando e de alguma forma estavam presentes nas duas fases anteriores.

enfático uma articulação de conceitos desenvolvidos por William James e Mikhail Bakhtin e denomina sua perspectiva de *self* dialógico (*Dialogical Self*).

James, no final do século 19 e início do 20, foi um dos autores que se contrapôs a uma concepção de um *si mesmo* autocontido, tendo um importante papel no desenvolvimento conceitual do *self*, contrastando com a visão dualística predominante não só de corpo e *self*, mas também de *self* e *outro*. Em sua aparente unidade, o *self* deveria ser compreendido através de dois aspectos discrimináveis que indicam o caráter “*duplex*” do ser humano: o primeiro, o *self* como sujeito, capaz de observar, conhecer o mundo (na língua inglesa *I*); o segundo, o *self* como objeto (*Me*), aquele que é conhecido, observado. O *I* (*self-as-knower*) garantiria o sentimento de identidade pessoal, de ser o mesmo através do tempo (continuidade), de ser distinto dos outros (individualidade) e de ser o agente da experiência (volição). O *Me* (*self-as-known*) seria composto por todos aqueles elementos que uma pessoa considera como parte de *si* (pais, família, casa, amigos, inimigos...). O *self* seria então a conjunção desses dois aspectos. Com essa distinção, James contempla a continuidade e, principalmente, supera uma concepção de um *self* unificado, fechado em si mesmo, abrindo as portas para a sua descentralização e expansão. De uma perspectiva narrativista, o *I* pode ser considerado o autor e o *Me* o(s) ator/atores (Hermans & Hermans-Jansen, 1995).

Indo além, Hermans propõe que os diferentes aspectos do *Me* seriam melhor representados pela metáfora do romance polifônico, desenvolvido por Bakhtin especialmente no seu livro *Problemas da Poética de Dostoiévski* (1929/2002). Nele, diferenciando-se de análises literárias anteriores sobre a obra de Dostoiévski, Bakhtin defende que o autor instaura um novo estilo romanesco ao considerar a multiplicidade de vozes e a relativa independência dos personagens.

No romance polifônico, cada personagem tem sua própria voz e pode defender seu próprio ponto de vista e dialogar com outros personagens com certa autonomia e independência em relação ao autor, podendo inclusive discordar desse. A linguagem do romance polifônico caracteriza-se pela multiplicidade de vozes e pelas re-

lações dialógicas que são por elas estabelecidas, o que figura um caráter de permanente não acabamento do romance e dos personagens: "A essência da polifonia consiste justamente no fato de que as vozes, aqui, permanecem independentes e, como tais, combinam-se numa unidade de ordem superior à da homofonia" (*Ibid*, p. 21). Por esse motivo, para vários autores, pode ser considerada uma proposta bastante adequada para tratar da construção diária da identidade contemporânea, que adquire um caráter interminável.

O diálogo entre as vozes, no romance polifônico, diz respeito não apenas à multiplicidade de personagens/atores, uma vez que nós tenderíamos ainda a pensar que essa multiplicidade poderia atuar a partir de um *self* unificador. O diálogo permite que haja uma multiplicidade de mundos e de perspectivas, ampliando a noção de *self* para necessariamente interpessoal e povoado por vozes pleni-valentes (Hermans, 2001a, p. 245). Dessa maneira, o diálogo, fundamental ao pensamento de Bakhtin, torna-se importante para as concepções de *self* dialógico de Hermans. As relações dialógicas são um fenômeno que "...penetra toda a linguagem humana e todas as relações e manifestações da vida humana, em suma, tudo o que tem sentido e importância" (Bakhtin, 2002, p. 42).

Além de levar em consideração o aspecto temporal na construção narrativa do *self*, característica central aos teóricos da perspectiva narrativista (Sarbin, 1986; McAdams, 1993, 1996; Ricoeur, 1994; Bruner, 1997), Bakhtin considera que os eventos são construídos em planos diversos. Há uma descontinuidade e espacialização dos personagens e autor⁴; representam, simultaneamente, diferentes e contraditórias vozes. O autor e o herói (ator) são considerados, desse ponto de vista, numa situação de relativa autonomia, o que distancia uma concepção dialógica de uma apropriação da narrativa de *si* que centralize os poderes unicamente no autor⁴. Dessa forma, a relação entre autor e personagem é entendida como "eu-tu" e não mais "eu-isso" (Todorov, 2000, p. 8).

⁴ Para Todorov (2000), em *Problemas da Poética de Dostoiévski*, Bakhtin assume uma nova posição a respeito da relação entre autor e herói, deixando de conceber a superioridade do autor, presente em outros momentos de sua obra.

“Assim, a nova posição artística do autor em relação ao herói no romance polifônico de Dostoiévski é uma posição dialógica seriamente aplicada e concretizada até o fim, que afirma a autonomia, a liberdade interna, a falta de acabamento e de solução do herói” (Bakhtin, 2002, p. 63).

Além disso, Bakhtin propõe o termo *cronotopo*⁵ para lidar com o que ele chama tempo-espaço no romance polifônico, não os tratando de modo separado e nem privilegiando um ou outro aspecto.

Para compor o caráter espacializado do *self* dialógico, Hermans apóia-se tanto nessa noção de justaposição bakhtiniana como no conceito de posicionamento de Davies & Harré (1990).

O conceito de posicionamento surge dentro de uma concepção da linguagem em uso, um processo de práticas comunicativas concretas, de pessoas particulares, em contextos determinados, num movimento conjunto de ações.

Compreendendo o discurso como o uso institucionalizado da linguagem e como um sistema de signos, os autores reconhecem a força constitutiva das práticas discursivas que posicionam os sujeitos em interação, mas, ao mesmo tempo, também consideram que as pessoas são capazes de escolhas em relação a essas práticas⁶. O indivíduo:

⁵ Nas palavras de Bakhtin (1981, p. 84): “*nós daremos o nome cronotopo (literalmente, ‘tempo espaço’) à conexão intrínseca dos relacionamentos espaciais e temporais que são artisticamente expressos na literatura. Esse termo [espaço-tempo] é aplicado na matemática, e foi introduzido como parte da Teoria da Relatividade de Einstein. O significado particular que tem na teoria da relatividade não é importante para nosso propósito; nós o emprestamos para a crítica literária quase como uma metáfora (quase, mas não inteiramente). O que interessa para nós é o fato que o termo expressa a inseparabilidade de espaço e tempo (tempo como uma quarta dimensão do espaço)*”.

⁶ Davies e Harré (1990) se contrapõem aos entendimentos disponíveis na psicologia social que utilizaram o conceito de papel, oriundo

"... emerge através de processos de interação social não como um produto final relativamente fixo, mas como alguém que é constituído através de várias práticas discursivas nas quais participa. Quem alguém é é sempre uma questão aberta com uma resposta mutante dependendo das posições disponíveis" (Davies & Harré, 1990, p. 46).

Mais especificamente no que concerne ao nosso interesse, para Harré (1998), a localização espaço-temporal única permite parâmetros para uma pessoa, corporificada, construir um sentimento de permanência quantitativo (*um*) e qualitativo (*mesmo*). Na manifestação da singularidade, faz-se presente um sentido de *diferenciação*, um sentido de *continuidade* pessoal e um sentido de *autonomia*. Assim, os "seres humanos são caracterizados tanto pela identidade pessoal contínua como pela diversidade pessoal descontínua. Uma mesma pessoa é posicionada de vários modos em uma conversação" (Davies & Harré, 1990, p. 47).

Com essas contribuições, Hermans define o *self* dialógico como um movimento de posições, onde é possível mover de uma a outra posição em uma paisagem (*landscape*) imaginária, em um processo de negociação e construção dinâmica de significados sobre *si* e sobre o mundo. O *outro*, o mundo e a cultura, na perspectiva de Hermans, são inclusivos ao *self*, não são externos, constituindo-o assim como a sua multiplicidade de vozes (Hermans & Kempen, 1998).

Apoiado em Bakhtin, Hermans assume que o discurso e a linguagem pessoais são vozes sociais e coletivas que circunscrevem e organizam o sistema de significados que emerge dos diálogos. Cada voz individual carrega as vozes coletivas com suas contradições e oposições: "Essas vozes não são surdas umas às

do modelo dramatúrgico, para a compreensão das ações interativas. Segundo os autores, apesar das tentativas de renovação desse conceito vindas daqueles que se apoiaram na proposta do teatro improvisado, o resultado é ainda um conceito rígido, em que a pessoa possui poucas alternativas e possibilidades de escolha. Na peça, o ator desempenha ações pré-determinadas em *scripts*.

outras. Elas sempre se escutam mutuamente, respondem umas às outras e se refletem reciprocamente” (Bakhtin, 2002, p. 75). Assim, na construção polifônica, um tema não possui um significado estático e imutável. Ao contrário, é também multifacetado em função das relações dialógicas estabelecidas no campo das vozes entre os personagens e dos próprios personagens.

Resumindo, o *self* dialógico é compreendido como uma multiplicidade dinâmica de posições do *eu*, corporificado e espacialmente estruturado, povoado por vozes, descentralizado, com limites abertos e contextualizado cultural e historicamente. Sua polifonia caracteriza-o com contradições, oposições e conflitos (Hermans, 1996a, no prelo). Para Hermans, essa multiplicidade dinâmica ocorre em uma narrativa dialógica, cujas vozes não são homogêneas nem unificadas, mas, ao contrário, são heterogêneas e opostas. As posições compõem um conjunto denominado por ele de *repertório de posições pessoais*, operando num movimento de dominação, competição ou cooperação. Cada posição é acompanhada de componente afetivo e de valorações e avaliações. Diferentes posições podem emergir em diferentes períodos da vida, implicando que um repertório de posições não somente pode como se modifica (Hermans, 2001b).

O autor tem defendido que a articulação entre as contribuições de James e Bakhtin torna possível tratar continuidade e descontinuidade do *self* e lidar com elas não como independentes uma da outra, mas como mutuamente intrínsecas ao *self* dialógico. Em um exemplo, argumenta que, ao se falar “minha mãe”, do ponto de vista de James, reflete-se continuidade, uma vez que “minha” é extensão de um mesmo e único *self*. Quando o enfoque é sobre “mãe”, remete-se à descontinuidade, uma vez que, como “personagem”, ela representa diferentes vozes no domínio do *self*. Continuidade construída em função da continuidade de nossas experiências; descontinuidade em função das vozes no espaço dialógico do *self* (Hermans, no prelo).

Aqui, defendemos que, além das articulações feitas por Hermans, faz-se necessário investigar *como* se dão as negociações e relações entre as posições do sujeito nas práticas discursivas às quais ele está submetido. Faz-se necessário compreender *como*

operam as relações entre continuidade e descontinuidade e, principalmente, complexificar a concepção de pessoa e de identidade pessoal (*self, si mesmo...*). Para nós, o jogo de posições proposto por ele deve ser pensado a partir de um referencial não linear e, dessa forma, a metáfora de rede e a complexidade que ela traz implícita parecem contribuir para avançar suas formulações. Nesse sentido, propomos que, às elaborações de Hermans, sejam ainda incorporadas aquelas desenvolvidas na perspectiva da *Rede de Significações* (Rossetti-Ferreira, Amorim & Silva, 1999; Rossetti-Ferreira, Amorim & Silva, 2000; Rossetti-Ferreira, Amorim, Silva & Carvalho, 2004).

3.2. ARTICULAÇÕES COM A PERSPECTIVA DA REDE DE SIGNIFICAÇÕES

Os pressupostos que vêm compondo a perspectiva da *Rede de Significações (RedSig)* são, em muitos aspectos, compartilhados com aqueles sustentados na teoria do *self* dialógico, desenvolvido por Hermans. Ao mesmo tempo, nascidas a partir de interesses diversos, existem obviamente diferenças imbricadas nas condições de produção de cada uma dessas perspectivas. Hermans constrói seu arcabouço teórico e metodológico através da interlocução com estudiosos mais afeitos ao campo da Psicologia da Personalidade e trabalha com material empírico originário do contexto de atuação clínica. Por sua vez, a perspectiva da *RedSig* tem sua origem no trabalho desenvolvido na educação infantil e dialoga com autores e questões mais relacionadas à Psicologia do Desenvolvimento.

Embora a perspectiva da *RedSig* seja bastante abrangente, o que nos interessa de modo mais pontual, nesse trabalho, é a concepção de pessoa derivada dos seus pressupostos, sendo esse o eixo para aproximações das duas perspectivas. Considerando-se o atual estágio de desenvolvimento da perspectiva da *RedSig*⁷,

⁷ Para um maior conhecimento dos trabalhos desenvolvidos a partir da perspectiva da *RedSig*, sugere-se Rossetti-Ferreira, M. C.; Amorim, K. S.; Silva, A. P. & Carvalho, A. M. A. (2004).

parece-nos oportuno, não apenas do ponto de vista de possíveis avanços teóricos, mas também metodológicos, aproveitar a articulação aqui proposta para aprofundar sua abordagem ao conceito de pessoa e, em particular, à construção de continuidade/descontinuidade de *si*.

A perspectiva da *RedSig* vem sendo construída como um instrumento teórico e metodológico para a investigação e compreensão dos complexos processos de desenvolvimento humano. Denominada inicialmente de sistema, foi aos poucos se aproximando da metáfora de *rede*, movimento inevitável frente à sua atual recorrência em diferentes campos do saber e práticas sociais⁸.

Suas formulações sobre desenvolvimento fundamentam-se em dois pressupostos básicos: complexidade do processo de desenvolvimento humano e constituição semiótica do sujeito.

Considerando o caráter essencialmente semiótico da constituição humana, a perspectiva da *RedSig* situa-se no contexto das pesquisas que focalizam os processos de construção dos signifi-

⁸ Como todo conhecimento que se forma e passa a ser compartilhado por diferentes áreas do saber, é praticamente impossível identificar as origens exatas do aparecimento do uso da metáfora de *rede*, sendo certo que as influências advêm de várias áreas e teóricos. De acordo com Najmanovich (1995), a mudança de paradigma e a aproximação à metáfora de *rede* acontecem em função do esgotamento de modelos que pregavam a separação entre sujeito e objeto de conhecimento, a divisão do mundo em partículas e elementos que se interagem de forma independente, a busca de mecanismos invariantes, previsíveis e exatos. Surgem da necessidade de modelos ecológicos de conhecimento, que se abrem para a complexidade do mundo contemporâneo e para o reconhecimento de uma autonomia relativa e absoluta interdependência entre os acontecimentos e elementos desse mundo. Numa concepção multidimensional, o universo passa a ser visto como uma imensa "*rede de interações*" (p. 59). Segundo a autora, a visão do universo como um emaranhado de relações e dos indivíduos como *nós* dessa rede ultrapassa os limites da física, estando presente na lingüística, na sociologia, na economia e na teoria das organizações, construindo e reconhecendo a cultura da complexidade e criando novas narrativas sobre as realidades sociais.

cados e sentidos, ou seja, do ato, da ação de significar (significação). Fica claro, com o próprio nome, que a perspectiva da *RedSig* situa-se no mesmo campo de idéias daqueles que acreditam que a produção e as transações na construção de significados constituem tema central da Psicologia. Nas palavras de Bruner (1997, p. 23), "considerando-se que a psicologia está imersa na cultura, ela deve se organizar em torno a esses processos produtores e utilizadores de significado que conectam o homem à cultura".

Um dos aspectos da complexidade refere-se ao reconhecimento de que diversas ordens macro e microcontextuais, pessoais e relacionais, materiais e simbólicas, devem ser levadas em conta na análise dos processos de desenvolvimento. Nos estudos realizados, os desafios e a busca de unidades de análise que pudessem abarcar essa complexidade foi-nos apontando para o caráter central das *relações e interações*, principalmente na sua qualidade processual. No caso mais específico das descrições de *si*, tomadas a partir de um paradigma dialógico, faz-se necessário considerar que é nas interações que elas acontecem e só podem acontecer por meio delas. Como dizem Rossetti-Ferreira, Amorim & Vitória:

"E vai ser ao nível das interações sociais, pela dinâmica segmentação e unificação de fragmentos de experiências passadas em situações presentes, através dos processos de imitação dos modelos (fusão) e do confronto (diferenciação) das necessidades, sentidos e representações, que cada pessoa vai negociar os significados que atribuem a si mesmos, ao outro e à situação como um todo...". (Idem, 1996, p. 114).

Mais do que o levantamento e identificação dos diferentes elementos presentes no desenvolvimento, acredita-se ser necessário considerar as diferentes interconexões e associações entre eles, suas relações de proximidade e subordinações, seus entrelaçamentos.

Rossetti-Ferreira (1997) propõe a metáfora de rede para tratar dessas diferentes e múltiplas interconexões e, principalmente, para representar e exprimir a complexidade da forma e do movimento

do processo de desenvolvimento humano. Segundo a autora, a utilização dessa metáfora possibilita: (1) pensar o desenvolvimento não de modo linear e de uma só pessoa, mas de todos os participantes e da situação recíproca e interativa que se estabelece entre eles; (2) considerar os vários níveis de ambientes interligados entre si, próximo ao que propõe Bronfenbrenner (1996); (3) apreender de forma sistematizada o processo de significação e de produção de sentidos.

Essa rede é descrita da seguinte forma:

“No processo interativo (...), o conjunto das ações possíveis de serem realizadas e o fluxo dos comportamentos são delimitados, estruturados, recortados e interpretados pela ação do outro e também, por um conjunto de elementos orgânicos, físicos, interacionais, sociais, econômicos e ideológicos. Todos eles interagem dinâmica e dialeticamente, compondo uma rede, a qual contempla condições macro e microindividuais e estrutura um universo semiótico, constituindo o que vimos denominando de Rede de Significações” (Rossetti-Ferreira, Amorim & Silva, 2000, p. 282).

A complexidade da *RedSig*, no processo de desenvolvimento, pode ser concebida através de uma configuração esquematizada por conexões que formariam malhas *interligadas por e interligando* nodos, existindo, portanto, diversos percursos possíveis entre eles. Rompendo com uma dicotomia da relação entre interior e exterior, cada nodo, articulado a redes mais amplas, seria constituído de redes menores. Essa característica é equivalente a um dos seis princípios do hipertexto apresentados por Levy (1993), denominado de *multiplicidade de encaixes*. Outros dos seus princípios também embasam a *RedSig*, principalmente o da *metamorfose* (constante reconstrução da rede), o da *heterogeneidade* (nodos e conexões são heterogêneos e, acrescenta-se, não equiprováveis) e da *mobilidade dos centros* (centros da rede são móveis saltando de um a outro nodo). Esse último é importante no reconhecimento do movimento de figura e fundo no processo desenvolvimental.

Essa concepção rompe com uma visão de pessoa centrada ou de um *self* ou autor que possua o domínio da situação de desenvolvimento e também das situações interativas e narrativas de *si*.

Em função das diferentes pessoas que participam de um contexto interativo e do encontro de diferentes narrativas de experiências anteriores, histórias de vida e expectativas futuras, várias redes são configuradas e articuladas entre si, compondo uma malha com vários pontos de encontros e desencontros. Malha que é atravessada por uma dimensão temporal. Em função de especificidades implicadas na questão do tempo, na perspectiva da *RedSig*, propõe-se que as significações sejam compreendidas na intersecção de quatro tempos: *histórico* (marcado por conteúdos e práticas construídos ao longo da história de um grupo cultural); *ontogenético* (tempo vivido); *presente* (aqui e agora; onde os outros tempos se relacionam); *prospectivo* (relativo às expectativas e metas). Os três primeiros são considerados com base nas proposições de Spink (1993) e o último com base em Rossetti-Ferreira, Amorim & Silva (1999).

A base da estruturação dessas redes se dá através da dialogia, ou seja, depende do compartilhamento com o *outro*. As redes vão sendo construídas continuamente, o que lhes dá um caráter bastante dinâmico, sendo re-configuradas a cada momento. A reconfiguração ocorre em função de mudanças em algumas das dimensões envolvidas no conjunto de significações.

Através da perspectiva da *RedSig*, é possível falar da multi-determinação do *self* e da multiplicidade de contextos na sua constituição (físico, social, ideológico e simbólico). A novidade acontece em função da possibilidade de criação do signo/palavra e do papel ativo do sujeito que, no jogo interacional, ocupa e constrói novos posicionamentos.

O processo de formação da identidade e subjetividade é constituído pela existência de inúmeros contextos e práticas discursivas que delineiam diferentes posições *atribuídas aos e assumidas pelos* sujeitos. A depender do contexto, das interações e do poder de hegemonia, num movimento de figura e fundo, determinado conjunto de significados adquire maior relevância na

captura das pessoas e dos processos de produção de sentido. Papéis e contra-papéis⁹ são reciprocamente assumidos, atribuídos, negociados, confrontados ou modificados (Oliveira & Rossetti-Ferreira, 1994). Essas possibilidades, por constituírem-se pela diversidade e inclusive oposição, permitem a emergência de resistências pessoais/culturais, tanto em relação aos discursos e práticas hegemônicas quanto em relação às suas mudanças, podendo então favorecer continuidades ou transformações no decorrer da vida da pessoa.

O processo de construção de *si* não ocorre de forma harmoniosa, mas sim através de conflitos e crises. É exatamente na negociação que o indivíduo estabelece com o meio, em cada situação de confronto das necessidades e significações, que ele forma sua conduta, diferenciando-se de todos os outros membros de seu grupo, redefinindo seus atributos e características.

O desenvolvimento não é entendido como individual, a-histórico e com perspectivas para aquisições futuras, mas como dinâmico, complexo e com uma possibilidade de constante transformação. Assim, a pessoa é também vista como um sujeito múltiplo e não apenas como produto/objeto de sua história. Transforma-se ao mesmo tempo em que dialeticamente transforma o meio que a constitui.

A contradição é parte integrante do processo de desenvolvimento humano. Os caminhos e lugares possíveis aos sujeitos, em determinado momento histórico, não podem ser vistos como caminhos que se esgotam. O desenvolvimento deve ser visto através de uma dialética que contemple que a sua realização pode revelar sempre novas possibilidades.

A capacidade de descrever-se enquanto único nasce da imersão da pessoa no mundo social, nas relações e diálogos estabelecidos a partir e com os *outros*. Inclusive reconhecer um *si mesmo* passa,

⁹ Nas publicações sobre a *RedSig*, têm-se mantido tanto a denominação papéis/contra-papéis como posicionamentos, uma vez que contribuições de Oliveira (1988) apresentam uma leitura dinâmica do conceito de papel. Neste texto, são priorizados os termos posição e posicionamento.

necessariamente, pela existência e também reconhecimento de outros *si mesmos*. Essa afirmação encontra base em teóricos socio-históricos como Wallon e Vygotsky, assim como Mead (Valsiner & Van der Veer, 1996). A subjetividade constitui-se num lugar único da articulação das diferentes vozes dos outros e a pessoa guarda a dialogicidade e multiplicidade dessas vozes, ou seja, tanto os lugares possíveis como os interditados.

No processo de co-construção da cultura e da pessoa, ocorre um constante estabelecimento/rompimento de limites/possibilidades, constituindo um sistema de circunscritores, conforme proposto por Valsiner (1996), que atua como organizador, canalizador da trajetória desenvolvimental, impulsionando para determinadas direções e aquisições ao mesmo tempo em que distancia de outras. Esse sistema impregna a organização dos ambientes e os padrões de relacionamento culturalmente estabelecidos. O desenvolvimento é ao mesmo tempo determinado e indeterminado em diferentes domínios, coexistindo zonas/espacos de preservação, negociação e criação de novidade. Os circunscritores são também compreendidos enquanto redes, cuja construção ocorre em um movimento de contínua reconstituição e de multideterminação. Para Valsiner, os circunscritores culturais vão servindo de base para que as pessoas construam *self-constraints*, crenças, representações e concepções sobre o mundo, orientando as histórias e narrativas a respeito de nós mesmos.

Com a articulação de algumas contribuições da narratologia, do *self* dialógico e da *RedSig*, acreditamos ser possível, do ponto de vista conceitual e teórico, argumentar a favor de uma redefinição do que seja continuidade e descontinuidade de *si*, entendendo-as no âmbito da produção narrativa, enquanto características intrínsecas ao processo de descrever-se como pessoa, acontecentes num jogo de posições *atribuídas à e assumidas pela* pessoa nas relações estabelecidas no encontro com o *outro*.

Com base em concepções dialógicas e no reconhecimento de que as significações se dão em relações complexas (expressas pela metáfora de rede), que situadas posicionam a pessoa em determinados lugares, a hipótese que levantamos aqui é que a construção de uma nova identidade, representada por uma descrição de *si* que

posiciona a pessoa num lugar de não envolvimento com o crime, não anula o aparecimento de posições vinculadas ao envolvimento. Mais do que isso, propõe-se que esse posicionamento se dá num jogo de articulação com outras posições que não apenas restritas ao âmbito da criminalidade. Esse movimento de posições se daria de modo muito mais complexo do que aquele de um processo de deslocamento de uma a outra posição, como podemos supor a partir de um paradigma linear, de um ponto de vista de tomada de decisão pessoal ou mesmo do estabelecimento de um novo padrão narrativo.

Por exemplo, a partir de uma perspectiva narrativista assentada em pressupostos estabelecidos por McAdams (1993), Maruna (2001) identifica de modo bastante competente diferentes padrões e *scripts* nas narrativas pessoais de infratores e ex-infratores. O primeiro caso caracteriza-se pelo uso de uma narrativa de “condenação” e o segundo, por uma narrativa “generativa”. Para Maruna, mais difícil do que parar uma carreira criminal é a sustentação dessa interrupção. O autor sugere que essa manutenção pode ser potencializada por oportunidades de reabilitação que fortaleçam narrativas generativas, que se centram em argumentos sobre a importância de *si* para a comunidade e para gerações futuras.

Para nós, o fortalecimento de qualquer posição, produzido narrativamente, não pode ser entendido unicamente no âmbito dessa posição, mas sim, por meio da compreensão das relações de subordinação e contradições que ela comporta, de suas inter-relações e articulações com outras posições. Nesse sentido, uma vez que pela nossa concepção existe um jogo de posições *assumidas pelas e atribuídas às* pessoas, faz-se necessário investigar as relações às quais essas posições encontram-se articuladas, pertencentes e submetidas, considerando-se a complexidade e a especificidade do desenvolvimento em situações de criminalidade e, principalmente, o contexto interacional em que são produzidas. Como se dá a dinâmica dessas narrativas e como o sentido de continuidade e descontinuidade de *si* é construído e/ou mantido nessa dinâmica? Tomando como exemplo o trabalho de Maruna, uma narrativa que produz posições generativas significa completa exclusão e ausência de posições de condenação? A construção

desses padrões narrativos não estaria dependente também do contexto mais imediato ao qual foram produzidos? Em outras palavras, para quem se constrói uma narrativa de condenação ou generativa? Por outro lado, nessa construção não se concretiza e objetiva a matriz sócio-histórica e as implicações da vivência no crime? De modo mais genérico, como “novas” e “velhas”¹⁰ posições relacionam-se entre si e com o contexto das pessoas?

No caso dos infratores, principalmente quando se considera a posição *ocupada* e a eles *disponibilizada* em nossa sociedade, a construção de um novo papel e uma nova posição identitária deve ser compreendida dentro da complexidade das relações sociais, complexidade permeada por diferentes valorações. Defendemos que construir uma posição de ex-infrator não é a mesma coisa que mudar de carreira profissional em direção a uma mais valorizada socialmente. É claro que, em ambos os casos, pode-se compreender a nova identidade como um indício de conquista, agenciamento e heroísmo, mas, em relação ao crime, permanece o aspecto da legitimidade social atribuída ao ex-infrator e da construção social das posições a ele disponíveis. As posições de infrator e ex-infrator guardam relações de continuidades, exatamente por serem opostas no âmbito das relações sociais.

Dessa forma, parece-nos importante, para a compreensão da construção das identidades de ex-infratores, entender como os indivíduos constroem posições identitárias para ganhar legitimidade na sua comunidade, que lhes destina um caráter crônico e anuncia um destino trágico. É essa questão que nos coloca a necessidade de um referencial que pense o conflito mais do que a síntese. Argumentamos que, além do “paradoxo” da continuidade e descontinuidade de *si*, homens que constroem novas trajetórias após envolvimento com o crime também necessitam “resolver” a contradição presente na relação entre as posições identitárias de infrator e de ex-infrator.

Nesse sentido, o presente texto procura discutir como continuidades e descontinuidades no envolvimento com o crime se

¹⁰ Utilizamos “velhas” para nos referir a posições relacionadas ao contexto do crime e “novas” ao contexto atual.

articulam e se presentificam nas formas de descrição de *si*, na narrativa de homens que tiveram envolvimento com o crime em algum momento de suas vidas. Através da investigação de dois estudos de caso (Salvador e Juan), com o uso de entrevistas autobiográficas, busca-se compreender como Salvador e Juan se posicionam e são posicionados ao significar os eventos vividos, tanto relativos à experiência e ao contexto da criminalidade como ao contexto atual. A partir de um entendimento dialógico e situado da narrativa de *si*, procura-se compreender um pouco do processo de construção de suas identidades.

NARRANDO AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO *CORPUS* DA PESQUISA

SUMÁRIO: 4.1. A indicação dos participantes – 4.2. O levantamento das informações – 4.3. Construção e análise do *corpus*.

4.1. A INDICAÇÃO DOS PARTICIPANTES

Uma das primeiras surpresas que tivemos ao escolher o estudo da continuidade e descontinuidade de *si* em homens que tiveram envolvimento com o crime foi a não dificuldade em encontrar participantes¹. Originalmente, estabelecemos alguns critérios mínimos para a escolha dos participantes, considerando que deveríamos investigar casos de envolvimento reiterados e de posterior ruptura.

Levando-se em consideração as informações obtidas através dos resultados contidos na famosa curva idade-crime, estabelecemos que os participantes deveriam atender a um critério de idade em torno dos 40 anos ou mais. Naquela lógica, casos de um único

¹ Além dos dois participantes, foram ainda realizadas entrevistas com mais três homens. O contato com eles foi estabelecido através de uma instituição de apoio ao presidiário. Um dos homens estava em liberdade condicional. Os outros dois eram funcionários da instituição. Esses casos não compõem esse trabalho.

ato infracional não nos interessariam, assim como aqueles em que os participantes ainda pudessem estar numa situação de envolvimento; daí a exclusão de homens mais jovens.

Com esses critérios, imaginávamos que seria bastante difícil encontrar os participantes, uma vez que, pela lógica dos estudos revisados, esses casos representariam graves envolvimento e, por esse motivo, a grande maioria ainda estaria encarcerada ou teria sido vítima do percurso trilhado. Logo de início, descobrimos que também nós estávamos impregnadas pelos discursos do senso comum e da literatura científica. A experiência mostrou-nos que, se não é fácil, ao menos é bem menos árduo do que aquilo que se imaginava. Quando comentávamos com as pessoas nosso interesse, apesar de várias delas se manifestarem descrentes da possibilidade de homens envolvidos com o crime mudarem seus percursos de vida, aos poucos, cada uma ia lembrando de casos e histórias assistidos em noticiários ou sabidos através de outras pessoas.

Numa primeira tentativa de procura pelos participantes, feita em novembro de 1999, encontramos Salvador, indicação de um padre com quem ele mantinha uma relação bastante estreita.

Num segundo momento, em janeiro de 2001, através de conversas com uma amiga, chegamos até Juan, um conhecido antigo e muito querido do marido dessa amiga².

Na escolha dos casos, privilegiamos a indicação por pessoas que mantivessem fortes relações com os participantes. Foi a essas pessoas que primeiramente explicamos os objetivos do trabalho e solicitamos que elas fizessem o contato inicial, perguntando se seus amigos e conhecidos queriam participar do estudo. Só depois entramos em contato, explicando novamente os objetivos do trabalho para que, finalmente, decidissem sobre a participação na pesquisa. Esse procedimento foi feito levando-se em conta que se faz extremamente necessário o estabelecimento de uma relação de

² Foi construído um quadro, denominado "Linha de Vida", para facilitar o entendimento da história de vida dos participantes (anexos 01 e 02). Seguindo sugestão de Spink & Lima (1999, p. 120), compusemos o quadro em três linhas principais: datas e eventos, importância atribuída e descrição de si.

confiança entre pesquisador e pesquisado, em especial na população estudada. Procuramos assim garantir que a mediação e apresentação fossem feitas por alguém de confiança dos participantes. Como bem descreve Varella (1999, p. 10), “no mundo do crime, a palavra empenhada tem mais força do que um exército”. Além disso, como afirma um dos entrevistados, num mundo onde prevalece “a lei do cão”, a desconfiança constitui praticamente uma estratégia de defesa e sobrevivência.

A escolha dos dois participantes, apesar de ter sido casual, possibilitou que tivéssemos momentos diferentes na construção de uma nova identidade do ponto de vista do envolvimento com o crime. No momento da entrevista, Salvador estava há dois anos em liberdade, embora respondesse a processo em função de participação em rebelião. Juan contava com uma história de aproximadamente 15 anos sem envolvimento com o sistema de Justiça. Momentos que, distintos, talvez pudessem nos indicar nuances e diferenças importantes na temática escolhida.

4.2. O LEVANTAMENTO DAS INFORMAÇÕES

A coleta de dados foi baseada em entrevistas abertas, realizadas através do conceito mais amplo de história de vida; nas palavras de Bertaux (1997), relatos da experiência vivida e, para Brockmeier (1999, 2000, 2001) e outros, biografia.

Nos contatos feitos com os entrevistados, foram apresentados os objetivos e as garantias éticas³ do uso do material, procurando-

³ Os participantes recebiam uma cópia do termo de compromisso do pesquisador, a fim de que tivessem consigo informações sobre a pesquisa e o uso do material. Contudo, o termo de consentimento informado e o comprometimento ético foram estabelecidos verbalmente, não havendo a solicitação de assinatura dos participantes. Na primeira entrevista, com a apresentação do termo de consentimento, houve uma reação extremamente negativa. Consideramos que esse fato apontava para significados bastante específicos da população estudada em relação à assinatura de documentos e à própria identificação de si, o que alertava conseqüentemente para

se estabelecer uma relação de confiança e, principalmente, de valorização da experiência e da voz do participante. Na entrevista, essas questões foram retomadas e, em seguida, ela se iniciava com a solicitação de que eles contassem a história de suas vidas.

No decorrer das entrevistas, embora tenha havido uma preocupação em interferir pouco no relato, configurando uma postura de escuta e respeito em relação aos participantes, também se procurou manter um contexto “natural” de conversa, onde eram respondidas as questões ou comentários que eram feitos pelos entrevistados. Por vezes, ocorreram interrupções no sentido do entendimento do que estava sendo contado. Em outros momentos, houve o retorno a determinados temas ou eventos relatados, principalmente os que pareciam ter relação direta com os objetivos do trabalho, como por exemplo, aqueles relativos às mudanças ou teorias do participante sobre envolvimento, permanência e ruptura com atividades criminais. As interrupções geralmente ocorriam no fluxo do relato e procuravam abranger dois níveis de informações sobre as experiências dos participantes: (1) sobre as condições de vida e dos fatos experienciados a partir da cronologia dos participantes (por exemplo: “Quantos anos você tinha nessa época?”); (2) sobre as interpretações, visões e análises feitas por eles acerca da construção ou não de novos percursos de vida, diferentes daquele da prática de crimes (“O que você acha que ajudou você a mudar?”).

Ao final da entrevista, eram feitas anotações sobre o seu contexto geral em um caderno de campo.

As entrevistas foram realizadas individualmente e as sessões foram gravadas em fita cassete e transcritas na íntegra, procurando-se transcrevê-las o mais próximo possível da fala. Duas revisões da transcrição foram feitas a fim de garantir a qualidade do material.

possíveis prejuízos na relação entrevistador-entrevistado e no levantamento das informações. Dessa forma, a dispensa da assinatura dos participantes foi solicitada ao Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto (EERP-USP), a qual foi aceita pelos seus membros.

Para a realização das entrevistas foram procurados locais que garantissem a privacidade dos participantes. Três delas foram realizadas em uma sala de um centro de atendimento psicológico (Salvador) e uma foi feita em uma sala de um ambulatório municipal de saúde (Juan)⁴.

A partir de uma perspectiva que considera a narrativa de *si* como um processo de construção situada, relacional e dialógica, conhecer as características do pesquisador se torna tão necessário quanto o conhecimento daquelas relativas aos entrevistados. O pesquisador é concebido como tendo um papel relativamente ativo na produção dos dados. O próprio campo possível de produção de *si*, cabe lembrar, já foi delimitado antes mesmo da entrevista (Lucius-Hoene & Deppermann, 2000), através do convite à participação feito pela pesquisadora, colocando os participantes no eixo da trajetória e identidade criminais, eliminando uma série de outras histórias possíveis de serem contadas e, conseqüentemente, de posições identitárias.

Assim, o pesquisador aqui não é concebido como alguém que, de fora da situação, produz conhecimento sobre ela. Ele está implicado nesse processo de produção da narrativa do participante, com suas intervenções, sorrisos, posturas, enfim, com a simples presença e com os discursos que essa presença evoca quando e no confronto com o participante. Discursos sobre cor da pele, gênero, classe social, profissão, oportunidades desenvolvimentais...

Ana Paula, 32 anos, branca, doutoranda em Psicologia, moradora de cidade média do interior de São Paulo, professora da área de Psicologia do Desenvolvimento, psicóloga, casada, sem filhos. Na graduação, foi membro do Conselho da comunidade da Cadeia Pública de sua cidade de origem (Sertãozinho), estabelecido conforme Código Penal. Coordenou entrevistas junto à população carcerária a fim de conhecer as necessidades dos presos e subsidiar as ações dos conselheiros. Atuou como professora desenvolvendo um

⁴ Um quadro resumindo informações básicas foi elaborado para cada uma das entrevistas (anexos 03, 04, 05 e 06).

projeto de alfabetização de adultos nessa cadeia. No mesurado, pesquisou os processos de adolescentes autores de atos infracionais junto à Vara da Infância e Juventude de Ribeirão Preto, durante o período de 1984 a 1996.

Além de ser visto como um ativo participante no momento da entrevista, o pesquisador é também um produtor do relato sobre as informações levantadas. Os dados são, necessariamente, apresentados por um discurso que, apesar de constrangido pelo gênero científico, carrega singularidades e especificidades do pesquisador que conta, que relata e constrói o seu *corpus* e a sua abordagem. Nesse sentido, a explicitação e visibilidade do percurso e dos recursos utilizados na análise do material são fundamentais para que haja compartilhamento e possibilidade de troca na comunidade científica, atendendo aos critérios do rigor na pesquisa qualitativa, muito bem discutidos por Spink & Menegon (1999) e Spink & Lima (1999).

4.3. CONSTRUÇÃO E ANÁLISE DO *CORPUS*

A metodologia de tratamento das entrevistas e de análise das informações não foi estabelecida *a priori*, sendo resultado de um processo árduo de ir e vir ao material empírico, como a maioria dos estudos de caso. Em função do caráter recente das articulações entre os referenciais teóricos propostos que compõem a lente para a construção do *corpus* e, principalmente, em função do desenvolvimento independente desses referenciais, fez-se necessário construir uma abordagem ainda não utilizada nos trabalhos de Hermans e nem nos estudos que foram embasados pela *RedSig*.

Uma outra parte da dificuldade deriva também da própria indefinição e imprecisão do que seja narrativa, o que resulta, conseqüentemente, na falta de precisão também dos métodos adotados para sua análise (Lieblich & Josselson, 1997). Uma vez que seu uso não é consensual e não há uma delimitação precisa, qualquer definição do que caracteriza o seu tipo de pesquisa resulta em explicações circulares: a pesquisa narrativa refere-se "a qual-

quer estudo que usa ou analisa a narrativa" (Lieblich, Tuval-Mashiach & Zilber, 1998, p. 2).

Lieblich, Tuval-Mashiach & Zilber (*ibid.*) classificam as pesquisas de acordo com o tipo de abordagem que se faz da narrativa: (1) estudos nos quais a narrativa é usada como um instrumento, em especial, utilizada com grupos pequenos e podendo ser combinada com estratégias de levantamento de dados de grupos maiores (a maioria dos estudos estaria incluída nessa categoria); (2) estudos que investigam a narrativa como seu objeto de pesquisa; (3) estudos sobre metodologia e filosofia de abordagens qualitativas de pesquisa, entre elas, a pesquisa narrativa.

Os autores propõem ainda a existência de um modelo para a classificação e organização dos tipos de análises narrativas: (1) holística x categorial (enquanto a primeira toma a história como um todo, a segunda é analisada em categorias); (2) conteudista x formal (conteúdo relaciona-se ao que aconteceu e ao seu significado; forma refere-se à estrutura do *plot*, à sequência do evento, ao estilo da narrativa). Articuladas, essas categorias originam quatro tipos de trabalho com o material empírico, com os seguintes enfoques: holístico e conteudista (típicos dos estudos de caso onde se analisa a história completa); holístico e formal (como se desenvolve a narrativa e pontos de mudanças no seu decorrer); categorial e conteudista (análise de conteúdo); categorial e formal (características lingüísticas de unidades e categorias da narrativa).

A nossa preocupação aqui não é nos situar em alguma dessas classificações, mas apenas expor a ausência de consenso e a necessidade de se encontrar formas compatíveis com a concepção que se faz de narrativa, que, segundo Brockmeier & Harré (1997), na atualidade, em função do seu crescente uso, exige um cuidado especial para não se tomar qualquer produção discursiva como narrativa.

No nosso trabalho, aproximamo-nos da perspectiva narrativa não apenas ou simplesmente porque consideramos a narrativa como uma metáfora representativa de processos comunicativos cotidianos, mas, fundamentalmente, pelo seu caráter instrumental ao considerarmos que o *corpus* dessa investigação

caracteriza-se como um tipo de narrativa bastante peculiar. Trata-se de uma narrativa produzida em um contexto de entrevista biográfica.

Aos poucos, fomos percebendo que a entrevista biográfica necessariamente coloca o participante numa posição de reflexão sobre a sua vida, num desdobrar-se sobre *si*; situação que expressa o caráter duplo da constituição da pessoa, que pode ser sujeito de *si* e seu próprio objeto de investigação. Uma vez que nos interessava, de modo particular, investigar as continuidades e descon continuidades de *si* por meio do conceito de posições, foi parecendo-nos apropriado então pensar o material do ponto de vista da metáfora da narrativa que, como já mencionado, atribui a esse aspecto duplo as posições de autor e de ator. No nosso caso, o participante é entendido como um narrador, autor da história de sua vida e dos personagens que assume para *si* ou que emergem na narrativa para expressar as pessoas com quem se relacionou. Assim, a aproximação à perspectiva narrativista foi se tornando inevitável e foi feita em função de uma gradual consciência do tipo de material empírico produzido.

A entrevista biográfica diferencia-se de outras formas de entrevistas e mesmo de narrativas cotidianas, essas últimas caracterizadas como apresentações de *si* muito mais fragmentadas. Como afirma Pinheiro (1999), a entrevista pode ser entendida como uma prática discursiva e, nesse sentido, é sempre "situada e contextualizada, por meio da qual se produzem sentidos e se constroem versões da realidade" (p. 186). Contudo, ao demandar ao participante que ele lance um olhar sobre a sua vida como um todo, a entrevista autobiográfica o implica em um relato representativo de sua identidade narrativa, um posicionamento em relação aos grupos sociais vividos, às instituições, aos parceiros de interação.

Ainda, considerando-a como um processo interativo e de esforço reflexivo e co-construído de compreensão da vida, ela é concebida não como um momento onde identidades preexistentes são reveladas, mas principalmente como um espaço de construção de *si*. Por esses motivos, a entrevista biográfica, tratada com o conceito de identidade narrativa dialógica, é considerada um "artefato científico" importante para o estudo das formas de construção de *si*

(Lucius-Hoene & Deppermman, 2000) e, conseqüentemente, das questões relativas à continuidade e descontinuidade de *si*.

Além disso, o debruçar-se sobre o material também foi apon-tando a co-existência do que Wortham (2000) chama caráter *representacional* e caráter *interacional* da autobiografia, denomi-nados por Lucius-Hoene & Deppermman (2000), com base nos trabalhos de Bamberg e na lingüística, de função *referencial* e função *performática* da narrativa.

A visão representacional ou referencial, que segundo os autores têm dominado a área, compreende a narrativa autobiográfica como um momento de produção de *si* onde a pessoa, ao descrever seu passado, é posicionada e representada em relação a tipos e atividades sociais. “Questões em consideração à identidade do narrador e seu contexto são principalmente tratadas como questões de atributos de identidade categorial...” (Lucius-Hoene & Deppermman, 2000, p. 202).

Por outro lado, de acordo com a visão interacional ou performática, a produção de *si*, na entrevista biográfica, é pensada a partir da função interacional desse tipo de comunicação com o interlocutor da história contada, estabelecendo seu foco sobre as formas pelas quais os narradores se posicionam em relação à sua audiência.

Lendo e relendo as entrevistas, fomos percebendo que esses dois aspectos se fazem presentes e estão intrinsecamente relacio-nados. Por exemplo, é fato que um dos participantes se posiciona como sedutor em relação às mulheres ao longo de sua vida narrada, mas isso não pode ser considerado independente do reconhecimento de que a pesquisadora é mulher, o que dá uma característica peculiar a essa relação, cujos posicionamentos produzidos na entrevista estão permeados pelas relações de gênero em nossa sociedade. Trata-se de uma produção conjunta. Afinal de contas, a entrevista não é nada mais do que um tipo de interação e, nesse espaço, as produções não estão em um ou outro participante.

De um ponto de vista dialógico, qualquer abordagem que não considere a interação nos parece incompatível com esse referen-

cial. Qualquer identidade só é possível pela complementação da interpretação do *outro*.

Entretanto, privilegiar apenas esse aspecto interativo imediato, no caso da investigação biográfica, significa desconsiderar a história de vida do participante e a importância que ele atribui aos elementos do tempo vivido atualizados na entrevista. Significa impedir análises sobre posições que, de alguma forma, são relacionadas a essa história e são portadoras de informações preciosas do ponto de vista da investigação. Seria o mesmo que anular o sujeito concreto com o qual interagimos e apagar sua história. Seria pensar que os eventos vividos não representam também limites concretos que circunscrevem o relato da vida.

Para Wortham (2000) e Lucius & Deppermann (2000), a despeito da proliferação de métodos, existem poucas análises que empiricamente articulam os aspectos representacional ou referencial e interacional ou performático da narrativa. Nesse sentido, procuramos aqui trabalhar com esse duplo aspecto da narrativa autobiográfica e da construção de *si*, compreendendo-as em função dos efeitos que as posições narradas têm sobre o interlocutor; entendendo, nos efeitos, sua intrínseca característica interacional e, nas posições narradas, também sua implicação com os acontecimentos vividos.

Diante das considerações acima, do nosso interesse em investigar como se dão as inter-relações entre as posições *assumidas pelo* e *atribuídas ao* participante e do objetivo de compreender como se articulam continuidade e descontinuidade de *si* nesse jogo de posições, procuramos construir uma forma de abordagem do material que considerasse as posições em relação umas às outras. Utilizamos para isso a denominação dada por Brockmeier (2001, p. 251), que identifica dois níveis de eventos na produção biográfica: nível do *evento narrado* (o que ocorreu no passado) e nível do *evento narrativo* (formas do relato). Supõe-se que os relacionamentos e as mudanças entre as posições, assim como os circunscritores referentes a elas, ocorrem tanto por causa de posicionamentos relacionados ao relato dos acontecimentos ocorridos no passado (situando a pessoa como ator), assim como pela forma como o participante conta a sua história (posicionando a pessoa como autor).

O primeiro caso (*evento narrado*) situa-se no nível dos acontecimentos mencionados pelos participantes e trazidos em suas narrativas como componentes de sua história de vida. Eventos, experiências, situações e pessoas que ele articula na história contada; ou seja, o relato daquilo que aconteceu no passado. Como não compartilhamos concepções que procuram uma única verdade escondida ou revelada no relato, mas ao contrário, acreditamos na multiplicidade de versões, na produção contextualizada dessas versões e, principalmente, no ponto de vista da pessoa e o que ela apresenta como significativo, esse nível não é tomado com base em questionamentos de veracidade. As denominações das diferentes posições relacionadas aos diversos momentos de vida são entendidas como representativas desse nível.

O outro nível, o do *evento narrativo*, implica em como o narrador conta sua história, a entonação, as expressões presentes no contar, eventos do aqui e agora. Construídas na linguagem em uso, as descrições de *si* devem ser também encontradas nas formas pelas quais os indivíduos se descrevem. Além disso, também nesse nível considera-se o momento interativo entre pesquisador e pesquisado e as implicações dessa interação na produção da história, dos eventos contados e, conseqüentemente, das posições ocupadas pelos participantes.

Do ponto de vista da organização do material, os procedimentos foram os seguintes:

(1) Com a entrevista transcrita e revisada, foi realizada uma leitura exaustiva tentando identificar os assuntos trazidos pelos participantes. Assim, a entrevista foi demarcada em diferentes *blocos temáticos*, de acordo com os assuntos narrados (por exemplo, infância, primeiros envolvimento, e assim por diante).

(2) Após essa delimitação de blocos temáticos, com novas leituras do material, foram identificados, ao longo de toda a entrevista, os *modos pelos quais o sujeito se posicionava* frente ao evento que estava sendo narrado; os tipos característicos de apresentação de *si*. Por exemplo, se ele relatava um evento

caracterizando-se como vítima, essa posição era anotada ao lado desse trecho.

(3) Uma vez que a quantidade de posições foi extensa, procurou-se regularidades que pudessem apontar para a existência de posições relacionadas entre si e passíveis de serem agrupadas, chegando-se a algumas *posições predominantes*. Por exemplo, na entrevista com Juan, ora apareciam descrições como conquistador, ora como submisso, ambas relacionadas à figura feminina. Dessa forma, essas foram agrupadas e nomeadas como *posição em relação à mulher*, sendo esta uma daquelas identificadas como principais. Para cada entrevista, essas posições foram então definidas antes do tratamento final.

(4) Com o levantamento das posições predominantes, houve o retorno à entrevista, que foi distribuída em um novo quadro, que chamamos de *mapa da entrevista*. A elaboração do mapa resultou de uma adaptação e articulação da metodologia para a análise de entrevista proposta por Spink & Lima (1999) e do método proposto por Hermans para a análise do repertório de posições pessoais. A entrevista foi então inteiramente disposta em seis colunas. A primeira, contendo a *linha narrativa*, diz respeito à divisão da entrevista de acordo com os blocos temáticos e contém uma breve descrição sobre o que o participante estava falando. Nesse espaço, também foram anotadas as falas da entrevistadora. Nas quatro colunas centrais, as falas dos participantes foram distribuídas de acordo com as posições principais. Na última, foram feitas anotações sobre quem o sujeito estava falando, por exemplo: mãe, amigos, presos, polícia, companhia e assim por diante. Com essa coluna, pretendeu-se facilitar a localização dos interlocutores (além da entrevistadora) assim como vozes que atravessam o discurso dos participantes. A sequência da fala foi mantida juntamente com o número de linha correspondente à transcrição como forma de permitir o acompanhamento do discurso e movimento das posições ao longo da entrevista. Nos momentos de mudança das posições até então dominantes, as novas posições foram incorporadas demarcando-se onde essa modificação ocorreu. O quadro a seguir permite visualizar como foi feita a distribuição da fala na entrevista.

	Fala do Participante				
Linha Narrativa	POSIÇÕES				De quem está falando
	Posição 1	Posição 2	Posição 3	Posição 4	
01. (1-21) Resumo do que está contando e falas da pesquisadora	(1-05) fala literal (15-21)		(05-08)	(8-15)	
02. (22-38)			Posição 5		
03.					

Além dessa disposição da entrevista, foram marcados em negrito os silêncios e as pausas. A partir do trabalho de Löyttyniemi (2001), que apresenta elementos propostos por Hyvärinen para o estudo da mudança na narrativa – entre eles falsos começos, expressões de relações entre idéias, repetição de locuções, verbos avaliativos, intensificadores como sorriso –, assinalamos também esses indicadores, o que nos poderia auxiliar na análise sugerindo indícios de continuidades e descontinuidades de *si* e das posições apresentadas.

Considerando-se o nosso interesse, especial atenção foi dada ao uso dos tempos verbais, um dos indicadores sugeridos por Brockmeier (2000) para análise de autobiografias e do tempo autobiográfico.

Ademais, trechos de falas mais diretamente relacionados à entrevistadora, no campo da fala do participante, foram sublinhados.

Esse mapa, quando pensado a partir da distribuição das posições presentes nas quatro colunas centrais, possibilita acompanhar o movimento das posições predominantes e, principalmente, as relações dialógicas entre elas (de cooperação, competição, negociação...). Fato típico de uma preocupação que tem como eixo o evento narrado e que procura olhar para as posições referindo-se aos atores da história da vida contada. Quando tratado a partir da relação entre essas colunas centrais e as falas da pesquisadora e as marcas linguísticas, permite um foco no evento narrativo e

na consideração do participante e do entrevistador como co-autores das posições produzidas. Permite também retomar posições que, embora não tivessem sido classificadas como predominantes, possuem um significado importante num determinado momento narrativo.

A análise do material leva em consideração tanto o conteúdo como a forma, trabalhando assim com a noção bakhtiniana: "Forma e conteúdo são unos, uma vez que compreendemos que o discurso verbal é um fenômeno social – social pela sua extensão total e em todos os seus fatores, da imagem do som ao significado abstrato de maior alcance" (Bakhtin, 1981, p. 259). Para Bakhtin, deve-se superar a separação entre uma abordagem formal e uma ideológica.

Do ponto de vista da *RedSig*, podemos dizer que trabalhamos com a idéia de significações advindas de duas redes interligadas, uma relativa aos significados atribuídos às experiências vividas e outra que configura as significações que colocam o participante em relação às especificidades do momento interativo da entrevista, incluindo sua relação com a entrevistadora. É obvio que elas não se dão de modo independente, mas é importante reconhecer suas especificidades.

Uma vez que nosso interesse se referia exatamente aos processos de construção da identidade narrativa dialógica e às relações entre as posições no sentido das continuidades e descontinuidades, optou-se por fazer uma análise descritiva de toda a entrevista. Acompanhando as relações dialógicas evidenciadas nas posições dos participantes e em relação à pesquisadora, procurou-se tratar os níveis do evento narrado e do evento narrativo não de modo separado, mas articulado.

NARRANDO AS POSIÇÕES IDENTITÁRIAS DE JUAN

SUMÁRIO: 5.1. O contexto geral dos contatos estabelecidos com Juan – 5.2. A entrevista.

5.1. O CONTEXTO GERAL DOS CONTATOS ESTABELECIDOS COM JUAN

No início do ano de 2001, dia 02 de janeiro, tive o retorno de uma amiga, esposa do amigo de Juan, dizendo que ele havia aceitado participar da pesquisa. Na oportunidade, ela me deu o telefone de Juan e começou a contar sobre sua vida, mencionando inclusive que ele era alguém que gostava muito de falar.

Quando consegui falar com Juan, no dia 04 de janeiro, prontamente ele aceitou participar da pesquisa, dizendo: “Não tenho muita coisa prá contar não, mas alguma coisa tem né. Eu faço sim uma entrevista”¹. Logo no primeiro contato, ele informou que não poderia realizar a entrevista em qualquer dia da semana, uma vez que, às vezes, tinha consulta para tratamento médico em virtude de um problema de saúde crônico. Fiquei de providenciar um local para a realização da entrevista.

No dia 15/01, marcamos a entrevista para o dia 26, num Centro de Saúde da cidade onde mora Juan. Alertei para o fato

¹ Anotações do caderno de campo.

de que havia um "Centro" e um "Posto" de saúde e que a entrevista seria no Centro. Dei-lhe o endereço e ele disse que não havia problema algum. Por sugestão dele, a entrevista foi agendada às 14 horas. Eu disse que na véspera ligaria apenas para lembrá-lo.

No dia anterior, tentei várias vezes telefonar, mas a ligação não completava. Resolvi então ir mais cedo. Cheguei duas horas antes, passei em sua casa, mas Juan já havia saído. Durante a espera no Centro de Saúde, vi um homem se dirigindo ao balcão. Um senhor com andar malandro e solto. Não sei porque, pensei que poderia ser Juan, mas, uma vez que havia conversado com os funcionários sobre a pesquisa e que eles não informaram nada para ele, não me apresentei. Afinal de contas, várias pessoas chegavam ao balcão solicitando informações sobre os atendimentos. Esperei até 15:30h, passei na casa de Juan e deixei um bilhete com seu filho. Juan então me ligou, dizendo que havia passado pelo local, mas que não souberam lhe dar informações. Agendamos então uma nova data, dia 30/01. Nas ligações telefônicas, Juan mostrou-se bastante amável. No dia da entrevista, tive a confirmação de que aquele homem era mesmo Juan.

5.2. A ENTREVISTA

A entrevista com Juan foi realizada em uma sala de consulta médica do referido Centro de Saúde. Havia um armário, uma maca e uma mesa com três cadeiras, uma atrás da mesa e duas na frente. Sentamos nas duas cadeiras da frente e o gravador foi posicionado na mesa. Houve uma interrupção da entrevista (linha 285) quando um funcionário entrou na sala para pegar uma bolsa que estava no armário.

Em relação às temáticas, a entrevista foi dividida nos seguintes blocos: 1. Infância, primeiros atos e brigas; 2. O primeiro problema; 3. A vingança e a morte de um rapaz; 4. O processo; 5. Depois do processo: brigador; 6. As mulheres; 7. A descoberta da amante pela esposa; 8. As brigas com a amante; 9. A separação da esposa; 10. Depois da separação; 11. O trabalho, o bar e o tráfico; 12. A atual companheira; 13. Os filhos; 14. A doença; 15. Os estudos;

16. As más companhias, mulheres e homens; 17. Sobre as conseqüências de sua vida; 18. A recuperação; 19. Amigos; 20. Mulheres; 21. A juventude; 22. A cadeia; 23. A situação do país; 24. FEBEM; 25. Proposta para os presos; 26. O envolvimento e a saída.

Como se pode perceber, a construção dos significados ao longo da entrevista caminha num sentido que sai do relato dos acontecimentos para uma reflexão macro das causas e do contexto da ação delitiva, que é intensificada a partir do bloco 12.

A estrutura narrativa e a construção da temporalidade se dão de forma a permitir uma divisão da entrevista em três momentos: (1) relato dos envolvimento com atos ilegais, com certa linearidade, articulado pelos eventos de relacionamentos com mulheres. Possui a característica de ser pouco reflexivo e mais histórico-descritivo (tempo verbal usado é predominantemente no passado); (2) narrativa dos motivos de ter deixado de praticar tais atos, abrindo para reflexões e impressões sobre eles (mistura passado e presente); (3) momento atual (tempo verbal no presente e futuro), marcado pela vivência e experiência de doença; nesse momento, também apresenta reflexões sobre os motivos que levam uma pessoa a cometer crimes.

É interessante notar que Juan utiliza a referência ao futuro para mencionar as expectativas de vida, num contexto onde discute a doença e suas conseqüências.

No quadro feito sobre posições de Juan ao longo da entrevista (organização do material, item 2), foram listadas as seguintes posições: filho, garoto rebelde, pobre, jovem, conquistador, brigador, submisso em relação à mulher, desafiador, desafiado, traído, leal, homem, inofensivo, inocente, culpado, incapaz de matar, preso, livre, perseguido, bandido, capaz de matar, gigolô, casado, violento, mantido por mulheres, errado, vítima, com bom nome na malandragem, com medo, mulherengo, envolvido com ladrões, trabalhador, traficante, bunda mole, conselheiro, pai, com vergonha, responsável, amante, debilitado, sofredor, empreiteiro, pecador, prejudicado, que crê em Deus, que desiste, respeitado, experiente, sem perspectiva, sem mulher, doente, que gostava de jogar e tocar instrumentos musicais, leão, bunda-mole, pacato,

amigo, peixe pequeno, pré-destinado, que causou sofrimento, sem estudo, que ajuda os presos, usuário de droga, ladrão de galinha, homem cansado, indignado, desesperado, que ainda compra coisas roubadas.

Verificando-se as posições mais recorrentes e buscando-se aproximações das demais (itens 3 e 4 da organização do material), chegamos aos seguintes posicionamentos, através dos quais a entrevista foi então distribuída: *em relação às mulheres*; *em relação aos homens*; *vítima*; *culpado/inocente*; *pró-social*²; *auto-reflexivo*.

Feitas essas considerações, passemos para a análise descritiva da narrativa:

Juan inicia seu relato a partir de sua infância, apontando para as condições de pobreza de sua vida. Fala do início da juventude, na capital, e em seguida começa a contar sobre sua facilidade para conquistar mulheres quando jovem. É nesse momento (linha 43) que se inicia um processo de diálogo entre duas posições (*em relação aos homens* e *em relação às mulheres*), que vai acontecer e predominar na narrativa até em torno da linha 990, onde se forma uma nova configuração de posições e novas relações entre elas. Além dessas duas anteriores, aparecem, nessa parte, dúvidas quanto à *inocência ou culpa* pela morte de um rapaz e descrições enquanto *vítima* dos acontecimentos de sua vida.

As posições *em relação aos homens* e *às mulheres* acabam por formar uma relação de coalizão e parceria, o que pode ser apontado tanto do ponto de vista da distribuição e alternância entre essas posições no mapa realizado como pela própria fala de Juan, que marca o momento exato do início do movimento de alternância e complementaridade dessas duas posições. Na linha 45, logo em seguida ao relato sobre a facilidade para conquistar mulheres, pontua:

² A denominação *pró-social* é usada aqui para nos referirmos aos posicionamentos em que predominam descrições de *si* semelhantes àquelas do padrão narrativo generativo, encontrado por Maruna (2001) nas narrativas de ex-infratores. Padrão que caracteriza uma apresentação de *si* como alguém que quer ajudar o outro.

“Eu tinha uma facilidade muito fácil...pra ganhá mulher. E *com isso*, eu me envolvi em muitas brigas. Tive muito pobrema, com brigas. Briga pra lá, briga pra cá.” (45-46).

Essa vinculação ocorrida entre mulheres e brigas vai se dar por longos momentos na entrevista, submetendo-o a essas posições no processo de relatar sobre *si*. Constrói assim um *Juan conquistador* e um *Juan brigador*.

Essas duas posições, em alguns pontos, encontram-se vinculadas ao seu posicionamento enquanto *vítima*. Em *relação aos homens*, a posição enquanto *vítima* parece ocorrer como justificativa de suas brigas e ações violentas e, em *relação às mulheres*, auxilia na caracterização de uma posição que, embora o coloque como conquistador, sugere as mulheres como poderosas e diante das quais tem pouco controle. O trecho a seguir indica esse caráter passivo:

“(...) umas menina foi na minha casa, *tiraro* eu da cama, eu e um amigo meu... *tiraro* eu da cama prá gente... *Pode falá explicitamente?* [AP: Pode!] Prá gente transá” (48-51).

“Saiu uma *briga por causa das mulheres*. *Só que* a gente não sabia que as mulheres eram dos caras. Elas tinham rolo com os cara e a gente não sabia. *Elas foram atrás de nós*” (83-85).

Outras expressões vão marcar esse fato e vão deixando mais clara a vinculação entre briga e mulheres:

“E *daí*, foi *onde* começô meu primeiro pobrema, na minha vida. Meu primeiro pobrema começou *aí*” (63-65).

“*Porque* nós achamo que os cara desrespeitô a gente *porque* tava com as mulher. *Porque* as mulheres foi atrás de nós. *Entendeu?*” (112-114).

Na medida em que Juan vai construindo e reafirmando sua posição *em relação às mulheres*, ele vai, ao mesmo tempo,

formando sua posição enquanto homem e *brigador*, caracterizando a relação das posições como um movimento contínuo de construção dialética e dialógica. Trata-se de um processo de negociação e criação ao longo da entrevista, em que uma posição vem para concordar com a outra, numa relação de parceria e apoio construídos no momento do contar a história de *si*. Parceria e negociação que também passam pelo convencimento da entrevistadora, implicada de modo explícito com as expressões: *entendeu?*, *certo?*. O trecho a seguir, na pausa e nas idéias que ela vincula, deixa claro esse aspecto de construção e contraria uma concepção de uma posição existente *a priori*, a qual Juan apenas atualizaria na entrevista:

“Quando passou mais uns 4, 5 dias, as menina voltaram atrás de nós novamente (*pausa*). *A gente é home... é aquele negócio, nós somos igual cachorro, sabe? Home é igual cachorro no cio*. Quanto mais a coisa é complicada mais o home qué. *Certo?* Se o cara falá assim: ‘Ó, aquele cara ali mata’, a gente vai lá prá tomá o tiro. Eu sei como é que funciona. Principalmente quando a gente tem essa fragilidade de 20 anos...” (87-93).

E com isso, Juan vai se reafirmando concomitantemente nas posições de *brigador* e *conquistador* que gosta de desafios.

Essa relação vai se fortalecendo ao longo da entrevista, em especial a partir da linha 122, onde relata a briga havida entre ele, seu amigo e os namorados e amigos de duas garotas:

“Pareceu aquele monte de home lá e *desafiou nós*: aquela brincadeira, né. Deram tapa na nossa cara, *bateram nas menina na nossa frente*. Fizeram tudo que... como diz aquela história, tudo o que eles não fez com nós antes, eles fizeram lá cá gente, *certo?* E aí a gente precisou sair corrido, praticamente sair corrido. *Desafiado lá...*” (122-126).

A partir daí, inclusive os termos e a entonação utilizados são típicos do caráter *brigador*:

“Esse rapaz disse prá mim: ‘Cê conhece todos aquele cara que tava na...naquela parada lá, né?’. Falei: ‘Conheço todos’. ‘E eu tamém conheço. Nós vamo pegá um por um’. Eu falei: ‘Eu garanto da minha parte. *Aquele que eu vê na rua, pode tê certeza que ele vai assá. Se eu vê eu vô chegá batendo!*’ (167-171).

Juan, na posição *em relação aos homens* como *brigador*, usa o discurso direto, usa a voz do brigador no tempo presente para descrever e caracterizar sua história. Em seguida, mesmo que no discurso indireto, as marcas do brigador permanecem na descrição de Juan, o que ocorre entre as linhas 188 e 205:

“Nóis não dava nem tempo. Nóis agredia memo, agredia. Não é chegá e conversá. Nóis não conversava, nóis ia prá batê memo e boa!” (202-204).

Nas linhas 216 a 223, continuam as relações entre os dois posicionamentos dominantes. A mulher é representada como coisa, objeto de posse e de disputa do homem e como culpada pelos eventos ocorridos:

“(...) tamo brigando por uma *coisa* que já *não é mais nossa*, num tem o que disputá” (219-220).

“Então, tudo isso aí *por causa* da mulher” (225).

No relato da morte do namorado de uma garota, último rapaz dentre aqueles com quem ele e seu amigo brigaram, aparece uma postura de questionamento quanto a sua *inocência* ou *culpa* pela morte. Essa dúvida, que é identificada por uma repetição de palavras num diálogo estabelecido com as vozes da polícia, colocam-no a princípio como alguém incapaz de matar. Juan a instaura da seguinte forma:

“‘Ceis mataram um home, matô um home’. Eu falei: ‘Ah, eu num matei ninguém, rapaz’. ‘*Matô*’. ‘*Num matô*’. ‘*Matô*’.

'Num matô'. 'Matô'. 'Num matô'. 'Quem era o outro?'. O outro era o rapaz. 'Tudo bem, ceis acha que eu matei, eu matei, mas eu não matei ninguém. Tenho certeza que eu num matei ninguém'' (265-270).

A repetição funciona como um eco na narrativa e chama atenção para um momento fundamental da construção de *si* e dos encadeamentos seguintes. O não fechamento desse diálogo de vozes [que como Juan diz "E aquilo ficô na cabeça, né. Matô o cara... e de fato o cara tinha morrido memo! Morreu! *E aí?*" (276-278). "*Cê sê acusado de matá uma pessoa, como é que faz?*" (279-280)], dá-se com uma mistura de presente e passado:

"Eu me julgava inocente, me julgo não, me julgo inocente até hoje" (282-283).

"E eu inocente, eu sabia que sô inocente" (292).

Além dessa mistura, também aqui Juan utiliza-se do tempo no presente e do discurso direto, implicando-se mais no relato, presentificando a situação e o drama que ela causou, há mais de trinta anos. Dessa forma, ele reafirma a hipótese da dúvida, que reaparece de modo contraditório novamente:

"(silêncio 5 seg). Tudo bem...preso porque matemo um home" (295).

"Então, na realidade, não fomo nós que matemo ele (...) foi falta de socorro médico" (310/314).

Na audiência, um dos irmãos do rapaz morto conta que, antes de morrer, ele disse que Juan não foi culpado e os dois são liberados.

"Quando ele falô 'O Juan não fez nada', ele abriu a portera, né, prá mim.... 'Não fez nada'... não fez nada" (316-318).

Como consequência da liberdade, Juan começa a ser perseguido pela família do rapaz e, de uma posição de *vítima*, novamente

assume e toma forma, na narrativa, a posição *em relação aos homens* como *brigador*, sendo intensificada com a denominação dada por Juan:

“Aí eu fui perseguido por esse povo, barbaridade (...) Aí eu cheguei no meu pai um dia e falei: ‘Óia pai, sinto muito, mais eu acho que o senhor não vai ter filho prá muito tempo não. Porque eu vô pará de corrê (*pausa*). Vô pará de corrê, porque eu num güento mais corrê, eu não güento (...) Virei pro meu pai e falei ‘Óia pai, *virei bandido*’. Comprei um revórve prá mim. Falei: ‘O primero que pingá na minha frente eu mato. Eu mato o primero que enchê o meu saco!’” (333/337-341/354-358).

É a partir dessa posição que Juan vai agora narrar os eventos futuros. Relata a ocorrência de brigase, na linha 396, uma articulação entre as duas posições dominantes (em *relação às mulheres* e em *relação aos homens*) é posta em palavras da seguinte forma:

“*Mas* durante isso aí, dipois eu fiz muitas brigas, briguei dimais. (...) Então, *aí eu virei brigadô, brigadô...mulheres...*” (391-392/395-396).

A palavra *mas* denota que a história não tinha acabado e nem mesmo a relação entre as posições. A sequência das palavras *brigador* e *mulheres* aponta, além da vinculação entre elas, para o início do próximo tema e os próximos posicionamentos.

Além de bandido, Juan torna-se um “gigolô”. Através do relato de um caso mantido com uma proprietária de uma casa de forró, intensificam-se as relações entre o *brigador* e seus posicionamentos em *relação às mulheres*, e admite que é sustentado por uma mulher, aparecendo mais uma vez um caráter de submissão em relação à figura feminina. De novo, passado e presente se misturam:

“Porque eu num sei porque eu *era* mulherengo, bonito eu num sô, mas *era* fácil, num sei, *era* fácil dimais, num

sei...num sei qual é o imã que chamava, num sei como é que funciona isso. Mas era incrível esse negócio” (548-555).

Juan briga e bate na mulher e, enquanto descreve-se como vítima da mulher que queria “destruir” sua vida, ele relata que deixa a esposa e justifica seu maior envolvimento com o crime com o seguinte argumento:

“Nessa ida embora minha, eu comecei a tê pobrema maiores, que eu comecei envolvê co...co...co...com gente mais ruim, né. Malandros, ladrões, que robavam, etc. (...) Dipois que eu larguei da minha ex-mulher. Aí fiquei nessa vida, aí, pá” (732-735/749-750).

Os segundos de pausa e a sequência da frase articulam o envolvimento ao fato de ter deixado a esposa. Também é a partir da posição de *vítima*, em que relata o trabalho duro em um bar e o não recebimento das contas, que se vincula à posição em *relação à mulher* novamente, justificando também o início das atividades de tráfico de drogas:

“Eu, largado da mulher...” (839).

A inconclusão da frase, representada pelas reticências e pequena pausa, permite dizer que a vinculação toma-se explícita na materialidade da palavra.

No relato da traição de um amigo (847-949), Juan começa a apontar novos episódios que vão compor a história narrada por ele, marcando um momento importante na narrativa e uma indicação de dois posicionamentos que vão ser divisórios entre o momento até agora narrado e a narrativa futura:

“Aí eu me senti traído, nessa aí eu senti traído. Nessa aí que um vagabundo se sente traído, é a lei do cão. Ocê conhece a lei do cão? Não conhece. A lei do cão é a lei do preso, certo, é a lei do preso: ou você é um leão ou você é um bunda-mole. Se você for bunda-mole, você vai

tê que pastá. Cê vai lavá, cozinhá e passá. E se você for malandro, tem que matá, cê tem que tomá atitude, chama-se atitude, certo?" (938-944).

Até aqui Juan foi o leão, descrito inclusive em contraposição às atividades socialmente vinculadas à figura feminina.

Juan pede conselho para sua namorada, hoje sua atual esposa, dizendo que queria matar aquele que o traiu e conta sobre seu envolvimento com o tráfico. A esposa aconselha-o a deixar essas atividades. Ela assume uma centralidade na explicação dos fatos seguintes e na demarcação de que lado e a partir de qual dessas duas posições ele fala agora na narrativa:

"Foi daí dotora (risos), que eu puis uma coisa na minha cabeça: me tornei um bunda mole. Eu deixei a vingança de lado...que eu teria que matá, que eu achei que eu teria que matá o cara...não matei. E parei de mexê com droga. Num mexia com droga mais, num vendia mais maconha, num vendia nada...e passei a vendê pinga, definitivamente, passei a vendê só pinga, memo. Pinga, arroz, feijão, e as coisa no butiquim... nesse memo butiquim (...) e toquei esse butiquim quatorze anos na minha vida, seriamente. Sem malandragem" (965-975).

"Eu passei a sê um cara pacato, atravéis dessa mulher que eu arrumei" (984-985).

Eu pergunto: "Você falou que passou a ser, como é que, o leão e o ...?". E ele responde:

"Hoje eu passei a sê bunda-mole (risos), passei a sê bunda mole [AP: 'E como é que é ser o bunda-mole?'] É aquele cara que assiste tudo de perto e num faiz nada, né. Por exemplo, eu num faço nada por nada, eu...se eu pudé hoje dá um conselho prá uma pessoa, tudo o que faiz de errado, eu dô. Eu dô conselho hoje. Eu sô aquele cara que, conselhistas. Se eu sei que o cara pita maconha, se eu pudé chegá nele e falá: 'Filho, num faiz mais isso; que isso num

presta, certo. Cê passa fazê outra coisa, trabalhá'. Certo? *Eu sô esse conselheiro, hoje, né*" (992-1000).

Essa fala muda o posicionamento de Juan na narrativa. Seu tom de voz se modifica, o vocabulário se altera e não aparece o jeito forte de falar característico do ponto de vista do *brigador*. Numa fala mais mansa, surge uma nova configuração de posições e aparece um Juan que ajuda as pessoas, *conselheiro*, e também um Juan *auto-reflexivo*. Juan sai da posição de quem apenas é o autor do relato e dos diferentes atores criados em cada posicionamento e passa a avaliar esses atores, analisando os posicionamentos apresentados até o momento. É capaz de construir uma nova posição, aceitando-a e inclusive ironizando-a através de risos.

Embora ainda se verifique o aparecimento de falas que o posicionam em *relação às mulheres*, a partir desse momento, ela é tomada de outra forma, não mais com o caráter de provocar brigas. O poder da mulher, diferente do poder da destruição, passa a ser visto como o do compartilhamento. Compartilhamento que permite a construção de projetos e conquistas conjuntas, como a construção de uma casa. Pergunto: "E como o senhor acha... o senhor acha que foi fácil mudar? Que o senhor falou que o senhor mudou de vida?" (1036). E ele responde:

"Eu acho que eu achei a *mulher da minha vida*... eu acho que eu achei uma pessoa *que...que, que*, casalô em mim, *que quis fazê eu pará*, né. É uma *máquina de pará* e chama-se *amor* essa máquina... Chama um negócio meio cumpricado... é uma palavra *que... que* ela domina o território, né, *entendeu?*" (1037-1041).

"Ce vê, a partir da hora que eu parei de mexê com isso eu fiz uma casinha prá morá...aquela casa que você foi lá, você viu lá, é nossa, né, eu que fiz aquela casa, *entendeu?* E hoje eu vivo ali, cá minha esposa. Eu acho que feiz eu pará, memo, foi a minha mulher memo, que feiz eu pará" (1044-1048).

Essa posição em *relação à mulher* aparece se alternando agora com uma posição que lhe faz assumir um caráter de ajuda ao outro, de aconselhamento. Por esse motivo e, principalmente, por se tratar de um posicionamento típico de uma narrativa generativa, que atende às expectativas sociais dominantes, ela foi denominado de *posição pró-social*. Vem acompanhada de uma posição mais *auto-reflexiva*, posição que na verdade vai se tornar dominante a partir desse momento.

“Hoje eu vejo o cara que pita fumo e num me significa nada. Ele pita, se eu pudé falá prá ele num pitá, eu falo” (1061-1062).

Essa posição também é assumida em relação aos filhos, para os quais Juan se descreve agora como quem tem que ser exemplo. Ao conflito entre a posição anterior (*brigador, bandido*) e a atual (*pai, conselheiro*), é dada voz da seguinte maneira:

“(...) pros meus filhos não sê aquilo que *eu fui*, eu tenho que dá bom exemplo pra ele (*pausa*). Porque se eu, se eu fazê o errado, *como é que os meus filhos vai fazê o certo. Como é que eu vô chegá no meu filho e vô repreende o meu filho?* Falá: ‘Ó filho, olha, eu num quero que cê faiz isso (...) *Então como é que eu vô chegá no meu filho e falá: ‘Fio, eu num quero que cê pita maconha’,...se eu pito maconha, se eu já mostrei maconha pro meu filho?’*” (1069-1073/1075-1077).

Através do seu questionamento, Juan explicita a contradição entre as posições anteriormente narradas e a posição *pró-social*, representada aqui pela função de pai.

Esse conflito aparece também quando Juan fala dos novos amigos que conhece quando deixa as atividades no crime e começa a trabalhar como empreiteiro da construção civil e a fazer parte de uma escola de samba:

“(...) eu comecei com negócio de escola de samba, e conheci o Tiago..., né, e tal... as *peessoas que me queria bem, do outro lado da moeda...* e eu comecei senti *vergonha, sabe?* Eu comecei senti *vergonha...* [AP: “Vergonha?”] ... senti *vergonha de, de...de* tá perto desse pessoal, *cê entendeu?* E chegá um cara e intimá, né. Porque vagabundo intima, *cê entendeu?* Vagabundo num tem crasse (...) *Os cara* num mede se você tá perto de uma pessoa, e aquela pessoa num pode sabê. Ele qué mais que a outra pessoa saiba de... tem esse pobrema também, *entendeu?*” (1127-1139).

Aqui, ele não se identifica como vagabundo, diferenciando-se deles não só pela vergonha, mas também pela utilização do *os cara* para se referir aos *outros*.

Assume qual é o seu atual papel social e de que “lado da moeda” está:

“então eu *passei a sê um outro tipo de pessoa*, que tinha comigo, conversá com as *pessoa, cê entendeu?* (...) Então eu *passei a convicê com pessoas mais séria*, um poco, eu *passei me desligá, né*, por tudo, comecei a *tê mais um poco de responsabilidade, o outro lado da moeda*, comecei *trabalhá, do jeito que minha mulher me falô*” (1146-1147/1151-1155).

Vincula a isso uma posição *pró-social* de trabalhador. Nessa manifestação de vergonha, Juan está avaliando negativamente posicionamentos passados, posições narradas anteriormente na entrevista e colocando-se em contraposição a essas posições.

Aparece em seguida um Juan doente. Com esse posicionamento, inclusive *auto-reflexivo*, Juan vincula seu passado ao presente:

“(...) a doença faiz a gente refleti muito né, faiz a gente pensá muito lá atrais” (1183-1184).

“Cê começa recordá, cê começa vivê. Você véve o passado” (1205).

Na descrição de sua doença e dos processos reiterados de internação, fala de uma outra doença que ele imagina ter adquirido no hospital. Nesse momento (1229), Juan assume uma posição claramente a partir do presente, refletindo e realizando um movimento de avaliação e perspectiva de sua vida:

“Eu tô com cinquenta anos, o que eu vivê *dagora pra frente*, só alegria. O que eu vô pensá? *O que cê acha que vai dá da vida de agora pra frente?* Eu não consegui nada até hoje, cê acha que de cinquenta pra lá eu vô consegui? A não ser que eu ganhe na loto, na mega sena” (1228-1232).

Em seguida, diz que não pode reclamar muito já que tem família, filhos. Fala do medo da morte.

Na linha 1266, ele pergunta sobre a minha idade e assim me posiciona não só enquanto *mais jovem*, mas como alguém *saudável* que tem *muito pela frente*. Esse posicionamento vai ser potencializado pela resposta dada por mim a um comentário seu. No momento da narrativa, o comentário, mais do que informar sobre minha vida, estava no contexto de avaliação da vida de Juan e de posicioná-lo como oposto em relação a mim. Quando ele pontuou que eu estava na metade da minha vida, eu respondi: “Não, eu tô num terço da minha vida. Eu quero viver até os noventa e quatro anos” (1269).

Nessa fala, acentua-se a polaridade existente entre as posições de Juan e as minhas, o que vai influenciar construções futuras.

Na sequência, Juan começa a apontar o lado bom daqueles tipos sociais que eu estava ali representando, daqueles que puderam *estudar*. Mais uma polarização. Pergunto quantos anos ele estudou e ele diz ter estudado durante três anos, afirmando ter saído da escola em função da rebeldia e da vergonha de ser muito pobre. Estavam assim posicionados, nessa construção, um Juan – *doente* – *idoso* – *com medo da morte* – *sem estudo* – *sem perspectiva*, e uma pesquisadora – *jovem* – *saudável* – *com estudo* – *com perspectiva de muita vida*. Essa polarização vai receber um

ingrediente a mais na linha 1288, quando Juan diz que, na escola, usava calçado “sete vidas”:

“J: Naquela época, nós num usava sapato, nós usava sete vidas...*Cê já ouviu falar de sete vidas?*”

AP: *Nunca* ouvi falar *disso* não.

J: Alparcata roda, que chama, aquelas alparcata roda que chamava sete vida... Calção que a gente vestia, aqueles calção de saco, *sabe?* Moinho Santista. A gente levava pra escola, era picuá. *Já ouviu falar em picuá? Sabe o que é?* Picuá é um negócio assim, ó, que nem isso daqui ó, amarrado com duas alça, um saco. Picuá que você levava as coisa prá escola.

AP: Tipo um embornal.

J: Um embornal, um embornalzinho, prá escola, *cê entendeu?* E a gente tinha necessidade de comida. Que era meu pai, sozinho, nós somo em nove irmão; meu pai sozinho prá trabalhá, *certo?* Minha mãe era prá cuidá dos filhos. *Entendeu?* Então tinha vergonha de estudá...” (1288-1301).

Nesse trecho, fica evidente que à descrição de *si* e aos posicionamentos já estabelecidos, acrescenta-se um componente de classe. Ao responder que *nunca* ouvi falar *disso*, posiciono-me num lugar social diferente, um lugar que não reconhece o que ele fala e pode até entender como algo depreciativo (*disso*). Lugar que Juan tenta descrever e contextualizar, trazendo outros exemplos da sua condição de existência e de classe (embornal, calção, necessidade de comida) e reforçando com expressões que tentam reconhecer o entendimento da entrevistadora: *entendeu?*, *certo?*.

Por ora, fiquemos com essa construção em mente, que vai ser depois retomada no processo em que Juan inverte de modo mais intenso o domínio da pergunta na entrevista e a relação pesquisador-pesquisado.

No final dessa passagem, Juan afirma ter dado uma “entortada” na vida e eu pergunto porquê. Ele responde que foram as más

companhias. Nesse momento, as relações entre as posições que dominam até a metade da entrevista reaparecem, atreladas a um conteúdo problemático da relação *homem – mulher*. Para exemplificar que só ele em sua família teve problemas, cita os seus irmãos e abre parênteses justificando o alcoolismo de um deles por causa da traição da cunhada, aparecendo de novo uma visão de mulher traidora e com capacidade de definir a vida do homem.

“Porque *elas* esquece talvez, que *nós* somos *homem*, e *nós* temos muito *pobremas*. *Nós* temo muito mais *pobrema* que *vocês* talvez” (1361-1363).

Além disso, aqui Juan acrescenta a polaridade de gênero no posicionamento de *si* em relação a mim, mulher.

Num movimento em direção à reflexividade, avalia o mundo do crime e se coloca em contraposição aos grandes criminosos, aqueles que praticam o crime de colarinho branco, classificando-se como “peixe pequeno”. Como peixe pequeno tem uma história “de vida pequena”. Traz no relato a complexidade da produção da criminalidade e suas diferentes inserções de acordo com a classe social de pertencimento. Eu pergunto porque teve uma vida pequena e Juan afirma-se numa posição de *aceitação social (pró-social)* e volta-se para uma posição *auto-reflexiva*:

“É um *passadinho* meio curto, né, eu *tenho* muito *pobrema*, *mais*, num são uns passado pesado demais, né. Procurei...*a ... a...* num ofendê tanto a humanidade, né. Fiz coisa errada, *mais* é, acho que o *erro foi prá mim mesmo*” (1413-1417).

Na sua avaliação, usa a palavra *passado* no diminutivo criando um efeito de sentido de uma vida de crime não muito grave. Uma vida pequena; peixe pequeno... Ao mesmo tempo, assume para o presente a sua história e o seu passado de envolvimento com o crime.

O sofrimento é visto como algo que deveria ter que viver:

“Eu acho que era uma coisa que eu *tinha que* passã...porque eu fiz mal pros outros; tô *passano hoje o que eu fiz mal pros outros* tamém, porque, *através da doença...através da doença*, seria...assim...eu digo isso assim: a doença foi feita prá quebrá o orgulho do home” (1455-1458).

O “pagar com o sofrimento” coloca assim a doença no eixo de ligação entre o *Juan passado* (que fez mal para os outros) e *Juan presente* (hoje doente). Esse eixo permite, na sua narrativa, a articulação e a construção de um sentimento de continuidade e vai se afirmar até a linha 1472, onde traz as vozes coletivas, assentadas também num discurso sobre um julgamento exterior aos domínios do homem, um julgamento divino:

“Pagano, porque *diz que quem faiz aqui, paga aqui. Diz que aqui ó... aqui que é o inferno. Num é lá em cima. Então, é aqui que eu tenho que pagá os meus pecado. Eu pequei. Porque Deus diz, quando a gente sobe... Eu num subi, mais diz que ele diz: ‘Que você prantô?’ (incompreensível). O que você prantô você vai colhê. Você prantô frutos bons? Você vai colhê os frutos que prantô. Cê prantô frutos ruins, cê vai colhê frutos ruins, cê vai colhê frutos ruins. Prantô frutos bons...ta lá as coisas, né, só frutos bons. E assim eu acho que é determinado por Deus (silêncio)” (1472-1480).*

Pergunto sobre o que faz as pessoas mudarem e novamente ele se volta ao amor e a sua esposa, à doença e ao companheirismo da mulher e vincula mais uma vez o sofrimento atual ao pagamento de algo que fez no passado, agora mais especificamente referindo-se ao sofrimento que causou à primeira esposa (1583-1587).

Na linha 1616, retoma o “aqui se faz aqui se paga”, pontuando que é na juventude que mais se comete “erros”. Nesse momento, avalia o Juan jovem, sem estudo e que errou.

A partir de então, assume uma postura de maior questionamento, invertendo a relação pesquisador–pesquisado e, na verdade,

posiciona-me, em relação a ele, como uma representante da *mulher – estudante – de classe mais alta – mais jovem – mas que por não ter vivido na prisão não conhece esse mundo*. É a partir desse momento que enfática e, repetidamente, começa a se referir a mim como *senhora* e *doutora*. Palavras usadas com entonação que posiciona a pesquisadora não no sentido do reconhecimento do título, mas ao contrário, atribui um caráter pejorativo, apontando que o título não garante o conhecimento da vida. Aponta lugares impossíveis de serem ocupados. É impossível ter o mesmo ponto de vista, já que ocupamos lugares diferentes e eu não sei o que é passar por uma prisão. É nessa posição de quem sabe sobre o contexto de produção da criminalidade e não compartilha os mesmos lugares sociais e discursivos que Juan vai agora se referir a mim. Posição que eu havia acentuado em momentos anteriores.

Ao relatar sobre a prisão, reaparece a vinculação das posições em *relação à mulher* e em *relação aos homens*, que se mantiveram em coalizão até a metade da entrevista, e, de novo, o tom da fala em relação à mulher a coloca em posição de alguém fácil de ser conquistada. E nesse momento, novamente, nos posiciona em relação ao gênero:

“Porque *mulher...doutora*, num quero falá, num quero desprezá *vocês* que são mulher não, tá...mais mulher é como um pedacinho de papel, um pedacinho de papel assim ó (*pega um papel e dobra*), e uma flor. Um pedaço de papel e uma flor, você ganha uma mulher. Um versinho e uma flor. Cê passa a ser o melhor home do mundo” (1708-1713).

Ao mesmo tempo, traz uma concretude da dependência do preso em relação à companheira. Ela é o seu porta voz, o seu vínculo com o mundo exterior.

“A *senhora já experimentô ficá num quarto a noite intera, trancado o dia intero... e sem comunicação*, a *senhora vai fazê o quê?* Se num tivé um porta-voz, se não tivé um fio de Deus que, cê possa falá assim: ‘Fulano, ó, faiz isso pra

mim lá fora?”. E ele tem que ficá de bem com a mulher dele” (1734-1738).

Em relação aos ex-presidiários, coloca-se agora como o Juan que os ajuda. Pergunta-me se eu conheço as condições dos trabalhadores pobres do país. Constrói uma categoria social que chama de *terríveis homens cansados*. Ao ser perguntado sobre quem são, ele responde:

“Os homens cansados, o homem cansado, ladrão de galinha...*somos nós*” (1833).

Inclui-se assim também como pobre, como ladrão, reaparecendo a posição de bandido, mas aqui não como valente ou leão e sim como peixe pequeno.

Na continuidade, questiona a entrevistadora sobre as instituições para delinquentes; as critica e propõe também que os presos deveriam trabalhar. Pergunto se em seu caso as condições sociais influenciaram e ele atribui a si toda responsabilidade dos caminhos trilhados:

“Não, eu acho que eu, num precisava disso não, viu, eu acho que foi uma *entortada minha memo*. Foi mais uma *poca vergonha* da minha parte, prá mim vivê melhor” (1923-1925).

Pergunto sobre sua família e ele reafirma que quem o ajudou a mudar foi sua esposa. Pergunto sobre outras pessoas e ele volta a falar que foi levado pelas más companhias e ajudado pela esposa. Começo a propor um final da entrevista e ele então retoma fazendo um resumo, trazendo novamente a centralidade da esposa, uma posição *auto-reflexiva* e principalmente a posição de *conselheiro* (*pró-social*).

Quando nos despedíamos, fora do local da entrevista, Juan começa a falar de seu papel social e dá exemplos de sua influência na comunidade local e na cidade.

NARRANDO AS POSIÇÕES DE SALVADOR

SUMÁRIO: 6.1. O contexto geral dos contatos estabelecidos com Salvador – 6.2. A primeira entrevista – 6.3. A segunda entrevista – 6.4. A terceira entrevista.

6.1. O CONTEXTO GERAL DOS CONTATOS ESTABELECIDOS COM SALVADOR

O primeiro contato com Salvador foi feito no dia 03 de outubro de 1999, um domingo, numa sala de espera de um seminário de formação para padres. A conversa foi feita a três: eu, o padre Antônio e Salvador. Demoramos aproximadamente uma hora e foi uma conversa onde me senti bastante observada por Salvador.

Após a minha apresentação, feita pelo padre, que rapidamente mencionou os trabalhos que havíamos desenvolvido conjuntamente¹, expliquei os objetivos do meu trabalho e o interesse em ouvir

¹ Os meus contatos com o padre Antônio sempre ocorreram em situações que caracterizam o compartilhamento de visões acerca dos presidiários. Quando eu era membro do Conselho da Comunidade da Cadeia Pública de minha cidade, tivemos a oportunidade de realizar eventos com os presos, discutindo as condições de encarceramento. Em outras oportunidades, encontramos-nos em eventos sobre Direitos Humanos e Direitos da Criança e do Adolescente, em particular, sobre adolescentes em conflito com a lei.

aqueles que vivenciaram contextos criminais. As anotações do diário de campo dão subsídios para pensarmos o aceite de Salvador: "Não falou aceite ou sim. Disse apenas: 'na confiança sua do padre, minha no padre'".

O padre Antônio procurou apresentar-me, durante todo o tempo, como alguém comprometida com "as causas" dos presidiários. Por várias vezes, ele questionou se Salvador teria coragem de contar toda a sua vida para mim, suas intimidades, parecendo querer implicá-lo em um compromisso com a pesquisa, uma vez aceita a participação. Salvador, de certo modo, problematizou sua participação com base no questionamento do retorno que ela lhe traria. Por outras duas vezes, ele já havia sido procurado por pessoas que queriam escrever sobre a história de sua vida e recusara o convite em função de não ver um benefício direto aos presos. "É como se ele estivesse dizendo: '(...) O que eu e os outros presos vamos ganhar se eu participar?'". Deixei claro que, de fato, na minha pesquisa, ele não teria benefício algum; eu seria a única beneficiada com a obtenção do título.

Começou a falar das instituições, dizendo que as pessoas não estavam preparadas para entendê-las. "Foi quando eu disse que se ele me ajudasse era como se eu estivesse me preparando. Ele riu e disse: 'Então, aí é que está... para ouvir o que eu tenho que falar tem que estar preparado. Se não estar preparado... Foi o que aconteceu com os outros que pediram para eu falar da minha vida'".

Disse para ele que talvez a entrevista não se reduziria a um encontro e então claramente me identificou com a categoria de psicólogos que ele teve contato durante vários anos nos presídios, dizendo que discutia com eles: "Como é que vocês acham que vocês vão conhecer alguém com uma conversa, com dois minutos?". Em seguida, concluiu: "Ninguém conhece alguém só com uma hora".

A seguir ele argumentou que tinha pressa, que poderia ter um ganho com a participação na pesquisa, uma vez que ele tinha como ideal dar palestras e entrar em contato com autoridades para ajudar a mudar a situação dos presos. Falar sobre sua vida, na situação

de pesquisa, poderia ser um preparativo para a realização desse seu desejo.

Após negociações sobre locais de realização da entrevista, chegamos à conclusão que o melhor lugar seria em uma instituição de ensino. Senti que Salvador não queria me dar seu endereço ou contato, então eu deixei com ele um mapa do local e os meus telefones. Marcamos a data da primeira entrevista.

Na despedida, ainda conversamos sobre a possibilidade de ele me ajudar a entrar em contato com outras pessoas e ele me disse: “Eu falei da confiança, mas você não pode ir na confiança em um presídio. Você não pode chegar lá e pedir para alguém ajudar. Você até, pode achar alguém lá que nem eu, que eu vou te ajudar, mas é difícil para ele falar a verdade. Tem que desconfiar. É diferente, que nem o padre que eu confio e vô na confiança. Vai ser difícil e você tem que desconfiar”.

Despedindo-nos, o padre comenta que o conhece há muito tempo e me alerta: “Não se engane com as aparências”.

A primeira e a segunda entrevistas foram realizadas em duas semanas seguintes (07/10 e 14/10). Na terceira, Salvador não compareceu e ela só foi realizada um mês após a primeira (09/11). O recado da falta foi dado pela esposa, dizendo que ele me ligaria posteriormente. Uma vez que Salvador não fez contato, procurei telefonar para um número que ele me havia dado na primeira entrevista e descobri que estava errado. Fui então até a casa de sua mãe². A mãe comentou que havia dito para Salvador não participar da pesquisa, dizendo “Prá que mexer com coisas que passô, tão ruim na vida”. Deixei recado e Salvador não retornou. Liguei novamente para saber se ele havia desistido e ele disse que queria continuar participando. Fizemos uma terceira entrevista. Marcamos a quarta por solicitação do próprio Salvador, mas ele não apareceu mais.

No final de novembro, informou-me que, no mês seguinte, estaria trabalhando, fazendo viagens fora do Estado.

² Conheci o local de residência da mãe antes do contato com Salvador. Foi a primeira tentativa de encontrá-lo, feita junto com o padre em setembro de 1999.

Em meados de janeiro de 2000, em ligação para Salvador, descobri que ele estava recuperando-se de um tiro que havia levado no rosto. Numa primeira visita, Salvador disse que fora vítima de um assalto em um posto de gasolina. Estava muito magro e abatido, falando muito pouco. Posteriormente, em março, quando levei o padre Antônio para visitá-lo, Salvador estava praticamente recuperado e contou-nos o ocorrido: uma briga com um ex-presidiário amigo seu, que morava na frente da sua casa. Foi a última vez que me encontrei com ele. Descobri que, na semana seguinte à minha primeira visita, houve nova troca de tiros e sua filha havia sido levada por esse seu amigo. No caminho de volta, o padre Antônio aconselhou-me a “abandonar o caso” já que a história estava bastante perigosa. Em agosto de 2000, em ligação telefônica para a mãe de Salvador, fui informada de que ele havia falecido, há um mês, por causa de uma meningite; segundo o padre Antônio também em consequência da aids³.

Nas três entrevistas, Salvador chegou atrasado, variando o período de 25 a 50 minutos. Após as entrevistas, Salvador ficava conversando comigo e percebi que, apesar das dificuldades expressas pelo atraso e faltas, havia uma boa relação entre mim e ele. Duas vezes o gravador foi desligado por finalização da entrevista e, como Salvador continuou o relato, chegamos à conclusão de que poderíamos reiniciar a gravação.

As três entrevistas foram realizadas em uma pequena sala de um centro de atendimento psicológico. Havia uma mesa e três cadeiras, uma situada atrás da mesa e duas em frente. Sentávamos nas duas da frente, possibilitando um contato bastante próximo. O gravador ficava na mesa.

Cada uma, conforme pode ser verificado na análise descritiva, caracteriza-se de certo modo como diferente quando consideramos as temáticas e significações trazidas. Contudo, permanecem semelhantes os modos como Salvador relata suas experiências e os posicionamentos que assume em relação à continuidade/mudança do envolvimento com o crime. Para a composição das posições

³ Salvador não mencionou que era portador do HIV. Essa informação foi dada pelo padre no primeiro contato que tive com ele.

predominantes, realizamos o quadro separadamente para cada uma das entrevistas.

No geral, pode-se dizer que Salvador mantém uma estrutura narrativa e uma temporalidade que o colocam num movimento que alterna a tentativa de conservar uma linearidade, respeitando certos acontecimentos de sua vida, e momentos de muitas reflexões e levantamento de hipóteses sobre os seus atos criminais, em especial sobre o constante retorno a eles.

É interessante mencionar que, enquanto Juan utiliza referência ao futuro para mencionar expectativas de vida, num contexto onde discute a doença e suas conseqüências, Salvador usa essas referências para questionar ou colocar dúvidas quanto à prática de novos atos criminais.

6.2. A PRIMEIRA ENTREVISTA

A primeira entrevista foi dividida em 18 blocos de acordo com as seguintes temáticas predominantes: 1. Dificuldade em iniciar; 2. Primeira vez; 3. Outros atos e primeira apreensão; 4. Outras prisões; 5. Na instituição para infratores; 6. A volta para casa; 7. Outro amigo; 8. Outro amigo e ida para São Paulo; 9. Volta para sua cidade, nova prisão; 10. Liberdade: albergue; 11. Dentro da prisão; 12. A missão; 13. A organização na cadeia; 14. O fracasso da rebelião; 15. O retorno para o presídio; 16. Aviso para não por o nome das pessoas; 17. Missão, 18. Rebelião em presídio anterior.

A temática predominante na entrevista é a história infracional e ela é relatada de modo a manter uma linha narrativa, respeitando a cronologia dos acontecimentos. Os eventos narrados, em cada bloco, vão também servindo para anunciar próximos acontecimentos. As introduções de novos blocos temáticos são por vezes anunciadas com expressões que sugerem ou indicam um envolvimento gradativo: “quer dizer, cada vez mais fazendo coisa mais grave, né” (linhas 159/160) ou “com esse aí comecei a praticar crime mais pesado” (linha 280).

Quanto à forma do relato, dois desses blocos (12, 17) referem-se claramente a uma reflexão sobre os motivos do envolvimento

e, ao longo de toda a entrevista, existem “interrupções” na linearidade histórica *por* e *para* essas reflexões, caracterizando-a como um movimento de tensão/deslize alternado entre narrativa linear dos acontecimentos e reflexão sobre eles e sobre seus atos. Esse movimento marca a entrevista com um uso do tempo verbal não apenas no passado, mas também no presente.

Os posicionamentos de Salvador, diferentemente de Juan, falam diretamente menos sobre ele mesmo. Juan se deixa falar pela posição, descrevendo-se em determinados momentos da sua experiência de vida (eu era assim, fazia isso de tal forma...). As avaliações de Salvador são feitas em momentos determinados, intercalados com o fluxo dos acontecimentos, introduzidas, muitas vezes, como um deliberado desejo de troca com a pesquisadora. Assim, o relato de Salvador segue um estilo que deixa sempre a sensação de que tem algo muito importante ainda para ser dito.

No quadro de posições, as seguintes foram levantadas ao longo da entrevista: moleque, inconsciente do certo ou errado, envolvido com crime, auto reflexivo, que foge do problema da família, não envolvido no crime, mais envolvido no crime, preso, consciente do certo e do errado, reticente a contar, missionário, incerto quanto ao futuro, submetido à situação, esperto no mundo do crime, leal no mundo do crime, que quase mata um preso, que salva a vida do preso, observador, com poder no crime, pré-destinado, que confia ou desconfia, trabalhador, livre, incapaz de matar, capaz de matar, sistemático, ético, com medo, experiente, que ajuda os outros, respeitado, missionário. Foi então definido o seguinte conjunto de posições, através das quais a entrevista foi distribuída: *envolvimento com crime; consciência do ato; reflexão; confiança/desconfiança; poder/autonomia.*

Segue a análise descritiva da primeira entrevista.

A entrevista é iniciada com a dificuldade de Salvador em relatar sua história e, na linha 24, ele opta por começar a partir do seu envolvimento com o crime. Salvador relata o início das atividades infracionais em torno dos 12 anos de idade, com a participação em um furto de carro junto com mais dois amigos, motivados por terem visto um conhecido ladrão passar por eles

[“...achamo que tava certo. Nem pensamos se *era certo ou se era errado*, né (*sorriso*). E começamo também a fazê a mesma coisa” (74-75)]. O sorriso, indício de ironia, é também sinal de que a fala de Salvador começa a ser atravessada por uma avaliação do ato infracional e, conseqüentemente, de seus atos e de *si*. Avaliação em função da expectativa que tem acerca do efeito do relato sobre a ouvinte.

A *consciência das ações*, que aqui assume um caráter polarizado de certo ou errado, vai aglutinar, ao longo dessa e das outras duas entrevistas, questões relativas ao poder do conhecimento e da informação, vinculando a isso posições de *envolvimento* e comprometimentos cada vez maiores com a criminalidade. O primeiro passo desse movimento de vinculação entre *envolvimento no crime* e conhecimento (*consciência das ações*) ocorre quando Salvador fala da primeira prisão, ainda adolescente:

“Bom, chegando lá no presídio, *o que aconteceu?* Esse rapaz aí que passou essa vez, com o carro roubado, que o... que ele mostrou pra nós né, tava lá, preso. Ele tava preso. Aí começamo a conversá e, *conheci ele, conheci outros, e outros e mais outros né*. Aí quando eu saí de lá eu já saí com *a idéia já mais...* [É o que sempre dizem né, que o cara vai preso, chega na cadeia o que ele não sabia ele passa a aprender, e chega na rua ele sabe né, mais do que ele... no sentido né, do crime né, aprende mais]. *Então*, quando eu saí de lá, eu *já...* na primeira vez eu não sabia como que funcionava o carro” (97-106).

O maior *envolvimento no crime*, nesse trecho, pode ser compreendido tanto por acontecimentos da história narrada como por elementos do evento narrativo. No primeiro caso, é possível dizer que o envolvimento de Salvador e seus desdobramentos apóiam-se em relações de amizade e no encontro com pessoas que praticam atos criminais. No nível do evento narrativo, a repetição da palavra *outros* e a intensidade de tom que ela vai adquirindo representam recursos para tipificar esse encontro, atribuindo aos presos um *status* diferente e mais experiente do que o dele no crime. Na

interrupção de sua descrição, ao sair da prisão “já mais...”, Salvador traz as vozes sociais que informam e ratificam sua posição e sua passagem de não conhecedor a conhecedor de formas de roubo e de ações delitivas, após a permanência na prisão.

Essa construção vai continuar se repetindo até a linha 123, quando Salvador retoma a questão da *consciência dos atos* e, a partir dela, constrói uma ponte entre *envolvimento com o crime* e um fato ocorrido na infância, que ele atribui ser o impulsionador desse envolvimento (fato que, embora mencione várias vezes, não conta nessa primeira entrevista). Constrói também uma descrição de si enquanto alguém que não tem consciência das ações:

“Mas eu *não tinha consciência* de, que... se eu tava certo ou errado né. Que eu *tinha* uma certa...*como eu digo pra você?... É quase que assim um trauma sabe. Ant...existe* uma coisa antes disso, que eu...sei lá, me desviei, acho que encontrei o... *é, como eu falo? Apoio nisso daí* né. Quer dizer, uma válvula de escape, né, pra mim fugir *daquilo* que eu vinha sentindo... *Então* porque *ali*, eu tinha como divertimento, aventura né. Foi *aonde* eu saí *daquilo* que eu vivia antes” (123-130).

Nesse trecho, além de ser possível a identificação da vinculação (não) *consciência – envolvimento – fato impulsionador*, pode-se pensar sobre a atualidade desse fato ainda não dito. Essa suposição encontra base nas interrupções, na dificuldade do relato expressa no questionamento “*como eu digo pra você?*” e, principalmente, na mistura dos tempos verbais e na utilização do tempo no presente para a qualificação do fato: “*é quase assim um trauma*”. Surge um Salvador que se posiciona também na *reflexão* sobre os atos e os motivos que o levaram a se envolver com o crime.

A vivacidade do fato e a carga afetiva com que Salvador o traz expressam a dificuldade da “revelação”, posicionando-o numa relação de desconforto e de ainda *não confiança* em relação à pesquisadora e, também, na dificuldade de falar sobre o acontecimento para si próprio. Perguntado sobre o que vivia antes, Salvador pede para contar depois.

Entre as linhas 143-152 e 157-158, faz uma *reflexão* de que o envolvimento foi uma saída para o que vivia. Esse ruído aparece novamente quando Salvador conta sobre o retorno para casa, após sua passagem por uma instituição para adolescentes. A passagem é caracterizada como um período bastante positivo, de *não envolvimento com o crime* (189-192), de estabelecimento de novas amizades, estudo e trabalho. Momento inclusive em que conhece o padre Antônio, com quem desenvolve e mantém, ao longo da vida, uma relação afetiva bastante forte, sendo o padre a figura mais presente no seu relato.

“*Só que o problema...que eu, que eu tinha, ele não num, num tinha passado ainda. Aí quando eu voltei prá casa (sorriso)... que eu saí de lá, da (nome da instituição), aí começou tudo de novo, né. Eu já ... eu também não queria mais voltá prá casa. Então o que aconteceu? Retornei a cometê delitos novamente.*” (213-217).

Nova vinculação entre as posições de *reflexão* (explicação) e de *envolvido com o crime* e o fato que vivenciara no âmbito da família aparece agora através da expressão “*só que*”, que segue repetindo-se entre as linhas 220-222, associada ao movimento de “saída” e de “retorno” às práticas delitivas. Essa expressão caracteriza-se como uma marca na fala, que alerta a ouvinte para o fato de que a história de envolvimento está em aberto, ainda não terminou e novas revelações e eventos estão por acontecer. Além disso, sinaliza para uma narrativa marcada pela explicação e justificativa da continuidade com as práticas delitivas, apesar das rupturas. Rupturas que são momentâneas, situacionais e contextuais.

Entre as linhas 226-299, a partir de uma pergunta sobre como foi o retorno, faz o relato no sentido de mostrar um agravamento das ações, um processo de maior *envolvimento*: [“Ah! foi um pouco mais...p...mais pesado que o anterior, né (...) Aí eu comecei a assaltá” (227/230)]. Processo associado ao estabelecimento de uma nova amizade: “Aí eu fui... (*silêncio 10seg*)...aí agora começa pesá. Aí eu conheci um outro amigo, uma outra pessoa, uma outra pessoa (...) Foi a época que eu tomei o ... o tiro na cabeça” (241-242/244).

Esse movimento, que aparece no uso reiterado do *aí* e de novo na repetição e intensificação da palavra *outro*, continua logo a seguir, quando conta sobre a saída do hospital por causa do tiro e o estabelecimento de uma nova amizade: "*Aí eu conheci uma outra pessoa. Um outro cara (...) Com esse outro parceiro foi que as coisa começô a ficá mais grave (...). Não cheguei a matá não! Graças a Deus!*" (272/279-281/283-285). Resultado de um contar gradativo, Salvador adianta-se no sentido de apontar para a entrevistadora um limite do seu *envolvimento* no crime, prevenindo-se inclusive de avaliações morais de *si* pelo outro.

Em função das ações praticadas junto com esse amigo, Salvador é preso pela primeira vez na vida adulta, após o amigo o ter delatado. Durante aproximadamente 5 anos, passa por instituições como Casa de Detenção, presídio de uma cidade do interior e Penitenciária do Estado.

Após 11 meses de liberdade condicional, volta a ser preso por uma briga e tentativa de homicídio. Seguindo o estilo de quem ainda tem muito que contar, a fala é marcada pelo sorriso e pela repetição: "Agora esses dois período *aí (hum sorriso)* tem a história que eu vivi dentro da prisão. Tem minha vida dentro da prisão" (400-401). "*(silêncio 8 seg)*. Bom, agora ... a minha vida é dentro da cadeia; como foi" (418).

Nesse momento, pergunto se quer deixar para um outro dia e ele diz que sim. Com o gravador desligado, Salvador começa a falar sobre suas experiências na prisão e eu solicito a retomada da gravação, o que ele concorda.

Com a minha solicitação para que contasse o que havia dito sobre o que aprendeu na sua vida, reaparece a posição de *consciência dos atos* e ele retoma dizendo que aprendeu a: "Distinguir, por exemplo, o que é *certo*, o que é *errado*. É, como eu tava falando ... e não achá culpa só no sistema, mas o sistema ele podia ajudar muito né. Evitá que muita coisa acontecesse. *Apesar que ... (silêncio 6 seg)*" (433-436). A retomada para essa posição dá-se agora a partir de uma avaliação de *si* bastante diferente daquela apresentada no início da entrevista. Nesse momento, ele é alguém que conhece e tem *consciência do ato*. Além disso, Salvador se põe em uma posição de *reflexão*, questionando uma culpabilização assentada

apenas no sistema prisional. A expressão *apesar que*, seguida do silêncio, situa-o numa interpretação sobre os motivos que o levaram a infracionar. Pergunto “Apesar que?” E ele então responde:

“Ele não tem tanta culpa, né... em parte; porque... Eu aprendi assim nessa ... vida toda que eu passei, imaginando tudo sempre em torno de uma coisa só. Eu queria sabê porque aquilo foi acontecê, justamente comigo. Por que comigo? Mais depois eu comecei ver que não só foi comigo; foi com várias outras família também já aconteceu. Eu encontrei outros, outras, outras pessoa lá dentro da cadeia que teve também *dentro de casa os mesmo problema*. Só que eu não falava prá eles que eu tinha *es...* que o meu problema [AP e S: *também foi aquele*]. Eles falava mas num falava. Eu é que percebia, eu que descobria porque eu via como ele agia, como ele conversava. E... assim por diante. *Então...* eu *aprendi* que... A gente... somos todo assim, como diz, todos *missionário* né, cada um com uma missão. *Não é?* Todos missionário... *Então* eu... num perdi tempo. *Eu usei todo o tempo tentando descobri* por que que aquilo ali foi acontecê comigo. Que me levou a fazê tudo aquilo. Será que era aquilo, que aconteceu? Que me fez ser do jeito que eu *fui*, do jeito que eu *sou*. Eu ficava me perguntando e... demorava pra ter a resposta.. Eu acho que eu *nunca* cheguei *ainda* na resposta né; algumas coisas só eu...percebi (*silêncio 5 seg*). *E foi tudo isso que aconteceu. Eu preciso... Tchi! Eu preciso te falá...*(*silêncio 4 seg*). *Você vai me esperar mais um pouco né? Tê mais...*” (439-459).

À posição de *reflexão*, de busca por uma versão, juntam-se questionamentos que o situam frente à questão da continuidade e da mudança de *si*, apontando para a persistência. Ao utilizar passado e presente (*fui* e *sou*), Salvador define-se atualmente pelo que sempre foi. Assim, a construção de um novo Salvador, que *hoje sabe e conhece o certo e o errado*, não substitui um Salvador que *é ainda o mesmo*, caracterizando uma relação de justaposição e junção de posições e não de competição ou oposição. Formas

de se descrever que se vinculam com o crime. No final do trecho, Salvador se posiciona testando a relação de confiança comigo, pesquisadora, que, apesar de não suficiente para contar, ainda abre a possibilidade do dizer através do pedido do tempo de espera, negociando assim nossas posições.

Segue um diálogo onde a figura do padre Antônio serve de mediação para a justificativa do não contar por parte de Salvador e, principalmente, para a minha tentativa de convencê-lo a relatar. É a voz do padre presentificando-se na entrevista e na negociação entre entrevistador e entrevistado. Nesse momento, estabelece-se uma relação de força em que, num jogo de poder e de persuasão, também me apoio nas negociações do primeiro contato. E Salvador assume que tem o poder sobre sua fala, apesar de minha insistência, fechando o trecho não mais com pergunta, mas com uma frase bastante afirmativa (458-472):

S: Você vai me esperar mais um pouco né? Tê mais...

AP: Claro, a hora que você quiser falar

S: (*silêncio 15 seg*). Como o padre Antônio falou: “Num sei não, mais tudo ele num vai te falá”. *Lembra?*

AP: Lembro... Mais aí você falou que ia falá tudo (*sorriso dos dois*)

S: Vou falá tudo sim (*sorrindo*)

AP: Ele inclusive perguntou prá você: “Você vai ter coragem de falar da tua intimidade?”

S: Hum?

AP: Lembra que o Pe A inclusive perguntou...

S: É...

AP: ...da tua vida, de todas as tuas coisas?

S: É... (*silêncio 13 Seg*). Ó, vamo, vamo deixá prá outro dia.

Em seguida, retomo uma fala de Salvador na qual ele dizia que todos têm uma missão e pergunto qual é a missão dele. Posiciono-o no sentido da *reflexão*. Na resposta, aparece o caráter contextual e de construção situacional da posição. Ou melhor, a narrativa aparece claramente como um espaço de reflexão e

construção de si: “A minha... eu *ainda* num tenho assim certeza. Não. Mais eu *sinto* que a minha *é*... *é* socorrê as pessoa” (476-477). Surge um Salvador que tem como missão ajudar os outros, em especial aqueles que compartilham experiências semelhantes.

Ao mesmo tempo em que toma uma explicação com base em pré-destinação, assume um posicionamento generativo. Posição também em relação a mim, que tanto insisti para que ele falasse e que, na verdade, jamais poderei saber exatamente sobre suas experiências, uma vez que, na sua concepção, é preciso viver para conhecer: “eu acho que eu devia passar tudo isso que é pra mim podê... ajudá. *Senão como é que eu ia ajudar? Eu não ia sabê como era... a dor né? Então é mais ou menos assim*” (481-484).

O que aconteceu na infância e sua relação com o fato dele ter se envolvido com o crime reaparecem e, inclusive, servem não apenas como uma explicação pessoal (*reflexão*), mas como uma teoria possível de ser generalizada, atribuindo um novo significado à prisão: “que eu entendo também que a prisão não é só lá fora ... só lá preso lá. Tem muita gente que tá fora aqui; presa nos problema de dentro, da casa...” (490-492).

Na sequência, Salvador fala que praticou vários tipos de crime (*envolvimento com o crime*), exceto o homicídio, e aponta para o seu papel enquanto agente dos seus atos:

“Viche, fiz muita coisa pra não acontecê isso. Fiz... *já pensô?... Quem acredita ne mim que vivi praticamente 15 ano preso? Cometí... porque vê meu antecedente...e tem lá acusação, sô acusado de 3 homicídio*” (499-502).

Então vê e pensa né, que eu matei alguém; que eu fui capaz de matar alguém. E não fui (*sorriso*). *Nunca* fui capaz de matar alguém” (505-507).

De uma posição de quem não fala ao outro, que havia se situado em relação a mim a partir da *não confiança*, Salvador questiona o lugar que os outros (incluindo pesquisadora) reservam a ele e a sua palavra. Posição social que o coloca sempre na desconfiança. Desconfiança do ex-presidiário. É esse o lugar que lhe confere a

voz generalizada pela pergunta. A pergunta por ele colocada abre para uma resposta que caminha no sentido da *reflexão* sobre as possibilidades de novo envolvimento, apontando para a dificuldade de se afirmar em uma ou outra posição: "Graças a Deus eu num cheguei a matar. *Não sei amanhã, depois...* A vida da gente sabe como é, *cheia né...* de repente você tá numa *situação que num tem como*" (510-512).

Começam a aparecer, a partir daqui, os circunscritores aos quais estão submetidos aqueles que vivem em prisões, relacionados à *autonomia* e às condições de *poder* e de controle do sujeito nas situações de vida. Salvador comenta que, uma vez que não tem coragem de contar o fato que ele associa ao seu envolvimento com o crime, ocorrido na infância, vai contar uma passagem em que esteve numa situação em que quase matou alguém.

Da linha 515 até 1219, Salvador faz um relato minucioso sobre uma tentativa frustrada de rebelião. Em função da participação em uma rebelião anterior em outro presídio (aquela em que ele respondia a processo pela morte de três carcereiros), Salvador cumpria pena em um presídio de segurança máxima. A dificuldade em organizar ações coletivas nesse espaço, onde os presos são distribuídos em celas individuais, fez com que uma organização de presos determinasse que um grupo que sairia para audiência fizesse uma rebelião na cidade de destino. Na narração dos fatos, Salvador vai se posicionando como alguém tomado pela situação e com pouquíssimas possibilidades de controle (*autonomia/poder*). Vai compondo o clima do momento, com tons de voz e jeitos que apontam para a ouvinte que sua situação era bastante complicada:

"Tá combinado. *Queira ou não queira* cê tá fazendo parte. *Tem que, cê...tá no meio ali cê acaba entrando*" (557-558).

"E o que tá combinado é assim: Se você não fazê, você pode morrer. *Isso é imposição*. Se você não fazê cê tá arriscado morrer. Tá arriscado não! *Vai morrer, se não fazê*" (592-594).

"E aí cê tá ali junto, *cê é obrigado a participá de tudo*, senão cê vai morrer do mesmo jeito, se cê não participa,

né. Cê vai porque tem que i mesmo (*sorriso*). 'Bom, pelo menos pode até sê que eu me salvo, né, num morro' (*sorriso*). Não é? 'Se eu não i é certeza que eu vô morrê, né? Então eu vou arriscá. Quem sabe eu saio vivo' " (609-614).

No seu posicionar, Salvador vai tentando envolver a entrevistadora na narrativa e, ao mesmo tempo, envolvido que está, usa o discurso direto presentificando a cena. Esse discurso e esse uso situam-no não apenas como alguém que cumpre uma determinação da organização dos presos, mas como um deles. Efeito que ele mesmo percebe quando relata que um companheiro de cela, na cidade de destino, não sabia dos planos da rebelião, adiantando-se em relação à ouvinte. Efeito que o coloca no pertencimento do grupo também pelo uso do presente:

"Esse um que tava ali ele não podia sabê; das *nossas* idéia... [*Eu tenho que falá assim: das nossas idéia; não tem outro jeito, outro termo. Falá da idéia deles, se eu tô na, fazendo parte? Obrigado, pela situação, mais... tô. Então tô fazendo parte*]" (636-639).

Ao começar a falar que um dos que estavam junto com ele na cela ficou com medo, interrompe o relato e aparece a voz do padre Antônio (653-677), mediador da relação de *confiança* estabelecida, desde o início, entre Salvador e a entrevistadora:

...(silêncio 5 seg)

S: Ana Paula, eu tô te falando uma coisa que eu não falei pro Padre Antônio...

AP: Acho que tem muita coisa que você vai falar que não falou prá ele...

S: Não, mais depois eu vou tê que... falá prá ele

AP: Não, mas não é tudo que você fala aqui que você precisa falar prá ele.

S: É, não, mais isso eu tenho que falá. (*silêncio 8 seg*) Sei que, viche, é igual eu falei, coincidência, fatalidade, é...

AP: Você lembra que o Padre falou assim, "Olha...

S: Não, mais isso eu... essa, é uma parte aqui que eu tenho que falar prá ele, que eu... Não menti, eu ocultei.

AP: Omitiu...

S: Entende, então eu tenho que falá prá ele. (*sorriso*) Não vô ficá...Faiz tempo que eu tô com isso na idéia; senão eu vou sê desonesto comigo mesmo, aí eu não posso. É, o que esse problema que aconteceu aí...nesses dia, qué dizê, eu não sabia ainda, mais, foi quando ele apareceu, e o fato já tinha acontecido. E foi cobrado dele, *certo?*

AP: Disso? que você tá falando?

S: É, e eu desmenti. Por isso que eu tenho que falá prá ele.

AP: Tá. Não se preocupa que isso não é uma coisa que eu...

S: Não... eu sei.

AP: O que você tá falando, fica entre a gente, Salvador.

S: Tudo bem. Não. É de mim, é eu.

AP: Tá

Reflete sobre a situação e articula com a *consciência* de sua gravidade:

"Porque *ali*, eu tava *consciente* que...tudo podia acontecê. O que não podia acontecê era eu está lá; mas *já que* tava, *não tinha* outro jeito de evitá. Aí então é aquilo que eu disse, eu preferi arriscá do que tê a certeza de que, de ser morto, né" (682-685).

Então, novamente o diálogo com a entrevistadora (706-723):

S: ...*Eu queria te fazê uma pergunta*, desde que eu vim eu falei: "*Eu vou fazê essa pergunta prá ela e vou ver o que que ela me responde*".

AP: Hum

S: Qual das pessoas que sofre mais? A pessoa que é *coinsci... consciente*, ou a pessoa que *não é consciente*? Que existe essas duas pessoa né?

AP: Nossa, que pergunta difícil Salvador. Às vezes eu acho que a inconsciente sofre mais.

S: Será? Cê, cê entendeu a posição da coisa? Existe duas pessoa (*sorriso*). Uma é *consciente*; *consciente* né, ela tem... *el.. ela é ciente*, uma pessoa *consciente*. A outra, *não é consciente*; ela é *inconsequente*; sei lá, ela... né.

Qual das duas que sofre mais?

AP: Que que você acha?

S: Eu acho que é a *consciente*. Eu já tive dúvida. Tem hora que eu acho que é a *consciente*. Tem hora que acho que é a outra.

AP: Hum hum... Acho que depende da situação.

S: Também; já pensei nisso; depende da situação. *Sabe por quê?*

Salvador quer compartilhar suas dúvidas com a entrevistadora-psicóloga, dúvidas sobre conceitos do âmbito da psicologia. Dúvidas que remetem a uma confirmação para a sua posição de *consciência dos atos*. Confirmação que ele busca questionando a resposta da entrevistadora. Posição que faz da entrevista um lugar para Salvador refletir sobre *si* mais do que para informar o que quer a pesquisa.

Dizendo que ouviu o companheiro de cela contar para o outro sobre o plano da rebelião, Salvador completa:

"Então, foi por isso que eu me lembrei dessa pergunta. Eu sou consciente; eu sei de tudo que tá acontecendo. Eu tenho que agir. (muda o tom de voz) 'E agora, o que que eu vô fazê? O cara tá sabendo; o que que foi conversado? Que quem falasse tinha que morrê. E quem tá junto? Eu ouvi; eu que tenho que matá ele'. (volta o tom da voz). Aí eu olhei pro outro (muda tom), 'o outro é inconsciente, coitado; é analfabeto, eu que tô ensinando ele escrever. Ele nem... não tá entendendo nada'. (volta tom)" (728-737).

"...mais eu não podia arcar com essa responsabilidade. Ou eu matava ou eu morria, e aí? Eu tinha que resolvê, a situação. Então por isso que eu te perguntei. Eu sou consciente. O outro que eu tava ensinando não é. Prá ele,

nem tchum. Ele nem percebeu nada, ele...Mas eu, *sou consciente, tô atento; eu vi. Sei da, qual é a minha obrigação*" (748-753).

Salvador aponta para posicionamentos trazidos no início da entrevista sobre a *consciência dos atos* e sua articulação com comprometimentos (*envolvimentos*) *no mundo do crime*. Saber o seu papel e sua obrigação implica em responsabilidades maiores. Fato que a entrevistadora não conhecia por não ser desse mundo. Implica ainda em estratégias para lidar com a situação, confiar *desconfiando* dos presos, posição que segue até quase o final do relato. Contexto dos presos, contexto de *desconfiança*:

"*Eu que tenho muita experiência não... não sou bobo de ficar quieto que amanhã, depois, ele mesmo pode falar pros outros que aconteceu e eles vão falar: 'Pô, mas o cara tava lá e não agiu!' Aí minha cabeça tá em jogo. Né, então eu não vou poder esconder isso de ninguém*" (836-840).

No relato do fracasso da rebelião, Salvador novamente se implica como membro da organização de presos, mostrando seu *envolvimento com o crime*: "E por felicidade dele, ou infelicidade nossa, não sei... outras pessoa também, que também fazia parte, também tava com medo" (844-846).

Tendo sido descoberta pela direção do local onde estavam, a rebelião fracassou e o grupo foi colocado em uma única cela. No seu relato, Salvador vai retomando posições de *consciente* (869-871/933-937), de alguém que teve que viver experiências ruins para ajudar os outros (991-993). Nessa cela, os outros começaram a questionar e Salvador conta o ocorrido. Decidem que ele e o outro preso deveriam matar o rapaz que contou sobre o plano de rebelião para aquele que não sabia:

"Então nós vamos matar o cara lá". O cara tá lá, ele sabe que vai morrer; num tem como ele fugir. Peguei o cordão e (*incompreensível*). Nós tava matando mesmo o cara, nós tava matando; mais um pouquinho e ele morria e o guarda

chegô. Chegô os mesmos... por *coincidência*, ele passô e eu acho que ele percebeu alguma coisa, que eles tava vigiando “Já que desceu todo mundo tem que vigiá”. Eles já... “Os cara é considerado perigosos, já tá lá porque é cara que dá pobrema” (...) Aí ele viu e começô gritá “Ah, tão matando o cara aqui”. E ele chegô em tempo, eles, Graças a Deus! Chegaro em tempo, e ainda ficô com o pescoço tudo...” (1004-1011/1014-1017).

Salvador comenta que, no inquérito que abrem sobre essa tentativa de homicídio, ele justifica-se dizendo que se tratava de uma “conta” que ele estava cobrando do rapaz que, em outro momento, havia “mexido” com uma visita sua. Foi sobre a justificativa dada ao padre acerca desse fato que ele havia mencionado anteriormente, que teria que lhe contar a verdade: “...que eu tentei e *não consegui, não por vontade minha, né, por causa que o guarda chegô*... Isso que eu preciso falá prá ele” (1034-1035).

Voltando ao presídio de origem, ele e o rapaz ficaram em isolamento por um mês e, enquanto isso, por bilhetes e conversas entre celas, descobriram que a informação que chegou à direção sobre a rebelião não tinha partido da cela onde estava Salvador. Então, pediram para Salvador tomar a decisão sobre o rapaz: “Ainda bem que deixaro prá mim decidi” (1144). Salvador concedeu “anistia” para o rapaz, “mais confiando desconfiando” (1164) dos outros presos. E retoma a conversa do primeiro contato:

“Aquele dia lá que você saiu, foi embora de lá, o padre Antônio falô assim “Ó, cê falô tanto prá moça que tinha que confiar, mais depois, você falô que nem todas pessoa (incompreensível) confia” Eu falei “Não, mais (incompreensível) porque confiá assim, num sentido, né, bom e... depois tem a malícia, (incompreensível) também que tem que por em primeiro lugar. – Aí falei: “E se esses cara tivê jogando? Eu vô lá e assumo a responsabilidade de liberá o cara e aí eles pega e mata o cara lá no pátio. Eu num sei... Eu num sei, eu, eu vô cumpri minha palavra, mais eles?” (1165-1173).

“... Num sei. Tudo loco”. Tudo loco; prá fazê certas coisa...Em parte né, *cê imagina*, é tudo cara...uns cumprindo 15 ano, outros 20 ano, outros nem sabe quando vai saí, outros já matô mais de um, matô 2, 3, 4, 5, 10, né. Eu morava bem em frente o Paulo, né, aquele matador, o mais famoso das morte; *cê deve tê visto falá muito dele*” (1179-1183).

Contexto de *desconfiança* e de medo, dos presos e da pesquisadora. Contexto de negociação de uma ética (1215-1234):

S: Então, *cê vê* que tem muita coisa; isso tem que *sê* dito viu; tem que *aparecê* isso aí. Então como eu tava falando, depois a gente conversa, se você *fô* fazê lá o seu trabalho, se você quisé a coisa bem mais detalhada, então eu tive uma idéia assim... Pode continuá gravá viu. *Sem pobrema...?*

AP: Sem problema...

S: Porque, em vez da gente pô o nome das pessoa, a gente não põe os nome dela.

AP: Não precisa.

S: Não precisa né? Só fala da ação de cada uma, a atividade, quem era o chefe, quem era o comandante do que...

AP: Não, não precisa...

S: Isso...

AP: Mesmo que você *falá* o nome, eu não coloco.

S: Não, eu não *vô* *falá*.

AP: Não, mas mesmo que você viesse a falar, entendeu?

S: Eu não vou *falá*. *Sabe por quê?* Porque apesar de tudo, é uma questão de ética né.

AP: É, é por isso que eu ia te falar. É por ética mesmo.
(*sorrisos dos dois*)

Encaminhando para o final da entrevista, Salvador retoma a posição de missionário e acredita que na vida somos todos “inocentes” (1238). A pré-destinação de sua vida vincula-se à possibilidade de ajudar os outros:

“Eu *tive que* vivê por essa situação, passá por essa situação porque é a única maneira que eu *tenho de* passá ela prá outra pessoa, ensiná, né. Porque eu aprendi também que muitas das experiência não adianta, a gente não consegue passá prá pessoa, as *pessoa tem que* vivê ela” (1239-1243).

Além disso, numa construção dinâmica, Salvador negocia e modifica a explicação dada ao seu envolvimento:

“*Então* eu entendo também que, de repente, *eu num fui*, como eu disse no começo, parti prá esse caminho como uma válvula de escape prá fugi desse problema. *Talvez eu tinha que* vivê mesmo essa situação; tanto aquela que aconteceu na família né, e essas posterior também” (1252-1256).

Descreve como sempre foi respeitado na prisão e que chegou a ocupar funções importantes, no almoxarifado e na cozinha. Diz que não fazia o jogo da direção dos presídios, que usa os presos nessas funções para obter informações. Justifica que a rebelião em que morreram três carcereiros foi feita por dois presos que trabalhavam com ele e que, por isso, a direção insiste que ele sabia de algo e teria participado também.

Na linha 1349, pergunta se tudo o que ele está contando está “valendo”, no sentido de saber se interessava para mim. Finaliza dizendo que está encontrando dificuldade em falar sobre o que aconteceu na infância: “*Então* fica um negócio que sempre que eu... é uma coisa que eu *preciso* tirá de mim, *sabe?* (...). Parece que eu... não aceito *ainda* essa situação” (1361/1364).

Novamente, a atualidade do fato e a dificuldade em reconhecer para *si* e não apenas para a pesquisadora.

Acrescenta ainda: “Aconteceu porque tinha que acontecê, nada foi por *acaso*, *fatalidade*, nem *coincidência*. *Tinha que* acontecê” (1372-1373).

Começa a falar do padre Antônio e a fita termina, ele diz que não precisa gravar, que já havia terminado. Continuamos conver-

sando sobre o padre, fora já do local da entrevista, e ele me explicou que achava que o padre era um "Sálvio". Tipo de um espírito diferenciado, o qual ele havia lido em alguns livros. Disse que tinha algumas coisas escritas e que as traria também para mim, para compor o material sobre sua vida.

6.3. A SEGUNDA ENTREVISTA

A segunda entrevista, por sua vez, apresenta uma característica geral bastante diferente, a começar pelo atraso de quase uma hora. Quando Salvador chega, diz ter demorado porque estava pensando em como contar sobre a infância e, no início da entrevista, afirma: "Então, eu, hoje eu vim decidido *prá gente começá*, aliás, *prá eu falá* alguma coisa do começo, né, da minha vida. O que foi que aconteceu, como foi, né" (18-20).

A entrevista é marcada por uma grande temática que é a trama familiar vivida na infância, significada por Salvador como uma das grandes responsáveis por seu envolvimento com o crime e exercendo um papel importante na articulação das demais significações. Há um relato bastante detalhado sobre o que imagina ter influenciado a sua entrada e permanência no crime. Nessa entrevista, Salvador utiliza a metáfora de uma galinha e seus pintinhos quando relata um evento com sua mãe (700-736). Em outro momento, conta a história de um livro espírita que leu e que também traz uma narrativa marcada por uma intriga familiar (bloco 18. Livro: Grilhões Partidos).

Os blocos temáticos dessa segunda entrevista são: 1. Conversa sobre atraso; 2. O que aconteceu (trama familiar); 3. A região e a família; 4. A percepção de algo diferente; 5. O medo; 6. O dia da descoberta pelo pai; 7. O abandono da escola; 8. Morar com a avó; 9. Morar com o pai; 10. Retorno para a casa da mãe; 11. A instituição para infratores; 12. Conversa com a mãe; 13. Infância; 14. A construção de uma nova explicação; 15. Os livros espíritas; 16. O socorro e a pessoa; 17. Nada é fatalidade, acaso ou coincidência; 18. Livro: Grilhões Partidos; 19. A síntese.

Os temas situam seu relato em um nível mais psicológico e místico que predominantemente histórico, característico da primei-

ra entrevista. Nessa entrevista, também os tempos verbais deslizam entre o passado e presente, aparecendo em alguns momentos referência ao futuro.

No quadro de posições iniciais apareceram: criança, esperto e malicioso, filho, pré-destinado, reflexivo, incerteza em relação ao futuro, com medo, desorientado, observador, envolvido com o crime, consciente, que lê e busca explicação, que acredita em algo, que ajuda outros, auto-reflexivo, experiente, que escreve sobre si, filho, missionário, ex-presidiário, interno e preso, trabalhador, pai, ativo. Com base nas mais recorrentes, agrupamos e distribuímos sua fala nas seguintes posições: *em relação à mãe; consciência do ato; reflexão; poder/autonomia*.

Salvador inicia a entrevista dizendo que está decidido a contar o que aconteceu: “Coisa que eu achava, *ainda*, talvez eu pensá *que seje e...* esse o motivo de tê me levado prá esse caminho. Mais eu tive pensando também... Nossa, a minha vida, tem muita coisa *ainda*, hein” (22-26). A partir de uma posição *reflexiva* e com a palavra *ainda*, Salvador expõe a continuidade. Continuidade de explicação para a vida, continuidade da vida. Continuidade que é reafirmada com o uso do verbo *pensar*, vinculando passado e futuro: “O que eu *pensava*, e as vez *penso*, que foi que me levô eu, a desviá” (35).

Da linha 38 à 150, segue uma descrição da infância, dos locais onde vivia, compondo à ouvinte o cenário da ação. Salvador fecha essa descrição apontando para posicionamentos *em relação à mãe* e à família: “*Então* nós era essa família *aí*. Meu pai, como eu disse né, ele sempre fez serviço prá fora, trabalhava prá fora... a gente tava ali, com minha mãe... Dia e noite... Eu ia na escola” (150-154).

Para iniciar o fato, descreve-se como o mais esperto dentre os irmãos, aquele que observava e percebia o que acontecia. Nessa descrição, traz a voz da mãe:

“*Então* o seguinte... É, eu sempre fui o mais esperto deles, foi o mais... *Minha mãe até fala* que eu fui o mais esperto porque eu... Ela fala que eu, que eu robei a esperteza dos outros todo. (...) quando eu nasci já peguei a esperteza deles prá mim. Eu sempre fui ativo, *sabe*, nas coisa assim,

sei lá. Talvez seja por isso também, né, o que eu vô... *o que aconteceu*" (160-164/166-169).

A partir dessa fala, Salvador coloca-se numa posição de *reflexão* e se remete à psicologia como uma das possibilidades de explicação do humano:

"E eu acredito que, na malícia... A psicologia, também é uma coisa que já vem de natureza. Tá certo que a gente né, quem vai... *pretendê sê psicólogo, psicóloga vai estudá né, mais ela só vai só prá aprimorá o que ela já sabe*. Agora eu acredito que a psicologia já nasce com a pessoa. Então, ela tem um grau de psicologia que prossegue (*incompreensível*) Outras não" (173-178).

Logo em seguida, retoma a necessidade e a negociação do espaço da *confiança* com a entrevistadora (180-187):

S: *Então*, eu, via que, minha mãe, ela... *É um negócio até chato assim, mais, tem que falá*.

AP: Faz parte da tua história?

S: Faiz parte da minha história, sabe, por isso que tem as coisa que a gente tem que tê muito *confiança nas pessoa* (*incompreensível*)

AP: Pode ficá tranqüilo...

S: Nessa semana eu pensei bastante. Aquele dia eu num tinha nem condição de falá, parece que (*incompreensível*)...

Vai se reafirmando numa posição *reflexiva*, apresentando-se como quem observa as coisas ao redor, capaz de teorizar, por exemplo, sobre a criança, que é esperta e percebe o que acontece no seu mundo. Exatamente o que ocorreu com ele, diferente de seus irmãos, que pareciam não perceber nada. E aí, numa descrição *relativa à mãe*, ele relata: "*Então que que eu percebi que eu via?* Eu via que tinha um home que sempre conversava com a minha mãe" (205-206). Descreve as situações com detalhes e diz: "...por isso que eu num gosto de falá, porque vem bem vivo na minha mente (...). Faiz tanto tempo e *num apaga nunca*" (208-209/212).

Vai misturando presente e passado ["Prá ela mesmo num *compensa falá* (incompreensível). *Só que eu fui ficando*, queto, né. Já na escola, *comecei* a num dá certo..." (247-249)]. Aponta para a dificuldade do relato após um riso: "*sabe, tô rindo e tudo, mais, é que eu fiquei pensando a semana todinha, me preparando prá vir falá com você sem, tá bem discontraído mesmo assim sabe*" (264-266). Descreve-se como uma criança com medo e sem alternativa: "*Num tinha pra ond...num tinha saída. A minha saída era começá a brigá na escola, num í. Nossa, saía de casa e num voltava*" (273-275).

Ao contar sobre o dia em que seu pai descobre sobre o relacionamento de sua mãe com outro homem, novamente o tempo verbal e a interrupção da palavra apontam para a atualidade, a vivacidade e o quanto é significativo para ele esse fato: "E, torcendo pra que num, *sej... Sabe, cê vê como é que é!* E torcendo pra que num fosse aquilo que eu sabia que era" (306-307).

Na comparação aos irmãos, é *consciente*, qualidade já apresentada na primeira entrevista: "*É por isso que eu te perguntei aquele dia quem sofre mais, aquela pessoa que é consciente ou a pessoa inconsciente?*" (318-320).

Entre as linhas 321 até 487, conta sobre o abandono da casa, o período em que mora com a avó paterna e, posteriormente, com o pai, em uma fazenda. As descrições, principalmente relacionadas ao período em que morou com o pai, são características de bastante precariedade das condições de moradia. Período de aproximadamente dois anos.

Em função de um emprego do pai, em um Estado bastante distante, Salvador volta a morar com a mãe:

"*Aí voltei. Foi aí que eu comecei nessa vida (...). Cê num consegue separá: mãe-mãe e situação-situação. Eu achava... Até hoje, eu num, concordava, num concordo (...). Aí... eu num ficava bem, num tinha onde ficá, mais com a minha mãe eu num ficava*" (504/518-520/534).

"*Aí, tudo foi acontecendo, e a vida minha foi ficando desse jeito*" (538).

Relata que, quando estava na cadeia, ainda adolescente, conheceu o padre Antônio. Descreve o período em que esteve na instituição de uma forma bastante positiva:

“Ah, eu me senti foi, *muito bem*; foi *como se* eu tivesse voltado prá *uma*, *prá minha casa*, né” (565-566).

“*Só que*, eu tinha esses *pobrema aí*, que *eu tô te falando*, *num...* Prá mim tava bom, *sabe*, *mais ainda* existia *essa coisa* na cabeça e num dexô eu segui” (572-574).

Assim como na primeira entrevista, reaparece a expressão *só que* para expressar que a história de envolvimento ainda não acabou.

Após Salvador dizer que nunca mais conseguiu morar com a mãe, pergunto se ele chegou a conversar com ela e então, entre as linhas 586-786, conta como foi esse momento. Inicia dizendo que a conversa se deu quando ele estava em fuga de um presídio agrícola, cumprindo pena em regime semi-aberto. Nesse contar, as dúvidas em relação à possibilidade de voltar ao crime reaparecem (647-663):

S: Num gostei de lá. *Por causa* dos *pobrema que*, *que* sempre me batucô na minha cabeça. *Por isso* que eu acho que *minha história num vai acabá*, *por aqui*. Eu tenho medo, depois, num sei. *Tô... tento* né, eu *vô tentando*, cada vez mais eu *vô conseguindo...* Eu era *be...* Antes eu *era* bem diferente do que eu *sô* agora né. Já num faço aquilo que eu fazia antes. Eu *sô mais consciente*, *ciente* da minha consciência.

AP: Que que você fez que num faria mais?

S: É, *porque...* *num sei amanhã* o que eu posso fazê. *Talvez* minha cabeça muda... totalmente. *Sei lá*. Já mudô outras vez, quando eu pensava que num mudava.

AP: Voltá pro crime?

S: É, não. Não é bem assim. Pode sê... num quero, *vô fazê* de tudo. *Mais*, tantas vez eu achava que eu, *num*

conseguia e *de repente*, quando eu ia me vê, eu já tava né. Hoje eu num sô capaiz de falá, (incompreensível) *se eu vô o num vô... num sei (incompreensível)*. Na cabeça... Às vez, coisa nova né, aparece.

Em seguida, Salvador começa a contar um episódio em que sua mãe questionou a educação que ele vinha dando à sua filha:

“Eu esqueci tudo e acho que nem ouvi mais ela falá aquilo. Eu voltei lá em 67” (693-694).

“E ela começou a falar novamente, já notro dia. E eu tentei desviá, sabe. E falei prá ela: ‘Ó mãe, o pintinho aí - *tinha uma galinha chocando né, então, tinha um pintinho ali que tinha um deles que tava mais fraquinho né*, falei: ‘Ó aquele pintinho ali tem que tirá ele dali, senão num vai consegui vivê não, porque ele tá muito fraquinho. Conforme a galinha cisca né, bate nele...’ Prá desviá o assunto, né. E ela nem ouviu” (706-713).

Relata que começou a falar para a mãe que sabia o que tinha ocorrido na infância. “Então o que eu fiz foi ela ficá sabendo que eu sabia. *Vich*, foi um alívio conversá com ela” (736-737). Até a linha 786, ao falar sobre a mãe, vai apontando os conflitos e o desconforto de quem, na condição de filho, avalia os seus atos. Situação que é superada pela concepção social desses papéis: “o filho pode sê o que fô e ela nunca deixa de sê mãe. Também é a mesma coisa né, mãe é mãe, pode acontecê o que fô e ela nunca deixa de sê mãe (*sorriso*)” (770-772).

Pergunto sobre como era sua infância e o posiciono na *reflexão* sobre a importância da família:

“Qué dizê, eu tinha, eu tinha um lar, uma casa. Onde que ele chegava, eu tinha um pai, minha mãe, né. Isso aí, depois, dismoronô; acabô tudo. Eu num tinha mais. Eu fiquei, eu fiquei sem família. *Num foi isso que aconteceu?* Minha família *quebrô*. Dstruiu; *quebrô* ela, *quebrô* tudo. *Quebrô* tudo” (800-804).

Para ele, em consequência, vários de seus irmãos cresceram sem saber ler e escrever. E para reforçar sua fala, traz a voz do padre Antônio: “É o que *ele* sempre repete: ‘O pobrema vem de dentro da casa’. *Mais é mesmo*, vem de dentro de casa” (860-861). Voz do padre que se torna sua própria voz.

Contudo a voz do padre não se põe sozinha para a explicação dos atos:

“A gente sabe assim, que existe família que num é disunida; que tem lá o pai e a mãe só que tem filho né, que tá aí pro mundo aí. É uma *outra* questão, *que eu falo*: que eu acho que *num é só essa* situação que me fez eu í prá *esse* caminho, né. Existe uma coisa *além disso*, prá trais disso. Talvez, isso aí foi só condições que fez eu disviá do caminho. Qué dizê, precisava acontecê isso na minha vida prá me disviá. Num seria outra coisa. Outra coisa não desviaria, né, *tinha que sê* isso. Eu penso assim” (865-874).

À voz do padre, juntam-se as vozes advindas de explicações religiosas, mais especificamente provenientes da leitura e do contato de Salvador com livros e romances espíritas, contato que se iniciou dentro dos presídios. É na conjunção dessas duas fontes que ele compõe o sentido para os seus atos.

É essa posição *reflexiva* e interpretativa que vai delimitar de onde fala Salvador. A partir desse momento na entrevista, ela torna-se predominante, intercalando-se, algumas vezes, com momentos que se referem à *consciência dos atos* e ao *poder/autonomia* da pessoa. Coloca-se como aquele que teoriza sobre os acontecimentos não só de *si*, mas do mundo. Formula explicações sobre o papel de cada um na sociedade [todos somos missionários (887)], sobre a existência de outras vidas além daquelas do planeta Terra (912), sobre a violência e o mal:

“... ela *predomina*. Se a pessoa num tem boa formação ispiritual, ela num trabalha em cima disso, ela fica sujeita a cometê o mal. Igual eu falei pro padre Antônio. Eu

Com o neologismo *inresistente*, Salvador está trazendo um conceito parecido com o conceito de resiliência, estudado e discutido na psicologia do desenvolvimento.

Relata que recebia na prisão vários livros, sem às vezes saber quem enviava. Nesse sentido: “*Então, as coisa, veja bem, num é...nunca, num pode sê fatalidade, coincidência, acaso. Num é*” (1107-1109).

Começa a contar sobre um livro, cuja história gira em torno de um fazendeiro que possuía escravos e era muito mau. Um certo dia, morreu e um “sálvio” (um espírito) começou a ensiná-lo, inclusive contando a sua própria história (tinha sido um gladiador), ajudando-o a se transformar. Faz um paralelo entre o padre Antônio e o “Sálvio”.

Ao falar do padre Antônio, deixa claro o significado que ele tem na sua vida e aponta que está participando na pesquisa por um pedido do padre:

“...num sei se eu que persigo ele, que tô perseguindo ele ou se ele me persegue (...) Eu ainda tô, no caminho dele, ele também tá no meu caminho, né, e pediu muito prá mim, *prá que eu viesse mesmo e desse, tê oportunidade né, prá gente conversá isso...*” (1179/1183-1185).

Na recorrência ao plano espiritual para a explicação dos atos, Salvador fala a partir de uma ausência de controle da pessoa (*autonomia/poder*):

“Existi a ... pessoa... a *consciência* culpada né. A *pessoa, ela não se liberta*. Enquanto que ela *num... num* resgatá... aquele, aquela dívida dela ali, entende; *o, o* que cobra a gente né, *prá sê mais pa... prá sê os cobrador, os verdadeiros cobrador...* A gente *so... o nosso próprio erro*. O próprio erro vive cobrando, (incompreensível) situação vítima né. A gente num consegue vê, entendê, mais são os erro nosso que... cobra, onde... a *consciência* que cobra” (1261-1267).

Conta sobre algumas coincidências que ocorreram quando ele estava preso, em especial com o padre Antônio, transmitindo a idéia novamente de que nada é “fatalidade, acaso ou coincidência”.

Afirma que somente com a leitura é possível compreender os eventos da vida. Começa a contar a história de um outro livro, chamado Grilhões Partidos, que vai da linha 1382 até 1690. A história é sobre um soldado que morre na guerra e volta para se vingar do seu comandante, provocando o adoecimento mental da filha desse comandante. Compara a existência de espíritos ruins a pessoas, que na prisão, querem que outros sofram (1642). Ao final da história, descobrem que as relações eram ainda mais antigas, que o soldado e o comandante tiveram ligações em vidas passadas.

Ao final da entrevista, o caráter reflexivo e construtivo aparece com uso do gerúndio:

“A gente, como eu, *entendendo agora, cada vez mais* eu entendo melhor, que a situação que ocorreu comigo *então num foi só aquilo*. Aquilo foi coisa de...certo, lógico, influenciô sim, *mais, que...*uma parte também deve tê acontecido prá que me desviasse, né. Eu *tinha que* passá ali prá...prá algum acerto, alguma coisa...” (1691-1696).

E chega então na entrevista a uma certeza: “*Então eu cheguei* numa, *nessa conclusão, finalmente*, tem fundamento sim, e é uma realidade isso *daí*” (1708-1709). Pré-destinação fora de qualquer controle da pessoa.

Salvador finaliza deixando em aberto a sua história, a sua vida (1731-1736):

S: E eu via que, cada vez mais era isso mesmo... E eu, hoje eu te falo né, igual eu te falei antes que, por isso que eu disse, a história da gente, *ela... nunca tem um fim*. E *amanhã* é outro dia.

AP: Mais a gente vai vê até aqui

S: É (*sorriso*) *Amanhã* é outro dia. Muita coisa pode... *acontecê...* Nova na vida da gente. Sempre vai *acontecê*.

6.4. A TERCEIRA ENTREVISTA

A terceira entrevista, como mencionado no item 6.1, ocorreu um mês após a primeira, depois de um não comparecimento de Salvador e de contatos estabelecidos por telefone. Sua duração foi bem menor do que as anteriores. Ela foi dividida nos seguintes blocos temáticos: 1. Solicitação para terminar antes; 2. A vida depois de 1983; 3. A companheira; 4. Pe Antônio e a doença no hospital; 5. Volta a falar depois de 1983; 6. A possibilidade de retorno à prática de delitos; 7. A situação não dita com a companheira; 8. Autonomia da pessoa; 9. O sistema prisional.

Toda a terceira entrevista é permeada por uma extrema dificuldade em relatar o ainda não dito, havendo retomadas sucessivas do já explicitado em outras entrevistas. No meio da entrevista, Salvador propõe terminá-la, dando sinais de que realmente não conseguia falar o que pretendia, que se relacionava à sua atual companheira. A gravação foi depois reiniciada, com a concordância de Salvador. É nessa entrevista que ele utiliza ainda mais a recorrência alternada entre os tempos passado, presente e principalmente futuro.

Como nas entrevistas anteriores, distribuímos as posições ao longo da entrevista, sendo as seguintes as que apareceram: que quer contar, que tem dificuldade em relatar o ocorrido, submetido à situação, reflexivo, incerto quanto ao futuro, pai, trabalhador, auto-reflexivo, doente, que precisa e confia no padre, consciente, inconsciente, submetido, preso, missionário, usuário de droga, experiente, tenta ajudar os presos. Em função de titubeios e extrema dificuldade em relatar os eventos, a entrevista ficou praticamente marcada por pontos de hesitação. O agrupamento das posições predominantes ficou da seguinte forma: *envolvimento com o crime; consciência do ato/controle; confiança; reflexão*.

Salvador inicia dizendo que gostaria de contar sobre sua vida a partir de outubro de 83, período após ter cumprido sua primeira pena em presídio na vida adulta: "...uma outra parte da minha vida também que é outra parte também muito, também é complicada também" (13-14). A repetição do *também* remete a ouvinte a uma

avaliação que expressa o mesmo grau de “complicação” e significância dos eventos já contados. Talvez por isso, o mesmo grau de dificuldade em relatar.

Após sair da prisão, com ajuda e por sugestão do padre Antônio, muda-se para um município na região de sua cidade de origem. Vai morar numa pensão e ajudar um outro padre em atividades de cultivo em uma horta. “*Só que* quando cheguei na pensão, era um quarto um pouco maior que esse aqui (...). *Então*, quando eu cheguei lá, eu me vi que eu tava na mesma situação da cadeia” (30-31/35-36). Salvador, com o *só que*, já anuncia que existirá uma avaliação negativa de sua condição: “*ai* eu num resisti vim embora. Voltei prá casa do meu irmão” (51-52). Salvador relata ter ficado apenas uma semana nessa cidade.

Através de seu irmão, começa a trabalhar. Primeiro numa loja de móveis usados, depois como manobrista em um estacionamento, em seguida, numa lanchonete e como cobrador em uma empresa de transporte coletivo. Trabalha durante um período de aproximadamente um ano e cinco meses. Inicia então o tema sobre sua companheira atual e com ele, as hesitações, que vão da linha 83 à 121. Diz que se trata de uma situação “mais ou menos igual à situação anterior” e então começa a questionar:

“Então, aconteceu isso...como é que eu vou te falá isso? Como é quando a pessoa tá assim, numa situação que, não é agradável prá ela sabe, mais que em parte favorece, né, e, ela sujeita a tal situação porque, apesar de tudo né, em parte ela pode tirá alguma coisa? No caso, de eu tê tido essa vida que eu tenho até hoje, né. Qué dizê, *não é o meu, o meu o meu o meu* objetivo, a minha *vontade*, né, *não a minha vontade; não assim*, praticamente tê a vida que eu tenho hoje, algumas coisas da vida que eu tenho hoje eu *não gostaria* que fosse assim. *Mais* sendo assim, eu *deixei não* (incompreensível) *acontecê* prá que eu, me livrasse de outras coisa né. Qué dizê, como que eu disse antes é ... Não tava bem *mais* alguma coisa tava me fazendo bem. Então... como é que a gente diz isso? Como que interpreta isso?” (91-102).

Devolvo a pergunta para Salvador, deslocando-o, de uma posição que exige *confiança* e que, ao mesmo tempo, dialoga com a entrevistadora, para uma posição de *reflexão*. Ele vai tentando responder de forma bastante confusa, até que ele mesmo aponta para uma direção (113-123):

S: E às vez, sabe nonde que eu quero chegá? É que, lembra quando me perguntou assim: "E agora, cê..." É o pobrema, de *parô* porque, porque *parô*, *se vai pará*; *como* que vai *pará*, *se parô mesmo*, né. Lembra, que eu não afirmei?

AP: Sei, lembro...

S: *Então*, porque é uma situação, eu acho, eu penso que eu tenho uma vida assim frustrada, devido a uma série de... *Talvez* mais tarde eu tenha, *mai*, eu tenha corage de falá mais claro né, (*sorriso*) qual é a situação mesmo. *Então* eu vivo *tentando*, Ana Paula, várias situações, *mais sei lá*, parece que eu *num tô chegando* a lugar nenhum, sempre, contrariado.

Em vez do relato sobre a relação com a companheira, Salvador traz as incertezas quanto às possibilidades e oportunidades em sua vida, localiza-se numa posição de difícil controle (*autonomia/poder*) e apresenta dúvidas quanto ao *envolvimento com o crime*. Dúvida mediada pela voz do padre Antônio. Conta que o padre perguntou para ele se ele seria capaz de novamente voltar para o crime e, então, ele me pergunta (130-140):

S: Porque ele sabe, a gente né, *não sei se já te passou pela cabeça, você pensá, como é que eu vivo? Daonde que eu tiro o meu sustento?*

AP: Se já passô? Ainda não passô, agora você tá colocando (*sorrisos*)

S: Né, então, é mais ou menos assim. Então, ele como me conhece, ele me fez essa pergunta. Eu falei assim "Ó seu Antônio, eu num sei se eu vô apelá. Por enquanto eu *tô tentando* né, do jeito que *tô, mais, de repente...*"

AP: Você qué me falá sobre como você vive, ou não?

S: Ah, eu vivo trabalhando, fazendo o que dá prá mim fazê né.

Sem entrar em detalhes, muda de assunto e começa a falar que o padre acompanhou uma cirurgia que ele fez no intestino, um ano antes da entrevista. Entre as linhas 144-171, conta que, mesmo em estado bastante grave, esperou a presença do padre e insistiu que só entraria na sala de cirurgia com ele.

Volta a falar sobre o questionamento do padre e sobre o seu futuro:

“Aí eu falei prá ele que eu tava trabalhando, eu faço alguma coisa aí. E mesmo assim acho que ele ficô pensando *como eu sou capaz de fazê alguma coisa ainda. Eu também não sei dizê se sou ou não. Só, amanhã é outro dia. Só o amanhã que pode dizê*” (173-176).

Em seguida, retoma o período em que saiu da cadeia pela primeira vez e há novas hesitações, dizendo que pode voltar a fazer coisas que está tentando não fazer. E aponta para a dificuldade em contar:

“Essa é uma parte que eu ainda preciso... *Eu vim com aquela inspiração prá falá bem mais aberto mais eu nun tô encontrando como, falá sabe. Quem sabe na próxima veiz, a gente conversando sai melhor essa parte*” (190-193).

Diz que faz coisas que não gosta, colocando-se na posição de quem não tem *controle* sobre as ações. Pergunto que tipo. Ele então começa a falar da companhia e, com dificuldades, diz que vai deixar para outro dia. Da linha 204 à 249, há uma participação mais intensa de minha parte, definindo-me como entrevistadora. Vou apresentando questões numa tentativa de ajudar Salvador no seu relato (211-234):

S: Eu num sei, parece que me bloqueia tudo na mente assim quando eu quero...

AP: É porque é difícil né Salvador. Falá da gente já é difícil.

Pensar sobre a gente já é difícil...

S: Por que que quando a gente tá sozinho a gente sabe de tudo?

AP: Sozinho...

S: É como a gente tê alguma coisa assim na mente e quando vai passá pro papel a gente não consegue?

AP: É que entre o pensamento e a escrita existe uma distância né. E mesmo entre o pensamento e a fala...

S: Também existe.

AP: Principalmente falá de uma outra pessoa. Aí...

S: É difícil...

AP: O que que, você veio pensando em falá o que hoje?

S: Ah, eu vim pensando, desde a outra vez, que não foi possível ter feito nenhuma entrevista, eu já tinha em mente de falá até essa parte.

AP: Essa parte o quê?

S: Essa parte que, parece também quase que uma mesma situação da outra...

AP: De você voltá, tá retornando é isso?

S: É. *(sorriso)* Às vez eu confundo que nem eu mesmo consigo entendê.

AP: Mas é assim mesmo

S: É falta de, acho que de corage né.

Salvador vai posicionando-nos numa relação em que ele sabe e pode ajudar-me, entrevistadora-psicóloga. Ao mesmo tempo, eu como psicóloga, posso ajudá-lo a entender sua vida:

“Igual, essa situação mesmo, eu sei *que seria muito bom você, psicóloga*, prá podê entendê mais as pessoa, porque que as vez acontece certas coisa na vida das pessoa né... *E eu também, num lado sabê porque que foi que aconteceu isso comigo. Se eu deixei acontecê, se eu podia mesmo evitá*” (254-258).

Após perguntas da entrevistadora, Salvador responde dizendo que também para o padre não teve coragem de contar (269-286).

O pedido de ajuda de Salvador não é apenas no sentido do apoio psicológico, mas principalmente de trabalho, e a entrevista é finalizada do seguinte modo (290-298):

S: Eu queria conversá, vê com você se tem alguma coisa que pode me ajudá no sentido do trabalho, mais eu queria que você olhasse aí e, se você achas...

AP: Não vai continuar hoje?

S: Não, vamo fazê assim...

AP: Qué dá um tempo, pensá mais?

S: É, aí se você percebê que eu tô falando coisa que te interessa aí você liga.

AP: Tá bom

O gravador é desligado e Salvador começa a falar sobre sua vida. Em comum acordo, a gravação é reiniciada. Salvador fala da possibilidade do retorno a partir de uma posição de *consciência do ato* e de um discurso ético:

“...Voltá, num é fácil assim, porque, *eu sou bem consciente agora né*. Existe o, o, *como fala?* Pessoas que pratica crime, criminoso, bandido, ladrão, *consciente*, e o que *não é consciente*. Tem uns que faiz por *consciência*. Quer dizê, *se eu retorná* a fazê eu tô fazendo com *consciência*. Num tô mais fazendo como eu iniciei, que era prá fugí de uma situação, né. Então, *o consciente... hoje talvez eu possa fazê* por necessidade, eu julgá né, que tenho necessidade daquilo (*incompreensível*). Então tô super *errado* né; tô *conscientemente* sabendo que tô *errado*, tô cometendo as coisas que não é justo.” (302-310).

Continua o relato no mesmo sentido, até a linha 337, introduzindo como parâmetro para o justo a lei divina (327) e dizendo, com o verbo no futuro, que vai tentar fazer de tudo para não se *envolver com o crime*. Pergunto se é difícil e ele responde que ainda não tem certeza, mas acha difícil por causa das “fantasias

do espírito". "Então é difícil te responder se é fácil ou não. *Pará ou continuá. Parô porque, porque não parô*" (359-360).

Começa a falar sobre pessoas que conhecemos e com as quais temos facilidade de comunicação à primeira vista. E então, exemplifica a amizade com uma mulher para quem trabalha fazendo transporte de carga. Volta a falar sobre a incerteza do *envolvimento com o crime* (398) e a possibilidade de praticar atos ilegais a partir da uma necessidade espiritual, o que aponta para uma posição de ausência de *controle* da pessoa (*autonomia/poder*) (402).

Mais uma vez, aparece o posicionamento com a entrevistadora como representante da psicologia, ficando clara, nesse trecho, a contribuição da pesquisadora para isso, assim como a capacidade de Salvador colocar-se em investigação (414-424):

S: ...Como que se fala isso hein? Eu tava te falando e me fugiu da mente...

AP: Que que você pensou? Prá fugí isso...você tava pensando em outra coisa?

S: É (*sorriso*)

AP: Que que é? (*sorriso*)

S: A *Psicologia* como é né?! (*sorriso*) No momento que eu tô falando, no momento que eu tô falando a gente costuma sê assim né: tá falando e tá pensando, né. Falando de uma situação e às vez pensando ne outra situação. Foi o que que aconteceu comigo agora.

Com o uso do tempo verbal no gerúndio, aponta para o caráter de construção não só de posições, mas de interpretações dos eventos de sua vida: "Eu vô *conversando* e *falando* e eu vô *pensando* e *entendendo* porque certas coisas acontece" (426-427). Nesse momento, é como se ele estivesse pensando alto. Eu peço para ele dar um exemplo e ele pergunta "Hã", como quem está longe. Pergunto se ele quer contar algo e ele diz que não. Acrescenta:

"Eu num quero falá nada a respeito (*sorriso*). Quase que eu comecei falá, *foi naonde eu entendi sabe* (*sorriso*). Eu

vô falando e acompanhando tudo né, vendo...(silêncio) Sabe assim quando...(silêncio)" (440-443).

No ir e vir de temas nessa entrevista, a partir de um exemplo de diálogo que teve com a companheira sobre um rapaz usuário de droga, que após um período numa casa de recuperação voltou ao uso, retoma uma perspectiva *reflexiva*, analisa as possibilidades de *controle* e *autonomia* da pessoa e as determinações espirituais frente a essas situações. Questiona a exploração que a imprensa faz em torno da droga e a sua vinculação ao crime e teoriza sobre essas relações:

"Eu acho, eu acho não, tá errado! Porque num é todo mundo que usa droga que comete crime. Como tem pessoas que usa que não comete crime, tem pessoas que usa e que comete. Tem pessoas que não usa e comete crime também. Tem pessoas que não usa e que não comete crime. Então o pobrema num tá na droga" (510-514).

Encaminha a entrevista para o seu final, *refletindo* criticamente sobre o sistema prisional e também sobre as manifestações populares que defendem sistemas desumanos para os presos. Comenta que, no dia seguinte, participará de uma audiência, a convite do padre Antônio, junto com promotores, para denunciar as condições dos presos no Estado. Diz que está cansado de fazer isso e não ver nada se modificar, em especial as condições das celas para isolamento.

Comenta que já ouviu até mesmo diretores dizendo que o presídio é um mal necessário e então ele se questiona: "Onde o mal é necessário? Eu entendo, lugar nenhum o mal é necessário. Onde o mal fô necessário... como que vai sê então? É, a filosofia deles é essa daí..." (641-643).

Com essa fala, Salvador faz a crítica às instituições prisionais e à sua forma de organização, perguntando-se: "Como é que vai recuperar a pessoa?" (649).

No restante da entrevista, fala sobre espíritos e vai finalizando com o seguinte comentário:

“Então eu acredito que o home, ele vai chegá lá... Ele tem que chegá lá. E, a gente tem que ajudá, né. Porque lá só aprende porque outros ajudam também, outros superior...” (687-690).

PONTOS EM DISCUSSÃO

SUMÁRIO: 7.1. A multiplicidade das posições e suas implicações para a compreensão das continuidades e descontinuidades de *si* – 7.2. Negociações *eu-outro* na entrevista biográfica tensionadas pelo contexto da criminalidade – 7.3. Vozes do grupo social e do contexto da criminalidade – 7.4. A identidade narrativa dialógica configurada enquanto rede: linhas de identidades relativas ou não ao contexto do crime – 7.5. A favor tanto das continuidades como descontinuidades.

7.1. A MULTIPLICIDADE DAS POSIÇÕES E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A COMPREENSÃO DAS CONTINUIDADES E DESCONTINUIDADES DE *SI*

Na análise descritiva das entrevistas, é possível identificar a emergência de diversos Juan e Salvador. A narrativa de cada um dos participantes comporta uma série de histórias, personagens, cenários e conteúdos que configuram modos de ser e de se descrever.

Modos que, principalmente, qualificam posições de envolvimento e/ou não envolvimento com o crime: inconsciente ou consciente dos atos praticados, vítima, leal aos amigos, que confia ou desconfia, respeitado na malandragem, autônomo ou submisso, valente, brigador, traficante, ladrão... Modos que, embora se relacionem a posições de envolvimento com o crime, não são

restritos a esse contexto. Aparecem assim descrições e qualificações não apenas enquanto infrator, mas também como pai, filho, esposo, amante, conselheiro, pobre, homem...

Personagens que vão compor descrições diferentes num mesmo relato e num mesmo participante; algumas contraditórias, outras trazidas como suporte para posições anteriormente narradas. Informações que apontam para um processo dialógico e flexível bastante diferente daquele que dominou por muito tempo as teorias clássicas da Psicologia que tendem a reduzir ou conciliar as tensões (Hermans, 1996a).

Como proposto por Hermans (2001a), no relacionamento entre as posições do eu, uma posição "...pode concordar, discordar, compreender ou não, se opor, contradizer, questionar, desafiar e mesmo ridicularizar o eu em uma outra posição" (p. 249). O caso de Salvador exemplifica inclusive a possibilidade de todas essas características aparecerem no relato de *si*, em especial derivada do questionamento constante que ele se coloca e da incerteza e indefinição do seu posicionamento atual em relação ao crime. No caso de Juan, também é possível verificar que, no momento da narrativa em que descreve a posição de não envolvimento com o crime, é capaz inclusive de ironizá-la, através do sorriso e do termo utilizado para denominá-la: "bunda-mole".

A multiplicidade das histórias e das posições traz consigo uma multiplicidade de pontos de vista, tal como defendido por Bakhtin (2002) na análise do romance polifônico. Cada personagem (se vivida pelo próprio narrador ou outras pessoas a quem se refere no seu relato) é portadora de visões de mundo e de concepções sobre *si*. É a partir desses pontos de vista que os participantes vão compondo suas interpretações para o envolvimento com o crime, para as continuidades e descontinuidades desse envolvimento e, principalmente, de *si*. Visões de mundo marcadas pelo significado social da posição ocupada.

Cada posição é povoada por vozes, pelas relações e ações sociais que a compõem. Por exemplo, em relação ao gênero, os posicionamentos fazem parte de um contexto de produção de masculinidades e feminilidades permeado por uma história de imposição e domínio da figura masculina. Enquanto infratores,

são marcados pela necessidade concreta de endurecimento de *si* e por um *ethos* da masculinidade viril (Zaluar, 1996). Como pobres, são permeados por diferenças na distribuição de poder em nossa sociedade. Os posicionamentos atualizam e concretizam vozes sociais relativas a cada posição e, com isso, apontam para lugares possíveis de serem ou não ocupados. Possuem significados sociais no contexto em que vivem os participantes e no contexto de produção da entrevista biográfica.

As considerações acerca da continuidade e descontinuidade de *si*, quando se leva em conta as posições assumidas pela pessoa a partir de uma abordagem que se pretenda narrativa, complexa e dialógica, direcionam a interpretação das informações para o interesse no movimento de articulação entre as posições, nas suas interconexões e nas subordinações presentes no jogo de posicionamentos. Jogo que contempla e congrega tanto aspectos relativos ao contexto imediato da situação interativa da entrevista biográfica como elementos advindos do tempo histórico, do tempo vivido e do tempo prospectivo. Jogo que necessariamente desloca a discussão da construção da identidade narrativa que, ainda, de modo predominante, insiste em permanecer num âmbito estritamente individual e, mais do que isso, na busca de unidade e integração.

Nesse sentido, as tensões *eu-outro*, as vozes presentes na narrativa e a consideração de posicionamentos em uma configuração em rede, tal como proposto nos capítulos 2 e 3, fornecem elementos importantes para a compreensão das significações atribuídas pela pessoa e às quais ela se encontra submetida. Esses elementos e significações permitem refletir sobre a continuidade e descontinuidade de *si* no que se refere ao contexto específico do crime articulado a outros contextos que emergem quando do relato autobiográfico; não somente em relação à integridade, mas também à fragmentação.

7.2. NEGOCIAÇÕES EU-OUTRO NA ENTREVISTA BIOGRÁFICA TENSIONADAS PELO CONTEXTO DA CRIMINALIDADE

É no momento interativo (no caso, provocado pela situação de entrevista) que se apresentam as possibilidades de construção

de *si* em homens que tiveram envolvimento com o crime. É nesse momento que se pode definir o que se é e o que se foi e (re)construir um sentido de *si mesmo*, contínuo e/ou descontínuo; construções que se dão no encontro/confronto com o *outro*, que necessariamente precisam do outro para um “acabamento estético” (Bakhtin, 2000, 2002). O *self* dialógico só pode ser definido como “*self*-relação-ao-outro, como parte de um diálogo incompleto” (Hermans, no prelo).

Contudo, esse *outro* não se limita àquele com quem interagimos no contexto imediato. Como afirma Góes (2000), a partir de um referencial sócio-histórico, que discute as contribuições de Janet e de Vygotsky:

“... a construção social do indivíduo é uma história de relações com outros, através da linguagem, e de transformações do funcionamento psicológico constituídas pelas interações face-a-face e por relações sociais mais amplas (que configuram lugares sociais, formas de inserção em esferas da cultura, papéis a serem assumidos etc.)” (p. 121).

Como nos ensina Wallon (*in* Werebe & Nadel-Brulfert, 1986), esse *outro*, ao longo do nosso processo de desenvolvimento, além de ser um interlocutor, um parceiro da interação, torna-se um recurso, um meio da vida individual. O *não-eu*, contraponto e ao mesmo tempo parte do *eu*, permanece em cada um, marcando a dualidade e conflitualidade dos discursos internos.

Se a essa visão acrescentamos o caráter polifônico da construção de *si*, devemos admitir que, no encontro entre entrevistador e entrevistado, estão presentes assim os múltiplos outros (eu no outro, outros dos outros e outros em nós), reais ou imaginários. Visão que amplia o conceito de interação e que não expressa apenas:

“alguém que fala e um outro que ouve, mas todos ‘os outros’ que ainda falam, ainda ouvem e que, imaginariamente, poderão falar ou ouvir. É sob esse ângulo que o diálogo amplia-se, incluindo interlocutores presentes e ausentes” (Pinheiro, 1999, p. 194).

Foi esse encontro múltiplo em sua natureza, ocorrido entre entrevistador e entrevistado, que possibilitou a emergência de diferentes posições ocupadas por Juan e Salvador. Posições que foram se mostrando não como fechadas em si mesmas, mas como necessariamente complementares.

Enquanto produto e porta voz das relações sociais, as posições, lugares já dados socialmente (sejam elas diretamente relacionadas aos processos de descrição a partir da experiência no crime ou não), no contexto da construção identitária de *si* ocorrida no processo provocado pela entrevista biográfica, mostraram-se negociadas, tal como as relações entre grupos sociais, através de conflitos e jogos de poder entre essas posições.

Esse fato foi deixando claro o caráter de uma construção narrativa de *si* a partir da diversidade, do confronto com o *outro*, idéia defendida por Sampson (1993). Confronto tanto de posições ocupadas pelo entrevistador e pelos entrevistados (por exemplo gênero e classe social) como de posições narradas (infrator, ex-infrator) e que são características dos grupos e espaços aos quais pertencem e nos quais circulam os participantes.

No primeiro caso, foi perfeitamente possível verificar que as posições entre entrevistador e entrevistado encontram-se em constante negociação. É claro que em todo processo interativo, como afirma Pinheiro (1999, p. 186), “as posições não são irrevogáveis, mas continuamente negociadas”. Contudo, nos casos estudados, fica evidente também o caráter conflituoso dessas negociações.

Essas negociações são visualizadas na polarização identitária entre Juan e a entrevistadora, apontando para a impossibilidade da ocupação de um mesmo lugar discursivo, de uma mesma perspectiva e visão de mundo. Lugar discursivo, perspectiva e visões de mundo que foram construídos diferentemente, ao longo da vida de cada um, pela ocupação de espaços físico-sociais diferentes, constituídos e mediados semioticamente por valores e significados culturais distintos. Significados que restringem ou ampliam possibilidades de posicionamentos de cada um, não apenas porque se dão em relação a eles, mas porque os constituem.

São essas negociações que permitem inclusive a delimitação do que é ou não dizível e da confiança para o compartilhamento

da história. Enquanto Juan se localiza, em contraposição à pesquisadora, como alguém que tem muito a dizer sobre aquilo que ela não conhece, em função das diferentes condições sociais entre ambos, Salvador aponta para essa diferença como impossibilidade de compartilhamento. Testa e negocia o lugar de confiança/desconfiança, calcado inclusive nas experiências com psicólogos nas instituições prisionais (“Como é que vocês acham que vão conhecer alguém com uma conversa?”), na sua vivência no crime (“você tem que desconfiar”) e nas relações já estabelecidas (“mas nem pro padre Antônio eu contei isso...”). Lugar que ele aprendeu a negociar ao longo de sua vida no crime, que exige sempre “confiar desconfiando”. Lugar que representa delimitações, circunscrições bastante concretas de estratégias de sobrevivência dos participantes, representativas de seus grupos sociais.

Essa impossibilidade de ocupação dos mesmos espaços e posições, de coincidência entre as redes de significações (Rossetti-Ferreira, Amorim & Silva, 2000), marca assim tensões e conflitos, na entrevista, entre pesquisador e pesquisado (de gênero e de classe no caso de Juan e de desconfiança no caso de Salvador), aparecendo resistências e questionamentos em relação tanto à posição do entrevistador enquanto representante de seu grupo social como ao poder da pergunta, tipicamente de domínio do entrevistador numa situação de pesquisa.

O tom e a intensificação do uso das palavras *senhora* e *doutora* expõem a diferença e localizam a pesquisadora em uma situação de não saber, aliada ao seu pertencimento social, diferente e principalmente oposto ao do participante. Assim, o posicionamento em relação à classe ocorre num processo concomitante entre entrevistador e entrevistado, cada um posicionando-se ao mesmo tempo em que é posicionado. Uma vez que as posições são carregadas de significações sociais, elas portam os conflitos, possibilidades de acordo, desacordo e compartilhamento entre os participantes.

Em relação ao domínio da pergunta na entrevista, é representativa a inversão feita por Juan que assume, mais ao seu final, a posição de quem questiona a entrevistadora e os seus conhecimentos sobre as condições sociais do infrator e das populações pobres. No caso de Salvador, essa resistência parece se dar em

função da manutenção de uma estratégia que aponta para o outro que ainda falta muito a contar, do espaço da não confiança, da desistência da participação, fato que ele já indicava no contato inicial ("Se não tiver preparada...").

Menos que entender esses acontecimentos como manifestação de características pessoais, suas presenças, a partir da nossa abordagem e dos pressupostos das perspectivas da *RedSig* e do *self* dialógico, permitem-nos compreender a entrevista biográfica como um espaço dialógico, uma arena representativa das contradições sociais, embates de visões de mundo, sendo entrevistador e entrevistado, nesse caso, vistos como atores e representantes de grupos sociais distintos (infratores e não infratores) e, portanto, tensionadores das relações existentes.

Essas tensões expressam a assimetria das relações (Spink, 1996). Elas se expressam por vozes que, situadas historicamente, longe de serem planas, estão constantemente submetidas a diferenças de poderes (Hermans, 2001a). Tensões ativadas pelo fato de Juan e Salvador serem chamados a se posicionarem como infratores, tarefa que não é fácil em função das avaliações sociais negativas de bandidos e criminosos. Tensões decorrentes também da ocupação de posições epistemológicas distintas. Por exemplo, Barresi (2002) discute como, para Bakhtin, nós nunca compreendemos a atividade do outro da mesma forma que compreendemos a nossa: "Com respeito ao *self*, nós estamos sempre situados em nossa posição atual no tempo e espaço e limitados por nossa perspectiva de ação orientada para o futuro" (p. 244).

É claro que esse fato não nega o caráter de compartilhamento cooperativo existente na disposição em participar da pesquisa. Essa cooperação é verificada nos dois participantes por um colocar-se na posição de *reflexão* sobre o envolvimento com o crime, produzindo teorizações sobre a influência disso não só em suas vidas, mas na vida das pessoas de modo geral. A cooperação está presente ainda no interesse em narrar suas histórias e na disposição em pensar junto com a pesquisadora. Ela é evidenciada através de questionamentos sobre a utilidade do relato para a pesquisa ("isso que eu tô te contando tá valendo?") e a compreensão por parte da pesquisadora ("você tá entendendo?"), assim como através

da explicitação de detalhes que facilitam o entendimento da história e do contexto de desenvolvimento de suas vidas.

Entretanto, é importante considerar que essa marca colaborativa na produção do *corpus* da pesquisa, conquistada pela tarefa proposta aos entrevistados e inclusive através dos mecanismos estabelecidos para a mediação inicial entre pesquisador e pesquisado, jamais elimina a ocorrência dos conflitos e das negociações *eu-outro*. Ela é também constitutiva dessa negociação.

Ao defender que a negociação é inerente à interação e se faz presente na construção narrativa de *si* para o outro, a sua explicitação, necessariamente, torna-se uma exigência também para a compreensão das continuidades e descontinuidades nas descrições de *si*. Assim, acreditamos que as continuidades e as descontinuidades de *si* só podem ser concebidas dentro dessa dinamicidade de oposições e conflitos, considerando-se os lugares a partir dos quais as pessoas falam. Esses lugares, no caso da entrevistadora e dos participantes, assumem características polarizadas.

Argumentamos aqui que, embora o *outro* sempre, necessária e intrinsecamente constitua e possua um valor de “autoridade” sobre o *eu* (Bakhtin, 2000, p. 167), a tensão resultante desse processo ganha uma visibilidade indiscutível no estudo da construção de identidade narrativa dialógica em homens que tiveram envolvimento com o crime. Essa tensão ocorre não em função de uma personalidade que não se integre, resolva ou supere uma posição de envolvimento com o crime e os dramas que ela implica. Também não como decorrência de uma incompetência de processos de tomada de decisão ou de criação de novas narrativas de *si*, como postulado por algumas correntes teóricas, criticadas nos capítulos 1 e 2. Mas sim, em função do fato de considerarmos a pessoa povoada por diferentes vozes sociais cujas contradições são imanentes e, principalmente, centrais no caso da interação estabelecida entre a pesquisadora e os entrevistados.

Além da construção de *si* a partir do confronto entre entrevistador e entrevistado, também podemos perceber que as posições relacionadas aos diferentes momentos de vida de cada participante foram se estabelecendo em contraposição ou em colaboração às posições anteriormente apresentadas.

No caso da colaboração, por exemplo, Juan constrói uma relação de parceria na medida em que, ao descrever-se como brigador em *relação aos homens*, concomitantemente, fortalece a posição de conquistador em *relação às mulheres*. Na fala de Salvador, esse fato se dá na descrição de *si* como *consciente ou inconsciente* e na sua relação quanto à *autonomia* e à possibilidade de *envolvimento com o crime*. Quanto maior o número de informações, maiores a consciência e o comprometimento com o crime.

As oposições e conflitos entre as posições narradas aparecem de modo mais claro no momento em que Salvador, enquanto filho, de uma posição *reflexiva*, avalia as atitudes de sua mãe. Aparecem ainda quando, a partir do relato de *si* como participante de uma rebelião, *consciente* do que ocorria, confronta-se com um Salvador que escondeu do padre informações importantes sobre a sua vida.

No caso de Juan, a contraposição entre as posições narradas aparece quando ele se posiciona também como pai. As posições de *brigador*, de traficante e de usuário de drogas em contraposição àquela de pai, cujo papel social demanda atividades e posturas de orientação aos filhos (*pró-social*), são representadas pela tensão entre o certo e o errado, caracterizados como polaridades excludentes. Como orientar os filhos para condutas opostas àquelas que praticou?

De fato, polaridades incompatíveis são características da narrativa de Juan. Ou se é leão ou se é bunda-mole. Em *relação às mulheres*, ou causam destruição ou salvam a vida de um homem. Ou se conta a história a partir de uma posição de *brigador* e bandido, inclusive com as entonações características desse tipo social, ou o relato é feito a partir de uma posição de ajuda ao outro (*pró-social*), enquanto conselheiro. Ou se é certo, ou se é errado, pontuando-se de que lado se está.

Nesse sentido, a descontinuidade das práticas criminais, para Juan, significa uma ruptura, um processo de transformação, transformação de tipos e de ações, representada por diferenças na entonação da voz e pelo uso de um verbo (*passar*) que marca momentos decisivos. Trata-se de uma passagem de um a outro lado: "Eu passei a sê um cara pacato"; "então eu passei a sê outro tipo de pessoa (...) o outro lado da moeda". Jogo de posições onde

aquelas que compõem o lado “certo” vencem as situadas no “errado”, configurando novos arranjos na identidade narrativa.

Como os limites da subjetividade, tal como a entendemos, não se dão nos limites do corpo, mas no encontro e, nesse sentido, a subjetividade é permeada pelo *outro* e possui limites borrados, as contradições sociais de uma sociedade em conflito acabam por se fazer presentes no ato de narrar a *si*. Nas descrições de *si*, são potencializados conflitos e contradições, em especial, pela simultânea diferença e interpenetração do *outro*, representado pela entrevistadora, pelos *outros* que ela traz na interação e pelas posições narradas que também portam as vozes sociais e seus pontos de vista possíveis.

7.3. VOZES DO GRUPO SOCIAL E DO CON- TEXTO DA CRIMINALIDADE

O *outro*, conforme também nos aponta Wallon (*in* Werebe & Nadel-Brulfert, 1986), ao longo do desenvolvimento, vai adquirindo valor categorial graças aos grupos, que determinam lugares e atribuições a cada um no seu conjunto. Assim, as descrições de *si* emergentes na entrevista biográfica não podem ser compreendidas como avaliações geradas por encontros entre indivíduos ou (o)posições individualizadas, por características meramente pessoais da entrevistadora e dos entrevistados. De acordo com Wallon (*ibid*), “cada um se mede por comparação não a outros indivíduos como tais, mas a indivíduos pertencentes a uma categoria determinada” (p. 176).

No confronto com o *outro*, ao procurar se descrever como quem se encontra do lado “certo”, apontando para um certo caráter descontínuo de *si*, Juan situa a narrativa e os posicionamentos atuais numa linha de conformidade com as expectativas sociais dominantes, opostas àquelas geradas pela inserção no crime. Essa situação evoca assim posicionamentos morais e éticos perante a vida. Na mesma linha, Salvador procura justificar a experiência no crime como uma pré-destinação, para que pudesse conhecer e “socorrer” outros presos, qualificando-se para uma ação de ajuda

ao outro, fato que o coloca claramente em relação às expectativas de um discurso social dominante.

Como as avaliações não são desprovidas de valorações, essa consideração aponta para a necessidade de se compreender as posições enquanto representativas de grupos. As vozes trazidas pela entrevistadora e também pelas posições narradas não são individuais, mas coletivas. As falas dos participantes são compreendidas como fala social. Elas são a fala daqueles que passaram por situações semelhantes: homens, infratores, negros, oriundos de camadas baixas, que experienciaram conseqüências da vivência no mundo e na cultura da criminalidade. Elas são tanto falas *a partir* do grupo como *desses* grupos, portando informações sobre seus modos de pensar e de agir. Locuções e estratégias de narração não são simplesmente propriedades particulares dos participantes; são concomitantemente de seus grupos sociais.

Dessa forma, a construção e a estruturação social da pesquisa biográfica não podem ser vistas apenas através do seu caráter de prática social que cria um espaço de reflexão de *si* e de desdobrar-se sobre a própria vida, regulado e circunscrito pelo papel de ser entrevistador e pelo papel de ser entrevistado. Também os conteúdos são estruturados socialmente, enquanto palavra, enquanto signo.

As falas, particularmente relacionadas à vivência num contexto de crime, ao mesmo tempo em que caracterizam e descrevem situações e cenários da criminalidade, denunciam violações, expõem diferenças e ensinam sobre os valores e estratégias de sobrevivência dessa população.

Juan e Salvador são exemplo vivo e representativo do processo denominado de "espiral da criminalidade", termo usado por Peralva (2000) para se referir ao agravamento e ao aumento crescente da violência e da criminalidade urbana ocorridos a partir da década de 80 (Pinheiro, 1997). Salvador, por ter uma inserção no crime ainda na adolescência, concretiza também as discussões em torno das políticas públicas em relação ao adolescente autor de ato infracional. Juan, por outro lado, contribui para exemplificar trajetórias que se dão a partir de um processo de intensificação do uso e do tráfico de drogas, fator freqüentemente associado ao aumento das taxas de crime, em particular, do crime organizado.

Dessa forma, além do participante narrar a sua história a partir dos seus grupos de pertencimento e expor assim as dificuldades encontradas para a construção de uma nova posição, ele também faz o relato a partir de um ponto de vista histórico (Braga, 2002). Mediações sociais, históricas e culturais aconteceram na construção da identidade narrativa dos participantes enquanto infratores, afetando diretamente os posicionamentos em relação à continuidade e descontinuidade de *si* e às possibilidades de construção de uma posição de não envolvimento.

É através da narrativa da trajetória de Salvador que mais aparecem as típicas determinações históricas presentes na construção de *si* e do ato de se narrar por parte dos homens que se envolvem com o crime.

Salvador tem a vivência em prisão antes mesmo da inauguração de uma unidade específica para adolescentes no município e aponta o caráter de “escola do crime” que teve essa experiência. A separação de presos adultos de adolescentes, assim como a separação de presos por categorias de crimes, princípio regido por normativas internacionais (Rodley, 2000), só vai afetar Salvador na sua segunda passagem pelo sistema judiciário, quando é transferido para uma instituição destinada especificamente a adolescentes. Momento inclusive em que aponta como bastante positivo: acena para o encontro com o padre Antônio (figura importante na sua vida), associa a instituição a um lar (ao seu “lar perdido”), usa o pronome possessivo na primeira pessoa do singular, implicando-se em um modelo de atendimento que procurava superar limitações.

Salvador é objeto de atenção de programas destinados a adolescentes autores de atos infracionais ainda sob a égide do antigo Código de Menores, cuja doutrina baseava-se na situação irregular e não na proteção integral, atual doutrina que rege a legislação para a infância e juventude no país. Doutrina da situação irregular que, após século de existência, iniciada com o primeiro Código de Menores do país em 1927 (Silva Pereira, 1996), resistiu ao tempo e perpetuou uma concepção fundada na penalização das crianças e adolescentes, na culpabilização dos pobres pela ocorrência de crimes e na violação de direitos básicos da população infanto-juvenil (Garcia Mendez, 1994).

Salvador percorre ainda várias instituições prisionais no Estado. Relata as condições inumanas, como, por exemplo, a existência de celas de isolamento, denunciadas por ele junto a instituições de direitos humanos. Condições que, segundo Rodley (2000), poderiam ser caracterizadas como situações de tortura. Nessas instituições, ocupa funções importantes, como a de responsável pela alimentação, função que, como ele mesmo narra, é usada por parte dos agentes administrativos para a obtenção de informações sobre os presos. Relata uma lógica denunciada pela literatura na área, onde o uso desses postos, aliado à deterioração das condições do sistema prisional, serve não somente para a obtenção de informações, mas para a continuidade de um sistema de corrupção estabelecido entre os presos e os agentes e administradores penitenciários (Méndez, 2000).

Salvador é ainda personagem e testemunha da modificação do perfil dos infratores e do surgimento, dentro do sistema prisional, de organizações de presos que ganham destaque na imprensa escrita e falada. Organizações que impõem normas, regras e leis próprias que orientam e regem condutas que os participantes assumem para si. “Eu *tinha que matar*”. *Ter*, no sentido da obrigação. Quando relata a sua posição associada aos eventos ocorridos numa tentativa de rebelião fracassada, Salvador expõe as exigências dessa posição, que segundo ele, só poderiam ser diferentes se ele não estivesse naquele contexto. Expõe os circunscritores para a descrição de *si* calcados não apenas no aqui e agora, mas também em situações concretas de seu grupo. Circunscritores que, além de delimitar espaços a serem ocupados, delineiam subjetividades, na medida em que compõem a história de vida da pessoa. Mediações sociais e culturais. Situações que colocam Salvador em descrições do tipo “ser capaz de matar alguém”, apesar da existência de descrições de *si* que o caracterizam como “incapaz” de um ato como esse.

Na narrativa de Juan, a caracterização da instituição prisional se dá principalmente através da identificação do papel desempenhado pelos policiais e da convivência com uma série de injustiças às quais o preso se encontra submetido. O processo descrito por Juan, no qual os homens que não se impõem na prisão “viram

mulher”, em alguns casos pode ser gerenciado pelos próprios policiais e agentes penitenciários. Discutindo a administração do sistema de detenção na América Latina, a partir de visitas documentadas no relatório da Human Rights Watch, Rodley (2000) argumenta:

“Em uma cadeia, ‘cada cela tem um chefe’. A homossexualidade é ‘generalizada’, inclusive o estupro homossexual: ‘As pessoas jovens são vendidas pelos guardas que as colocam, então, nas mesmas celas dos compradores’” (p. 50).

Um outro aspecto da fala de Juan representativo do seu grupo social diz respeito ao sistema judiciário no país. Ter um advogado significa dispor de todos os bens que possui e acumulou ao longo da vida. Para Garro (2000), a justiça é uma mercadoria cara, apresentando aos pobres obstáculos de acesso. Esse fato vincula-se a um processo de exclusão mais amplo, cujas condições de produção histórico-sociais aparecem claramente na criação de uma categoria social que Juan chama de “terríveis homens cansados” e com a qual se identifica. Aparecem também na classificação de *si* enquanto “peixe pequeno”, em contraposição aos criminosos de colarinho branco, detentores de poderes históricos que os protegem das prisões, sendo estas destinadas apenas “aos pobres”. De acordo com Fry (2000):

“Nas sociedades que se apresentam com democracias liberais, o ideal de igualdade de todos perante a lei é regularmente ameaçado pela distribuição desigual de poder e influência pela hierarquia moral das categorias sociais e grupos com base em características específicas, reais e assumidas. A riqueza pode corromper e, a despeito da superação da criminologia lombrosiana, mulheres e pessoas de cor, membros de ‘minorias sexuais’ e imigrantes tendem a sofrer tratamento distinto da polícia e do judiciário geralmente contra seus principais interesses. O Brasil naturalmente não é exceção” (p. 208).

Não podemos deixar de considerar que os participantes, além de provenientes de camadas pobres, são negros, supondo assim um processo de exclusão dos benefícios da democracia que se acumula também no sistema de justiça em função da cor (Adorno, 1995).

A partir da voz que os participantes deram ao grupo de infratores, fica evidente que a possibilidade de se construir uma posição identitária de envolvimento ou não com o crime não se limita apenas às negociações polarizadas entre entrevistadora e entrevistado. Do mesmo modo, o *corpus* nos indica que o processo de descrição do grupo de infrator não é restrito ao crime e não é refratário a outras influências.

Fica evidente que Juan e Salvador estão compondo um quadro a partir do qual narram, justificando as possibilidades de construção de posicionamentos nesses espaços. Mais do que isso, como mencionado anteriormente, vão posicionando-se moralmente no narrar. Como nos diz Bakhtin acerca do herói dostoiévski-ano: “não é apenas um discurso sobre si mesmo e sobre seu ambiente imediato, mas também um discurso sobre o mundo: ele não é apenas um ser consciente, é um ideólogo” (*Idem*, 2002, p. 77).

As situações narradas colocam a pessoa na relação com a contradição humana, em especial no momento em que se descreve para alguém que não compartilha suas experiências de vida e que, portanto, serve como um *outro* parâmetro para avaliar os seus atos e do seu grupo. Essas situações se expressam numa negociação dialógica atual trazendo, no relato de Salvador, por exemplo, as dúvidas quanto ao posicionamento presente em relação ao crime. Dúvidas expressas através das vozes do padre e da pergunta para a pesquisadora sobre os modos pelos quais tem sobrevivido (“Você já pensou como eu tô vivendo?”).

Contudo, a complexidade da descrição das possibilidades de continuidades e descontinuidades de *si* exige que se considere que as locuções, assim como não podem ser entendidas como uma configuração meramente idiossincrática, não são resultantes de uma articulação a partir das perspectivas e visões de mundo apenas do grupo de infratores.

Os contextos e as histórias das instituições de controle social da violência, marcados pela vinculação entre criminalidade e marginalização das camadas pobres, pela incompetência na mediação de conflitos e, conseqüentemente, na criação de novos papéis e lugares sociais aos ex-infratores, articulam-se a contextos mais amplos.

Quando tomamos a posição de exclusão produzida pelos participantes acerca do lugar do ex-infrator na nossa sociedade, trazida em forma de questionamento quanto às possibilidades de emprego (“Quem vai dar emprego para um ex-presidiário?”) e de credibilidade na palavra do infrator (“Quem acredita em mim?”), as falas apresentam circunscretores sociais inseridos num contexto maior de produção de exclusão, construída historicamente. Contexto de exclusão da escola, do mercado de trabalho, de possibilidades de aquisição de bens e produtos anunciados pela sociedade capitalista (Wievorka, 1997). Contexto histórico que articula diferenças de possibilidade na obtenção de emprego de acordo com pertencimento social e cor da pele, diferenças da distribuição de renda e riqueza do país em relação às camadas sociais e às regiões geográficas. “O discurso sobre o mundo se funde com o discurso confessional sobre si” (Bakhtin, 2002, p. 77).

Nesse ponto, é possível rever o padrão de narrativa generativa encontrado por Maruna (2001) nos estudos com ex-infratores e presente também nas narrativas dos entrevistados (mesmo que do ponto de vista do desejo e de ideal de *si*, no caso de Salvador). Esse padrão não nos parece possível de ser explicado apenas por uma capacidade pessoal de criar novas formas de descrição de *si*, fechadas no âmbito do indivíduo. Para nós, essas formas se dão num contexto de tentativa de resolução das contradições presentes na construção de *si* de homens que tiveram envolvimento com o crime.

Numa sociedade que não construiu formas de inserção social de ex-infratores e que, segundo Giddens (2002), historicamente caminhou no sentido de depositar na vontade e esforço pessoais a chamada “recuperação” (visão inclusive apoiada e ratificada por produções científicas de diversas áreas), as formas de inserção encontradas pelas pessoas devem ser pensadas no contexto de produção da sua própria exclusão. Explicações para o envolvimento

e para a saída do crime são perpassadas por uma ideologia que faz com que a pessoa assuma para si toda a responsabilidade do seu ato (Juan), recorra a problemas pessoais e familiares e ao místico para justificar ações humanas (Salvador). Esses resultados encontram-se de acordo com aqueles obtidos por Cardia (1995) que, através do estudo sobre direitos humanos e exclusão moral, discute como “a falta de percepção de injustiça se transforma em um círculo vicioso, dado que os grupos dominados e dominantes mantêm crenças similares, o que dificulta o reconhecimento da injustiça” (p. 349).

Em função de uma crença de que o crime é resultado de uma escolha pessoal, as justificativas e saídas encontradas, tanto em relação ao crime como às injustiças vividas, são concebidas também no nível do indivíduo (cf. Cardia, *idem*, p. 372-374). Nesse sentido, a matriz sócio-histórica também fornece as possibilidades de inserção e de interpretação da inserção social, através da criação de um discurso que prega o sofrimento e o sacrifício como forma de redenção dos atos praticados e do mal causado aos outros (“eu tinha que passar por isso, estou passando para pagar o que fiz”) e propõe ações junto a grupos que vivenciam dificuldades semelhantes como forma de integração e aceitação social (desejo de realizar palestras, assumir uma posição de conselheiro). Para Cardia (*ibid*), essa atribuição pessoal e não coletiva ou institucional para os motivos das condutas dos criminosos serve ainda para justificar as demandas por pena de morte e a crença de que as pessoas estão recebendo aquilo que merecem. “Aquiência com os padrões de dominação” (p. 373) que traz, na fala dos participantes, a necessidade de, apesar de terem cumprido pena em prisões, “pagarem” os atos cometidos através de ações individuais e generativas.

7.4. A IDENTIDADE NARRATIVA DIALÓGICA CONFIGURADA ENQUANTO REDE: LINHAS DE IDENTIDADES RELATIVAS OU NÃO AO CONTEXTO DO CRIME

As posições narradas pelos participantes e os jogos de posicionamento na entrevista ocorridos entre entrevistador e

entrevistado, defendidos aqui como eixos para a abordagem da questão da continuidade e descontinuidade de *si*, precisam ser compreendidos tanto na sua dialogicidade como num modo de relações que não obedece a uma hierarquia plana ou linear.

A análise descritiva nos mostra que o processo provocado pela demanda da pesquisa colocou Juan e Salvador na construção de uma identidade narrativa que tem como ponto central a história de envolvimento com o crime. Dessa forma, as posições relacionadas a esse contexto constantemente são colocadas em figura, seja pelos entrevistados seja pela pesquisadora que intervém e reafirma o interesse nessa identidade. Entretanto, como procuramos deixar claro nos itens que tratam sobre a tensão *eu-outro* na entrevista biográfica e sobre as vozes do grupo social, essas posições se articulam a outras não necessariamente identificadas com o crime. Para dar sentido à vida, as posições relacionadas ao contexto do crime articulam-se com posições de outros contextos.

Por exemplo, a partir das falas de nossos entrevistados sobre a produção de posições de inclusão/exclusão, podemos dizer que, uma vez incluídos na categoria de *ex-infrator* não significa o apagamento de outras tantas exclusões a que estiveram submetidos. Essa continuidade também se faz presente na continuidade das formas de descrever-se, inerentes ao processo de exclusão social e moral que disponibilizou posições ocupadas no tempo vivido de Juan e Salvador. Esse fato pode ser um dos indicadores para explicar a dificuldade encontrada por Salvador para se atribuir uma posição atual claramente identificada como *não infrator*, mesmo após dois anos vividos fora da prisão.

Talvez, também por isso, mesmo se situando na atualidade em contraposição a uma posição de bandido, Juan, quando analisa e interpreta as condições sociais das populações pobres e dos presos, mais ao final da entrevista, inclui-se nesse grupo: "Os homens cansados, o homem cansado, ladrão de galinha...somos *nós*". Juan, apesar de descrever um *si mesmo* atual oposto ao de infrator, implica-se no relato de posições relacionadas ao crime, utilizando discurso direto, entonações e, principalmente, a primeira pessoa do plural, indício de pertencimento a um grupo; grupo não só de

infratores, mas especialmente de camadas pobres. Vinculação fortemente assentada nas significações sociais sobre criminalidade.

Pensar a construção da identidade narrativa de infratores e ex-infratores, a partir da perspectiva da *RedSig*, significa pensá-la na articulação com outras linhas de identidade, numa rede de relações e disposições sociais e históricas. Identidades de gênero, familiares, profissionais, religiosas, raciais, de classe... Assim, consideramos que a construção da continuidade e descontinuidade de *si*, no que se refere ao envolvimento com o crime, continua carregada de contradições, cujas marcas sócio-históricas aparecem no relato dos participantes, tanto no nível do evento narrado como do evento narrativo.

A essa complexidade, uma outra característica se associa. A partir de uma perspectiva de *self* dialógico e de rede, pode-se dizer ainda que construir uma nova identidade não significa apenas transitar de um a outro grupo (infratores para não infratores). Faz-se necessário considerar que esses grupos são característicos de culturas diferentes e contraditórias, o que aparece claramente nas falas através da polarização e das atribuições morais aos atos. Bathia (2002), a partir de uma interlocução com estudos da Psicologia Cultural, discute como as chamadas culturas hifenizadas, emergentes a partir do processo de diáspora e imigração de pessoas de nações economicamente periféricas para países ricos, precisam ser compreendidas com base em relações complexas e negociadas de construção da identidade. Como membros das novas comunidades, as pessoas negociam suas identidades e continuam mantendo relações com as comunidades de origem.

A exemplo do que Bathia verifica em seus estudos, consideramos aqui o crime como uma subcultura da nossa sociedade, que impõe normas e valores que medeiam diferentemente os relacionamentos sociais e as concepções sobre o legal, a moral e a própria vida, moldados por questões de gênero, de classe e de raça. Como afirma Hermans (no prelo), é possível defender que as vozes estabelecidas em um contexto cultural sejam confrontadas quando em contato com uma cultura povoada por vozes diferentes e frequentemente dominantes. Confronto constante que envolve um processo de ir e vir de posições incompatíveis socialmente e

resultantes de múltiplas mediações. Posições não isoladas, mas localizadas sempre em relação a outras.

Ainda, conflitos e posicionamentos não podem ser compreendidos como separados do seu caráter emocional. São carregados de emotividade, possível de ser apreendida na entrevista através das entonações diferenciadas. Vozes investidas de raiva e de indignação. Vozes com usos de expressões e jeitos típicos do valente, do conquistador, da população presa, do doente... No momento em que contam suas vivências, Juan e Salvador não só privilegiam a linguagem dos presos, do pai, do conselheiro, mas estão também atribuindo a essas posições as emoções, a história e a vivacidade dos modos de vida associados a esses grupos. Emoções e conflitos expressos no olhar que lacrimeja quando se posicionam...

As negociações se manifestam assim nas formas de se descrever presentes também nas pausas, sentenças inconclusas, risos e disposições que apontam não para um deslocamento de posições ou para uma simples substituição de formação identitária, mas para os conflitos que uma nova posição contém. Conflitos e tensas relações de continuidade e descontinuidade expressos principalmente pelas misturas dos tempos verbais e pelas interrupções. "O diálogo penetrou no âmbito de cada palavra, provocando nela luta e dissonância de vozes. É o microdiálogo" (Bakhtin, 2002, p. 75). Conflitos no âmbito da produção de *si* típicos de uma sociedade em conflito. Conflitos expressos por vozes que não são soltas, abstratas, mas situadas e ancoradas na concretude da sua construção histórica e cultural. Vozes sujeitas a diferenças de poder e relações assimétricas. Vozes que não desaparecem quando em novo contexto. Ao contrário, podem ser potencializadas e são frequentemente estabelecidas e desafiadas, num jogo de figura e fundo (Rossetti-Ferreira, Amorim & Silva, 2000). Vozes que caracterizam as posições como organizadas hierarquicamente, conduzindo a uma dominância relativa de umas sobre as outras (Josephs & Valsiner, 1998).

Reconhecer que as contradições estão presentes na narrativa de Juan e Salvador e que não há uma simples substituição de posição, mas sim, a permanência de uma vinculação negociada àquela posição de infrator, não significa desconsiderar as particularidades dessa construção. Ao que vimos apontando aqui, preva-

lece o caráter socialmente constitutivo da narrativa de *si* e o seu povoamento pelas vozes sociais. Contudo, isso não significa ausência de singularidade.

Apesar das experiências de vida de Juan e Salvador serem tecidas em um contexto e uma matriz sócio-histórica comum, elas apresentam uma variedade de diferenças, também contextuais, seja no que se refere aos eventos, cenários e parceiros de interação ao longo da vida, seja no próprio contexto de produção dessas narrativas autobiográficas. Além disso, é importante considerar as assimetrias no próprio grupo de infratores, o que aponta para inserções diferentes no crime (por exemplo, ser ou não membro de uma organização de presos e a posição ocupada nesse grupo). Dessa forma, os sentidos são sempre construídos a partir de uma perspectiva particular e pela singularidade do ponto de vista.

Como afirma Hermans (2001a), como resultado das vozes coletivas, as pessoas não constroem significados livremente. Contudo, como estão em diálogo, as vozes do outro organizam, mas não determinam. A pessoa, entendida como agente de sentido, tem também a capacidade de negociar significados coletivos, não apenas assumindo-os, mas também negando-os (Rossetti-Ferreira, 1997).

Se os encontros trazem as vozes dos grupos sociais que nos compõem, compõem nossas vozes e posições, são exatamente eles que nos possibilitam que outras vozes sejam incorporadas. Diálogos de vozes. Vozes que provocam conflitos e que, se persuasivas, vinculam novas posições (Hermans, no prelo). Daí a centralidade do conceito de vozes em diálogo para a compreensão da transformação (ou não) das posições. Encontros com amigos produzindo posições de envolvimento com o crime. Encontros com pessoas (esposa, escola de samba) que trazem outras vozes e produzem posicionamentos fora do contexto da criminalidade e que, de alguma forma, relacionam-se a esse contexto. Experiências de religiosidade, tempo de permanência em presídios, envolvimento com drogas, relacionamentos amorosos e uma série de outros exemplos marcam diferenças na constituição das significações e das vozes sobre o crime, que, como defendemos, não podem ser entendidas a partir de um paradigma linear e monológico. Marcam,

portanto, possibilidades de trajetórias e de descrições de *si* diferentes, singulares e sempre passíveis de transformação.

O próprio local de realização da entrevista e o encontro que ela promove também apontam, no caso da descrição de *si*, para um contexto que situa e localiza os eventos da história a ser contada. Salvador, numa sala de atendimento psicológico, posiciona-se na interação com a pesquisadora como quem fala com uma psicóloga. Juan, posicionando-se como um informante, num contexto de sala de atendimento ambulatorial de um centro de saúde, traz as significações de *si* também em relação à doença. Localizações espaço-temporais únicas que vão circunscrever redes de posicionamentos e relacionamentos singulares.

Dessa forma, Juan e Salvador articulam de modos diferentes suas experiências, recorrem a interpretações variadas e, principalmente, encontram-se implicados diferentemente na construção da continuidade em relação ao crime, fato que pode ser verificado através das pausas e misturas de tempos verbais.

Mais especificamente quando os participantes fazem uso do pronome *eu*, as misturas dos tempos verbais acontecem com mais intensidade na narrativa de Salvador.

Juan, que já construiu um percurso de quinze anos sem envolvimento com o sistema de Justiça, estabeleceu novas redes de relacionamentos, parceiros interativos e cenários que o põem em diferentes significações do mundo e de *si*, predominantemente, usa o tempo verbal no passado, inclusive avaliando seu percurso de vida como não desejável para seus filhos ("pros meus filhos não sê aquilo que eu fui"). Juan não elimina a posição passada, mas já não se identifica com ela quando usa o pronome pessoal na primeira pessoa.

Salvador, entretanto, ainda presente em uma rede de relações que guarda proximidades com o crime através do seu enteado, da sua tentativa de arrumar emprego, do processo a que ainda responde pela rebelião, usa o pronome *eu* com marcas de continuidade de *si* enquanto infrator: "que me fez do jeito que eu fui, do jeito que eu sou". Uso reiterado em outros momentos pela expressão "só que", pelo "eu acho que minha história não vai

acabar por aqui”, “hoje eu num sô capaiz de falá se eu vô o num vô...num sei”. Hesitação na palavra e no assumir uma nova posição, hesitação na participação da pesquisa. Usos diferentes do pronome *eu*, comprometimentos diferentes de posições do *eu*. Usos de expressões que apontam para a direção e importância de posições e desenvolvimentos futuros (Hermans, no prelo).

Pensar a construção da identidade narrativa e as possibilidades de construção de *si* a partir da perspectiva da *RedSig* significa considerar as diferentes mediações presentes no momento do contar a história de uma vida. Mediações histórico-sociais que se fazem presentes no aqui e agora, entendido, na leitura que Ricoeur (1994) faz de Santo Agostinho, como o tempo do narrar: presente do presente, presente do passado e presente do futuro. Enquanto uma produção situada no presente, a identidade narrativa dialógica é produto das possibilidades culturais e institucionais de identidades grupais e de descrição dos infratores presentes na matriz sócio-histórica, assim como daquelas posições que são *assumidas pelas e atribuídas às* pessoas no seu tempo vivido, recontadas e negociadas nos processos interativos particulares.

7.5. A FAVOR TANTO DAS CONTINUIDADES COMO DESCONTINUIDADES

Priorizamos até aqui a discussão da construção da identidade narrativa a partir do foco no conflito, no confronto e na negociação. Fato que inclusive se justifica pela crítica à literatura que se centra na busca da unidade e pretere a discussão da fragmentação, feita nos capítulos 1 e 2. Contudo, queremos deixar claro que isso não significa uma priorização da discussão da descontinuidade em prejuízo da continuidade de *si*. Se a consideração do processo de circunscrição e das diferentes mediações advindas dos tempos histórico, vivido e aqui e agora falam prioritariamente a favor da complexidade, a articulação entre esses tempos na narrativa também nos permite a compreensão de como essa complexidade se alinhava.

Falar de continuidade e descontinuidade de *si*, a partir da utilização da entrevista biográfica e do contexto de homens que tiveram

envolvimento com o crime, significa posicioná-los em relação à vida como um todo e, nesse sentido, o relato no presente é carregado tanto por avaliações do que ocorreu como por expectativas da vida. Posicionamentos não só em relação ao passado ou ao presente, mas também no eixo da perspectiva futura. O não acabamento do *eu*, de uma perspectiva bakhtiniana, dá-se tanto pela necessidade do *outro* que o complementa como por uma dimensão temporal, melhor descrita por Ricoeur (1994) e qualificada por Brockmeier (2001) como o lançamento do olhar da pessoa para os sentidos e finalidade que sua vida tem e também pode ter. As possibilidades prospectivas da vida traduzem diferentes compromissos entre os entrevistados e trazem à tona, principalmente, a questão da continuidade de *si*. Esse olhar a vida como um todo força a pessoa a produzir uma narrativa que articule diferentes eventos, permitindo a criação de um efeito de sentido de *si*, único e mesmo ao longo do ciclo vital.

Juan vai utilizar a doença para articular passado, presente e futuro. Refere-se a ela como o meio *através* do qual, pelo sofrimento que ela traz, “paga” o sofrimento que ele causou aos outros. Avalia assim o seu passado e o vincula ao presente. Além disso, projeta-se a partir de uma avaliação bastante negativa da sua vida e de suas conquistas materiais. Através da doença constrói um sentimento de continuidade de *si*.

Salvador constrói um sentido de *si mesmo* que extrapola os limites do humano e de uma vida, assentando-o num plano espiritual. Além disso, sentidos de um *si mesmo* que, apesar das transformações, aparecem fundamentalmente nas misturas do tempo verbal.

Salvador, pela batalha que enfrenta no cotidiano em relação à obtenção de emprego, expressa de modo mais direto a relação entre perspectiva futura e o passado no crime: “Como é que você acha que eu estou sobrevivendo?”. “Eu vou tentando...”. Relações de continuidade não apenas com um passado, mas com circunscretores presentes, evidenciados pelo uso do gerúndio e pelos desafios das condições concretas de existência. As expressões sobre o futuro apontam para determinadas possibilidades de perspectivas e acenam para posições de continuidades.

Bauer e Bonanno (2001), a partir da discussão de casos com base na perspectiva da ação mediada, mais desenvolvida por

Wertsch, propõem que a transformação de um sentimento de descontinuidade de *si* em continuidade, apesar das mudanças e transições, ocorre por meio de atividades que dão significados mais recentes às vidas das pessoas, daí crença e generatividade serem fontes poderosas de produção de sentido sobre o *si mesmo*. Para os autores, atividades que dão sentido à vida envolvem contribuir para o bem estar de gerações futuras. Os autores vão ao encontro da produção de Erickson (1998) sobre o desenvolvimento na vida adulta, que teria, na crise da generatividade *versus* estagnação, a construção de uma necessidade de cuidado do outro. Envolvimento na comunidade exemplifica uma das formas de se vivenciar esse momento, onde as atividades contribuem para o estabelecimento de compromissos e metas pessoais, articulando passado e presente. Para Tappan (2000), as conexões entre as mudanças no desenvolvimento não só ocorrem no sentido de *si*, mas da identidade moral e das ações no mundo.

Também concordamos com as observações dos autores. Trabalhos na comunidade e religião parecem ser poderosos no sentido de dar apoio e suporte para o enfrentamento da contradição, atribuindo sentidos que tecem as multiplicidades implicadas nas relações sociais e, conseqüentemente, na construção da identidade narrativa. No caso de ex-infratores, a presença nesses discursos e contextos promove o fortalecimento de narrativas generativas, como apontado por Maruna (2001). Contudo, a partir dos nossos casos, acrescentamos que as novas narrativas com padrões generativos e religiosos não podem ser compreendidas como homogêneas ou poderosas em si. São poderosas porque estão inseridas numa rede de significações sociais que atribui a elas essa função. Função que se relaciona ao sentimento de inserção social no que se refere à identidade específica do crime e que, de modo geral, contribui para a construção do sentimento de continuidade e identidade de *si*.

Consideramos aqui que a narrativa autobiográfica promove essas formas de construção de continuidade de *si*, circunscritas pelos modos historicamente construídos de contar história e, mais especificamente, de contar histórias de *si*. Formas em que narrador e audiência desempenham papéis delimitados, em que aquele que

narra busca uma linha condutiva, encadeamento e articulação de experiências diversas e não necessariamente relacionadas. Na produção de significados sobre a vida, existe um tipo de tentativa para homogeneidade. O constante retorno à linha narrativa, após interrupções da entrevistadora, é um exemplo claro dessa tentativa.

Contudo, mais uma vez precisamos alertar que isso não é suficiente para encobrir as contradições quando analisamos de modo mais detalhado a narrativa. Como vimos apontando, os participantes são múltiplos não apenas porque assumem múltiplas posições. Poderíamos ainda tomar essa multiplicidade de um ponto de vista linear. Para nós, essa multiplicidade ocorre porque as múltiplas e diferentes posições co-existem. Concebidas como dispostas em rede, é possível defender que, mesmo não estando em figura, com uma modificação no contexto narrativo, posições podem emergir. Situação que aparece de modo claro no caso de Juan, quando se interpenetram as identidades de bandido com as de classe social. Ao mesmo tempo, esse movimento não é desprovido de avaliações. Como afirmado por Hermans (1996a) é possível “mover-se do presente ao passado ou futuro e voltar ao presente”, e, nesse movimento, as posições terão sido mais ou menos mudadas pelo processo dialógico (p.12). No caso de Juan, na segunda parte da entrevista, quando retoma as posições dominantes na primeira parte, as mulheres já não são representadas da mesma maneira. Mesmo em relação à posição de bandido, ele aparece como “peixe pequeno” e não como “leão”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS ■

As considerações feitas aqui, com base no *corpus* da pesquisa e nos referenciais teóricos, permitem-nos repensar a questão da continuidade e descontinuidade apresentada no início do trabalho. Partindo de uma crítica às visões que se afiliam a um paradigma que sustenta a possibilidade de busca das continuidades e descontinuidades do ato infracional ao longo do ciclo vital, caminhou-se no sentido de procurar compreender as continuidades e descontinuidades do ponto de vista da pessoa, ou seja, continuidades e descontinuidades das formas de descrição de *si* em homens que procuram construir novas identidades sociais e pessoais após um período de envolvimento com o crime.

Essa busca também partiu de uma crítica aos estudos sobre construção de identidade que, embora se apoiem numa perspectiva narrativa, não contemplam a dialogia das relações e acabam centrando suas análises no sentido de depositar no indivíduo a responsabilidade por uma síntese e integração da identidade.

É evidente que nossa forma de olhar para as entrevistas, olhar que inclusive também sustentava as críticas referidas, acabou por destacar principalmente o caráter conflituoso, fragmentário e negociado da construção de *si* e de uma “nova” identidade, particularmente de homens que tiveram envolvimento com o crime, uma vez que, na situação de entrevista, estão em confronto com o mundo social que a pesquisadora representa.

Contudo, é exatamente esse caráter que nos exige retomar a questão da continuidade e descontinuidade, procurando compreender como se dão as suas relações.

Em primeiro lugar, é preciso apontar que o *corpus* nos foi mostrando a existência de vários níveis e possibilidades de se falar

em continuidades e descontinuidades, dentro do nosso próprio referencial. Pensar a construção das identidades narrativas, de modo dialógico e submetido às mediações sócio-históricas, significa também pensar a partir de uma concepção que considere suas multiplicidades dialógicas na complexidade das redes de significações relacionadas à construção das diversas identidades humanas. Continuidades e descontinuidades de *si* tornam-se assim conceitos complexos, indissociáveis e intrínsecos ao processo de construção de identidade narrativa, sendo melhor referidos com a terminologia (des)continuidades.

Ao identificarmos que o sentimento de *si* enquanto criminoso aparece, na narrativa, subordinado a outras posições identitárias como, por exemplo, de classe social, reconhecemos que não existe possibilidade de pensar a construção de uma nova identidade desvinculada de noções sobre *si mesmo* anteriormente vividas e narradas. O contrário também nos parece que se aplica a esse raciocínio: ou seja, também é impossível falar da permanência de *si* (enquanto infrator ou não) desvinculada de episódios e eventos diários que se dão de forma descontínua na vida das pessoas. Assim como as entradas e saídas no crime caracterizam-se pela dificuldade de delimitação, também as descrições de *si* oriundas dos movimentos de inserção no crime e as identidades possíveis de se estruturarem nesse contexto não são instâncias claramente distintas. Contrariamos assim também aqueles estudos que tratam o envolvimento no crime e a construção de subjetividades implicadas nesse envolvimento como processo de escolha e de tomada de decisão, marcados por momentos e acontecimentos bastante definidos. Com base numa articulação complexa, pode-se dizer que, apesar de “novas” posições identitárias em relação ao crime, é possível, numa determinada situação (no caso, entrevista biográfica), a emergência de “velhas” posições. Há sempre uma interpenetração das diferentes linhas de identidades (de gênero, de classe social, de raça, do papel no âmbito da família, de amizade...).

Em segundo lugar, esse reconhecimento nos aponta para um outro questionamento. Apesar de falarmos insistentemente de um *self* relacional, dialógico e complexo, ao nos referirmos às (des)continuidades de “*si*”, esse *si* aparece como uno ou no

mínimo, como um articulador. Somos capturados pela linguagem e retornamos à questão da síntese e da fragmentação do *self*. Assim, saímos de um nível da discussão da (des)continuidade de *si* relativa à particularidade do crime, com suas interconexões com outros contextos, e voltamos à discussão da (des)continuidade do *self*, num sentido mais amplo e global.

Com essas distinções, parece-nos que, tanto na literatura predominante sobre identidade narrativa como, por vezes, ao longo de pesquisas como a nossa, existe o risco de se identificar continuidade com coerência do *self*, misturando os diferentes níveis de discussão e as diferentes possibilidades de compreensão da questão das (des)continuidades de *si*. Foi ficando claro que falar da continuidade do *si mesmo* não significa necessariamente atribuir ao *self* um sentido de coerência ou unidade, desde que a abordagem da identidade narrativa seja fundada numa perspectiva dialógica e complexa.

Da mesma forma, conceber a multiplicidade do *self* não implica em aleatoriedade ou total ausência de síntese. Ficou evidente que são apresentados nas entrevistas diversos *eus* e posicionamentos desses *eus* por parte de Juan e Salvador. Apresentações e descrições de *si* que, além de fragmentadas, são também opostas e, nesse sentido, jamais unitárias. Descrições e posições carregadas de contradições, negociadas ao longo de toda a entrevista e cheias de conflitos. Entretanto, apesar de múltiplos Juan e Salvador, ocupando posições por vezes contraditórias, eles produziram efeitos que garantem o sentimento de articulação entre essas diversas posições.

A diferença da nossa abordagem em relação à literatura criticada está tanto na importância de se considerar síntese e fragmentação na construção da identidade de ex-infratores, como no entendimento de que a síntese, antes de ser uma característica *a priori* que a pessoa possuiria, é resultado de um processo construído cultural e historicamente, negociado, situado e vivenciado através do momento e dos tipos de interação estabelecidos entre as pessoas.

Dessa forma, a questão que se coloca a partir de nossa perspectiva não é se existe ou não um *self* que sintetize as formas

de descrever-se enquanto ex-infrator, mas sim, como a articulação entre as diferentes posições se dá na narrativa, que entendida como diálogo, caracteriza-se por um processo de construção aberta e dinâmica do *si mesmo*.

Para nós, essa articulação vai se dar numa rede de influências dos eventos narrados e de eventos narrativos. O relato biográfico deixa de se situar apenas na pessoa ou num processo que não compreenda a linguagem em uso, assumindo a existência de uma rede de influências, impulsionando e delimitando o fluxo da narrativa, seu movimento, sua forma e seu conteúdo. O relato é sempre um contexto. Contexto que atualiza diversas ordens de circunscrição no processo de descrição de *si* que vão além do tipo de interação que caracteriza a entrevista biográfica. É claro que é na interação do aqui-e-agora que ocorre o encontro com o *outro* e, por isso, é só aí que é possível pensar a construção de uma identidade. Entretanto, o desafio está em compreender como se articulam e se criam zonas de conexão, nessa interação, de posicionamentos oriundos do tempo histórico, do tempo vivido e do aqui e agora.

Juan e Salvador, no momento em que se descrevem para a entrevistadora e para si mesmos, atualizam concepções, posições e identidades já vividas e narradas assim como (re)constroem novas posições e descrições de *si*. Existe um diálogo entre o aqui-e-agora e interações e personagens já vivenciados pelos participantes, resultando numa produção de *si* situada e contextualizada, deslizando por diferentes dimensões temporais e espaciais. É também essa possibilidade de trazer de volta (com um novo olhar) as experiências passadas e de se lançar em direção ao futuro, em movimentos que não obedecem a uma linearidade temporal, que permite que co-existam as múltiplas e contraditórias construções identitárias, convivendo, na mesma entrevista, vários e diferentes Juan e Salvador.

É claro que o participante possui um papel de destaque e de autoria no relato de sua vida. Possui ainda um certo controle desse relato, silenciando histórias, recusando-se inclusive a continuar a participação, criando um *efeito de suspense* através da interrupção do fluxo narrativo (Tfouni, 2002). Contudo, além de entender o material como uma produção conjunta entre entrevistador e entrevistado, pela série de motivos discutidos ao longo desse trabalho,

também é ele decorrente das posições narradas. Tomando-se as contribuições de Bakhtin (2002), podemos dizer que existe um autor da história contada, mas também fica evidente que esse autor é tomado pelas vozes que compõem as posições narradas e pelo contexto no qual elas aparecem. Posições com diferentes pontos de vista e que apresentam certa independência em relação ao autor, possuindo-o no momento em que conta a história. “Possessão” verificada pela emocionalidade presente no jeito de contar e no tom da voz quando no contexto interativo é posicionado e se posiciona. Por exemplo, Juan fala como valente ou como doente, dependendo do momento da entrevista e da posição de onde fala. Nas palavras de Wallon, o *alter* “... se apodera da garganta e do peito que fala, dos membros que atuam” (in Werebe & Nadel-Brulfert, p. 166). Embora Wallon estivesse se referindo aos momentos em que a dualidade *eu-outro* se torna tão forte a ponto do *outro* se emancipar, característicos para ele de quadros patológicos, acreditamos que o princípio se aplica aos jogos de posicionamento de modo geral.

Tal fato, do ponto de vista do autor, não significa uma:

“renúncia a si mesmo ou à sua consciência mas uma ampliação incomum, o aprofundamento e a reconstrução dessa consciência (em certo sentido, é verdade) para que ela possa abranger as consciências plenivalentes dos outros” (Bakhtin, 2000, p. 68).

Mais do que procurar um *self* sintetizador na construção da identidade narrativa, seria necessário considerá-lo como produto de uma construção social que provoca a busca de regularidades e similaridades na descrição de *si* através do tempo. As descrições de *si*, ou o *si mesmo*, possuem uma natureza sociocultural, sendo tanto mutantes e flexíveis quanto constrangidas pelo meio social, pela matriz sócio-histórica. Essa matriz provê as formas e os repertórios de descrição de *si*, dentre eles as situações e as necessidades de consistência pessoal ao longo do tempo e dos acontecimentos, assim como concretiza as expectativas sociais em relação às posições de envolvimento com o crime.

Concordamos com Löyttyniemi (2001), para quem nossas histórias e *selves* não são tão coerentes ou unificados como sugere o ideal masculino ocidental:

“Quando se permite que novas vozes, outros pontos de vista sejam ouvidos e entrem em diálogo, eles nos mudarão e tornarão possível algo que não foi uma escolha anterior. Se nós questionarmos o mito do self unificado nós veremos fragmentação como um ponto de vista viável para outro tipo de autenticidade: autenticidade situacional que permite as múltiplas vozes serem ouvidas (de Peuter, 1998). Nossos vislumbres do todo, experiências passageiras de continuidade e coerência, são, entretanto, reais e verdadeiras” (p. 180).

Coerência e integridade se justificam assim muito mais por um sentimento dependente do momento histórico e das concepções de *self*, pessoa, tempo e história de uma cultura. Como afirmam Freeman & Brockmeier (2001), “... o que constitui a integridade narrativa de uma vida individual está sempre imerso em uma rede de crenças e comprometimentos éticos articulados nas visões filosófica, religiosa, política e moral da época em questão” (p. 77). Para os autores, a idéia de uma identidade individual e não relacional é um erro, assim como a concepção de que a autobiografia não possui uma história de construção social. Podemos dizer que ela não existe *a priori* e é sempre um trabalho de diferenciação e identificação com o *outro*. Como afirma Bakhtin (2000, p. 169), a posição de valor inerente ao *outro* é necessária à biografia.

Essa concepção mais múltipla de pessoa possui implicações para a prática que, no caso das ações junto aos infratores, muitas vezes com base em conhecimentos advindos da própria Psicologia, de modo predominante, assenta-se numa visão mais essencialista e individualista. Em primeiro lugar, não se pode pensar as mudanças desenvolvimentais com base apenas no indivíduo. Em segundo lugar, as mudanças não são lineares e, conseqüentemente, não o são também as posições e as identidades pessoais e sociais dos infratores.

Esse entendimento da complexidade não resulta em uma visão mais ou menos pessimista de pessoa humana. Apenas re-dimensiona o peso e a importância de ações que se centram apenas no indivíduo, uma vez que perdem na dimensão relacional. Fica claro para nós, a partir do caso de Juan e de nossos pressupostos teóricos, que novas redes de condições concretas e relacionamentos, e conseqüentemente de significações, precisam ser estruturadas, configurando novos sentidos, lugares e posições a serem *assumidos pelas e atribuídos às* pessoas para o rompimento e modificação de uma trajetória até então de permanência no crime, inserindo-as numa nova cultura, disponibilizando o encontro com novos parceiros de interação, condições, situações e vozes. Entretanto, como o próprio caso do Juan aponta, construir novas possibilidades de identidades não elimina a possibilidade de construção de narrativas de *si* conflituosas, com recorrência às posições anteriores, em especial, quando essas descrições se dão na linha de confrontos com outras identidades sociais e culturais, que se cruzam com aquela de infrator, transparecendo as relações de gênero, de classe, de raça e de poder às quais essa construção encontra-se articulada.

Compreender que essas novas redes ou configurações estão impregnadas numa sociedade que mantém concepções sócio-históricas de infratores e ex-infratores que continuam portando as contradições sociais inerentes a elas, configurando formas de descrever-se carregadas de conflitos, avaliações e expectativas sociais, alerta-nos para o fato de que novos posicionamentos não se constroem apenas com a disponibilização de atividades que fortaleçam narrativas e práticas generativas, tal como propõem alguns autores e por vezes difundida em programas de intervenção junto a infratores e ex-infratores.

Essas possibilidades de intervenção precisam estar inseridas numa rede de mudanças que, se não levam a novas posições do eu, necessitam ao menos de rearranjos nas suas relações e dinâmicas (Hermans, 2001b). Esse entendimento de homem múltiplo permite pensar que uma determinada posição, anteriormente submissa a outras, pode tornar-se hegemônica em um determinado período da vida.

Assim, as propostas junto aos infratores e ex-infratores necessitam estar inseridas em uma rede de mudanças que considerem a multiplicidade, o caráter necessariamente relacional e fragmentário da pessoa e as múltiplas identidades disponibilizadas e ocupadas por ela em uma determinada sociedade. Uma rede de mudanças que supere os circunscritores materiais e simbólicos que concretamente delimitam os lugares possíveis de serem ocupados pelos infratores e aqueles interditados a esse grupo social. Circunscritores construídos historicamente e que se concretizam no cotidiano daqueles que buscam construir novas posições.

Trazer apenas para a pessoa (predominantemente entendida como portadora de uma essência) essa responsabilidade, do ponto de vista da política social, é conduzir ao fracasso qualquer perspectiva de intervenção. Fracasso que os participantes não apenas representam como têm consciência através da crítica que fazem ao sistema penitenciário e às instituições de controle social da violência. Fracasso que os leva a construir novas perspectivas, significações de si e do mundo e novos posicionamentos muito mais pela rede social de que dispõem do que pelas estratégias que teórica, institucional e legalmente deveriam ser pensadas para esse fim.

BIBLIOGRAFIA

- ABDALA JR, B. *Introdução à análise da narrativa*. São Paulo: Scipione, 1995.
- ADAM, J. M.; REVAZ, F. A *análise da narrativa*. Portugal: Gradiva, 1997.
- ADORNO, S. Discriminação racial e justiça criminal em São Paulo. *Novos Estudos Cebrap*, n. 43, p. 45-63, 1995.
- AMORIM, K. S. *Concretização de discursos e práticas histórico-sociais, em situações de frequência de bebês a creche*. 2002. 188 p. Tese Doutorado – Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.
- BAKHTIN, M. M. *The dialogic imagination*. Austin: University of Texas Press, 1981.
- _____. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Tradução Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- _____. *Estética da criação verbal*. Tradução Maria Ermantina Galvão G. Pereira. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- _____. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Tradução Paulo Bezerra. 3. ed. São Paulo: Forense, 2002.
- BARRESI, J. From “the thought is the thinker” to “the voice is the speaker”: William James and the Dialogical Self. *Theory & Psychology*, v. 12, n. 2, p. 237-250, 2002.
- BAUER, J. J.; BONANNO, G. A. Continuity and discontinuity: bridging one’s past and present in stories of conjugal bereavement. *Narrative Inquiry*, v. 11, n. 1, p. 123-158, 2001.
- BHATIA, S. Acculturation, dialogical voices and the construction of the diasporic self. *Theory & Psychology*, v. 12, n. 1, p. 55-77, 2002.
- BERTAUX, D. *Les récits de vie*. França: Nathan, 1997.
- BLUMSTEIN, A.; FARRINGTON, D.; MOITRA, S. Delinquency careers: innocents, desisters, and persisters. In: MICHAEL, T.; MORRIS, N. *Crime and Justice: an annual review of research*. 6. vol. Chicago: University of Chicago Press, 1985. p. 187-219.
- BLUMSTEIN, A.; COHEN, J. Characterizing criminal careers. *Science*, n. 237, p. 985-991, 1987.
- BRAGA, E. S. *Memória e narrativa: da dramática constituição do sujeito social*. 2002. 207 p. Tese Doutorado – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

- BROCKMEIER, J.; HARRÉ, R. Narrative: problems and promises of an alternative paradigm. *Research on Language and Social Interaction*, v. 30, n. 4, p. 263-283, 1997.
- BROCKMEIER, J. Between life and story: possibilities and limits of the psychological study of life narratives. In: MAIERS, W. et. al. (Eds.). *Challenges to Theoretical Psychology*. Toronto: Captus University Publications, 1999. p. 206-213.
- _____. Autobiographical time. *Narrative inquiry. Special Issue on Narrative Identity*, v. 10, n. 1, p. 1-23, 2000.
- BROCKMEIER, J. From the end to the beginning: retrospective teleology in autobiography. In: BROCKMEIER, J.; CARBAUGH, D. *Narrative and identity: studies in autobiography, self and culture*. 1. vol. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins B. V., 2001. p. 247-280.
- BROCKMEIER, J.; CARBAUGH, D. Introduction. In: *Narrative and identity: studies in autobiography, self and culture*. 1. vol. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins B. V., 2001. p. 1-22.
- BRONFENBRENNER, U. *A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados*. Tradução Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- BRUNER, J. *Actual minds, possible worlds*. Cambridge: Harvard University Press, 1986.
- _____. *Atos de significação*. Tradução Sandra Costa. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- CAIRNS, R. B.; CAIRNS, B. D. *Lifelines and risks: pathways of youth in our time*. Cambridge: University Press, 1994.
- CARDIA, N. Direitos humanos e exclusão moral. *Sociedade e Estado*, v. 10, n. 2, p. 343-389, 1995.
- CASPI, A. On the continuities and consequences of personality: a life-course perspective. In: BUSS, D. M.; CANTOR, N. *Personality Psychology: recent trends and emerging directions*. New York: Springer-Verlag, 1989. p. 85-98.
- CHANDLER, M. The time of our lives: self-continuity in native and non-native youth. In: REESE, W. H. (Org.). *Advances in child development and behaviour*. New York: Academic Press. No prelo.
- CLARKE, R. V.; CORNISH, D. B. Modeling offenders' decisions: a framework for research and policy. In: MICHAEL, T.; MORRIS, N. *Crime and Justice: an annual review of research*. 6. vol. Chicago: University of Chicago Press, 1985. p. 147-181.
- CROMWELL, P. F.; OLSON, J. N.; AVARY, D. A. W. *Breaking and entering: an ethnographic analysis of burglary*. London: Sage, 1991.
- DAVIES, B.; HARRÉ, R. Positioning: the discursive production of selves. *Journal for the Theory of Social Behaviour*, v. 20, n. 1, p. 43-63, 1990.
- DENZIN, N. K. *The research act*. Chicago: Aldine, 1973.
- ERICKSON, E. *Identidade, juventude e crise*. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

- _____. *O ciclo de vida completo*. Tradução Maria Adriano Verfssimo Veronese. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
- FARRALL, S.; BOWLING, B. Structuration, human development and desistance from crime. *British Journal of Criminology*, v. 39, n. 2, p. 253-268, 1999.
- FARRINGTON, D. P.; GALLAGHER, B., MORLEY, B., LEDGER, R. J.; WEST, D. J. Unemployment, school leaving and crime. *British Journal of Criminology*, v. 26, n. 4, p. 335-356, 1986.
- FERREIRA, M. M.; AMADO, J. *Usos & abusos da história oral*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- FONAGY, P., HIGGITT, A.; TARGET, M. The Emmanuel Miller memorial lecture 1992: The theory and practice of resilience. *Journal of Child Psychiatry*, v. 35, n. 2, p. 231-257, 1994.
- FRACZEK, A. Violence and aggression in children and youth: a socio-psychological perspective. *European Review*, v. 4, n. 1, 75-96, 1996.
- FREEMAN, M.; BROCKMEIER, J. Narrative Integrity: autobiographical identity and the meaning of the "good life". In: BROCKMEIER, J.; CARBAUGH, D. (Eds.). *Narrative and Identity: studies in autobiography, self and culture*. 1. vol. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins B. V., 2001. p. 75-99.
- FRY, P. Cor e estado de direito no Brasil. In: MÉNDEZ, J. E.; O'DONNELL, G.; PINHEIRO, P. S. (Orgs.). *Democracia, violência e injustiça: o não estado de direito na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 207-231.
- GARCIA MENDEZ, E. Parte I. In: GARCIA MENDEZ, E.; COSTA, A. C. G. *Das necessidades aos direitos*. São Paulo, Malheiros, 1994. p. 11-120.
- GARRO, A. Acesso à justiça para os pobres na América Latina. In: MÉNDEZ, J. E.; O'DONNELL, G.; PINHEIRO, P. S. (Orgs.). *Democracia, violência e injustiça: o não estado de direito na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 307-335.
- GIDDENS, A. *Modernidade e identidade*. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- GÓES, M. C. R. A formação do indivíduo nas relações sociais: contribuições teóricas de Lev S. Vigotski e Pierre Janet. *Educação e Sociedade*, n. 71, p. 116-131, 2000.
- GOLISHIAN, H. A.; ANDERSON, H. Narrativa e self: alguns dilemas pós-modernos da psicoterapia. In: SCHMITMAN, D. F. (Org.). *Novos paradigmas: cultura e subjetividade*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. p. 191-199.
- GOULET, L. R.; BALTES, P. B. (Orgs.). *Life-span Developmental Psychology: research and theory*. New York: Academic Press, 1970.
- GOVE, W. The effect of age and gender on deviant behavior: a biopsychosocial perspective. In: ROSSI, A. S. (Ed.). *Gender and the life course*. New York: Aldine, 1985. p. 115-144.
- HARRÉ, R. *The singular self: an introduction to the psychology of personhood*. London: Sage, 1998.

- HARRÉ, R.; GILLET, G. *A mente discursiva: avanços na ciência cognitiva*. Tradução Dayse Batista. Porto Alegre: ArtMed, 1999.
- HERMANS, H. J. M. Opposites in a dialogical self: constructs as characters. *Journal of Constructivist Psychology*, n. 9, p. 1-26, 1996a.
- _____. Voicing the self: from information processing to dialogical interchange. *Psychological Bulletin*, v. 119, n. 1, p. 31-50, 1996b.
- _____. The Dialogical Self: toward a theory of personal and cultural positioning. *Culture & Psychology*, v. 7, n. 3, p. 243-282, 2001a.
- _____. The construction of a Personal Position Repertoire: method and practice. *Culture & Psychology*, v. 7, n. 3, p. 333-365, 2001b.
- _____. The construction and reconstruction of a Dialogical Self. *Journal of Constructivist Psychology*. Special Issue on the Dialogical Self in relation to Psychotherapy. No prelo.
- HERMANS, H. J. M.; HERMANS-JANSEN, E. *Self-narrative: the construction of meaning in psychotherapy*. New York: Guilford, 1995.
- HERMANS, H. J. M.; KEMPEN, H. J. G. Moving cultures: the perilous problems of cultural dichotomies in a globalizing society. *Journal of American Psychologist*, v. 53, n. 10, p. 1111-1120, 1998.
- HIRSCHI, T.; GOTTFREDSON, M. Age and the explanation of crime. *American Journal of Sociology*, n. 89, p. 553-584, 1983.
- JOSEPHS, I.; VALSINER, J. How does autodiologue work? Miracles of meanings maintenance and circumvention strategies. *Social Psychology Quarterly*, v. 61, n.1, p. 68-83, 1998.
- KEMPF, K. Delinquency: do the dropouts drop back in? *Youth & Society*, v. 20, n. 3, p. 269-289, 1989.
- LARANGEIRA, S. M. G. A realidade do trabalho em tempo de globalização: precarização, exclusão e desagregação social. In: TAVARES DOS SANTOS, J. V. *Violência em tempo de globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 123-141.
- LAUB, J. H.; NAGIN, D. S.; SAMPSON, R. J. Trajectories of change in criminal offending: good marriages and the desistance process. *American Sociological Review*, v. 63, p. 225-238, 1998.
- LEBLANC, M.; LOEBER, R. Developmental criminology updated. In: TONRY, M. & MOORE, M. H. (Eds.). *Youth violence*. Chicago: University of Chicago Press, 1998. p. 115-197.
- LEWIS, M. *Alterando o destino: por que o passado não prediz o futuro*. Tradução Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Moderna, 1999.
- LEVY, P. *As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática*. Tradução Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.
- LIEBLICH, A.; TUVAL-MASHIACH, R.; ZILBER, T. *Narrative research: reading, analysis and interpretation*. London: Sage, 1998.
- LIEBLICH, A.; JOSSELSOON, R. (Orgs.). *The narrative study of lives*, 5. vol. London: Sage, 1997.
- LINELL, P.; MARKOVÁ, I. Acts in discourse: from monological speech acts to dialogical inter-acts. *Journal for the Theory of Social Behaviour*, v. 23, n. 2, p. 173-195, 1993.

- LOEBER, R.; STOUTHAMER-LOEBER, M. Development of juvenile aggression and violence: some common misconceptions and controversies. *American Psychologist*, v. 53, n. 2, p. 242-259, 1998.
- LÖYTTYNIEMI, V. The setback of a doctor's career. In: MCADAMS, D. P.; JOSSELSO, R.; LIEBLICH, A. (Eds). *Turns in the road: narrative studies of lives in transition*. Washington, DC: American Psychological Association, 2001. p. 177-202.
- LUCIUS-HOENE, G.; DEPPERMAN, A. Narrative identity empiricized: a dialogical and positioning approach to autobiographical research interviews. *Narrative Inquiry*, v. 10, n. 1, p. 199-222, 2000.
- MARUNA, S. *Making good: how ex-convicts reform and rebuild their lives*. Washington: APA, 2001.
- MCADAMS, D. P. *The stories we live by: personal myths and the making of the self*. New York: Guilford, 1993.
- _____. Personality, modernity, and storied self: a contemporary framework for studying persons. *Psychological Inquiry*, v. 7 n. 4, p. 295-321, 1996.
- _____. *The person: an introduction to personality psychology*. 3. ed. Fort Worth, TX: Hartcourt, 2001.
- MÉNDEZ, J. E. Problemas da violência ilegal: introdução. In: MÉNDEZ, J. E.; O'DONNELL, G.; PINHEIRO, P. S. (Orgs.). *Democracia, violência e injustiça: o não estado de direito na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 33-38.
- MOFFITT, T. E. Adolescence-limited and life course persistent anti social behavior: a developmental taxonomy. *Psychological Review*, v. 100, n. 4, p. 674-701, 1993.
- NAJMANOVICH, D. El lenguaje de los vínculos: de la independencia absoluta a la autonomía relativa. In: DABAS, E.; NAJMANOVICH, D. *Redes: el lenguaje de los vínculos - hacia la reconstrucción y el fortalecimiento de sociedad civil*. Buenos Aires: Paidós, 1995. p. 33-76.
- NÚCLEO DE ESTUDOS DA VIOLÊNCIA; FUNDAÇÃO SEADE. *O Jovem e a criminalidade urbana em São Paulo: 1989 - 1992*. São Paulo: NEV-USP/SEADE, 1995. (Relatório de Pesquisa NEV - USP).
- OLIVEIRA, Z. M. R.; ROSSETTI-FERREIRA, M. C. Coordination of roles: a theoretical-methodological perspective for studying human interactions. In: MERCER, N.; COLL, C. (Orgs.). *Teaching, learning and interaction: explorations in socio-cultural studies*. 3. vol. Madrid: P. del Rio, 1994. p. 217-221.
- OLIVEIRA, Z. M. R. *Jogo de papéis: uma perspectiva para análise do desenvolvimento humano*. 1988. p. 221. Tese Doutorado - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- PATTERSON, G. R. Ordely change in stable world: the antisocial trait as a chimera. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, v. 61, n. 6, p. 911-919, 1993.
- PATTERSON, G. R.; DEBARYSHE, B.; RAMSEY, E. A developmental perspective on antisocial behavior. *American Psychologist*, v. 44, n. 4, p. 329-335, 1989.

- PERALVA, A. *Violência e democracia: o paradoxo brasileiro*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- PEUTER, J. The dialogics of narrative identity. In: BELL, M. M.; GARDINER, M. (Ed.). *Bakhtin and the human sciences: no last words*. London: Sage, 1997. p. 30-48.
- PEZZIN, L. E. Earnings prospects, matching effects, and the decision to terminate a criminal career. *Journal of Quantitative Criminology*, v. 11, n. 1, p. 29-50, 1995.
- PINHEIRO, O. G. Entrevista: uma prática discursiva. In: SPINK, M. J. (Org.). *Práticas discursivas e produção de sentido no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. São Paulo: Cortez, 1999. p. 183-214.
- PINHEIRO, P. S. Violência, crime e sistemas policiais me países de novas democracias. *Tempo Social*, v. 9, n. 1, p. 43-52, 1997.
- REX, S. Desistance from offending: experiences of probation. *The Howard Journal*, v. 38, n. 4, p. 366-383, 1999.
- RICOUER, P. *Tempo e narrativa (tomo 1)*. Tradução Constança Marcondes César. São Paulo: Papirus, 1994.
- RODLEY, N. S. Tortura e condições de detenção na América Latina. In: MÉNDEZ, J. E.; O'DONNELL, G.; PINHEIRO, P. S. (Orgs.). *Democracia, violência e injustiça: o não estado de direito na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 39-56.
- ROSSETTI-FERREIRA, M. C.; AMORIM, K.; VITÓRIA, T. Emergência de novos significados durante o processo de adaptação de bebês à creche. In: PEDROSA, M. I. (Org.). *Investigação da Criança na Interação Social - Coletâneas da ANPPEP*, v. 1, n. 4, p. 111-143, 1996.
- ROSSETTI-FERREIRA, M. C. *Análise do desenvolvimento humano enquanto uma construção através de uma Rede Dinâmica de Significados*. Ribeirão Preto: CINEDI-USP, 1997. (Projeto Temático - FAPESP).
- ROSSETTI-FERREIRA, M. C.; AMORIM, K. S.; SILVA, A. P. S. Comment: the network of meanings which structures and canalizes interactions, interpretations and comment. *Culture & Psychology*, v. 5, n. 3, p. 337-349, 1999.
- _____. Uma perspectiva teórico-metodológica para a análise do desenvolvimento humano e do processo de investigação. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 13, n. 2, p. 279-291, 2000.
- ROSSETTI-FERREIRA, M. C.; CARVALHO, A. M. A.; AMORIM, K. S.; SILVA, A. P. S. *Rede de Significações: uma nova perspectiva teórico-metodológica*. Porto Alegre: Artes Médicas. No prelo.
- RUTTER, M. Stress, coping and development: some issues and some questions. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, v. 22, n. 4, p. 323-355, 1981.
- _____. Resilience in the face of adversity: protective factors and resilience to psychiatric disorders. *British Journal of Psychiatry*, n. 147, p. 598-611, 1985.
- _____. Continuities and discontinuities from infancy. In: OSOFSKY, J. D. (Org.). *Handbook of infant development*. 2. ed. New York: Wiley-Interscience, 1987. p. 1256-1296.

- _____. Pathways from childhood to adult life. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, v. 30, n. 1, p. 23-51, 1989.
- SAMPSON, R. J.; LAUB, J. H. Crime and deviance over the life course: the salience of adult social bonds. *American Sociological Review*, n. 55, p. 609-627, 1990.
- SAMPSON, E. E. *Celebrating the other: a dialogic account of human nature*. New York: Harvester Wheatsheaf, 1993.
- SARBIN, T. *Narrative psychology: the storied nature of human conduct*. New York: Praeger, 1986.
- SCHAFFER, H. R. The early experience assumption: past, present, and future. *International Journal of Behavioral Development*, v. 24, n. 1, p. 5-14, 2000.
- SHOVER, N. & HONAKER, D. The socially bounded decision making of persistent property offenders. *The Howard Journal*, v. 31, n. 4, 276-293, 1992.
- SILVA, A. P. S. Continuidade/Descontinuidade no envolvimento com o crime: uma discussão crítica da literatura na Psicologia do Desenvolvimento. *Psicologia: Reflexão e Crítica*. v. 15, n. 3, p. 573-585, 2002.
- SILVA PEREIRA, T. *Direito da criança e do adolescente: uma proposta interdisciplinar*. Rio de Janeiro: Renovar, 1996.
- SPINK, M. J. O conceito de representações sociais na abordagem psicossocial. *Cadernos de Saúde Pública*, v.9, n. 3, p. 300-308, 1993.
- SPINK, M. J.; LIMA, H. Rigor e visibilidade: a explicitação dos passos da interpretação. In: SPINK, M. J. (Org.). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano*. São Paulo: Cortez, 1999. p. 93-122.
- SPINK, M. J.; MENEGON, V. M. A pesquisa como prática discursiva: superando os horrores metodológicos. In: SPINK, M. J. (Org.). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano*. São Paulo: Cortez, 1999. p. 63-92.
- SPINK, M. J. A incredulidade frente às metanarrativas: polissemia e intersubjetividade no debate epistemológico contemporâneo. In: PASSOS, C. (Org.). *Fonoaudiologia: recriando seus sentidos – interfaces*. São Paulo: Plexus, 1996. p. 29-43.
- STATTIN, H.; ROMELSJÖ, A.; STENBACKA, M. Personal resources as modifiers of the risk for future criminality: an analysis of protective factors in relation to 18-years-old-boys. *British Journal of Criminology*, v. 37, n. 2, p. 198-223, 1997.
- TAPPAN, M. B. Autobiography, mediated action and the development of moral identity. *Narrative Inquiry*, v. 10, n. 1, p. 81-109, 2000.
- TAYLOR, I.; WALTON, P.; YOUNG, J. *Criminologia crítica*. Tradução Juarez Cirino dos Santos e Sérgio Tancredo. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.
- TFOUNI, L. V. *Letramento e alfabetização*. 5. ed. São Paulo: Cortez. (Coleção Questões da Nossa Época; v. 47).
- THORNBERRY, C. E. (Ed.). *Advances in criminological theory: developmental theories of crime and delinquency*. 6. vol. New Brunswick: Transaction, 1997.

- TODOROV, T. Prefácio. In: BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. Tradução Maria Ermantina Galvão G. Pereira. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000. p. 1-24.
- TOURAINE, A. Prefácio. In: PERALVA, A. *Violência e democracia: o paradoxo brasileiro*. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 11-16.
- VALSINER, J. *Culture and the development of children's actions*. New York: John Wiley, 1987.
- _____. *Personality: a sociogenetic approach*. Cambridge: Harvard University Press, 1996.
- VALSINER, J.; VAN DER VEER, R. Desde el gesto hasta el self: perspectivas comunes en las sociopsicologías de Georg Herbert Mead y Lev Vygotski. In: PÁEZ, D; BLANCO, A. *La teoría sociocultural y la psicología social actual*. Madrid: Aprendizaje, S L, 1996. p. 63-73.
- VARELLA, D. *Estação Carandiru*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- VYGOTSKY, L. S. *Pensamento e linguagem*. Tradução Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1987.
- _____. *A formação social da mente*. Tradução José Cipolla Neto, Luis Silveira Menna Barreto, Solange Castro Afeche. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- _____. Manuscrito de 1929. *Educação e Sociedade*, n. 71, p. 21-44, 2000.
- WEREBE, M. J. G.; NADEL-BRULFERT, J. (Orgs.). *Henri Wallon*. Tradução Elvira Souza Lima. São Paulo: Ática, 1986.
- WIEVIORKA, M. O novo paradigma da violência. *Tempo Social*, v. 9, n. 1, p. 5-42, 1997.
- WORTHAM, S. Interactional positioning and narrative self-construction. *Narrative Inquiry*, v. 10, n. 1, 157-184, 2000.
- YAZLLE, C. H. D. *Pré-escolas convivendo com a paralisia cerebral: uma análise do processo de inclusão / exclusão*. 2000. 177 p. Dissertação Mestrado – Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, USP, Ribeirão Preto.
- ZALUAR, A. Crime e castigos vistos por uma antropóloga. In: BINGEMER, M. C.; BARTHOLO JR, R. S. (Orgs.). *Violência, crime e castigo*. São Paulo, Loyola, 1996. p. 55-84.

Anexo 01 – LINHA DE VIDA (JUAN)

1950	1967	1970	1970/1971	1974	1979	1983 / 1984	1987
Nascimento (em cidade do interior) Cresce em outra cidade da mesma região Trabalho – venda sardinha com pai Interrompe estudo – 3.ª série	Vai para capital Conhece amigos que usam drogas – inicia o uso Jogo sinuca	Volta para cidade de crescimento Toca instrumentos – surdo e pandeiro	Envolve-se em brigas – motivo mulheres Briga com pai da namorada – processo e alguns dias preso	Um rapaz morre em uma das brigas – 40 dias preso Iniciam brigas com irmãos do rapaz	Casamento Amante de dona de um clube de forô Pára de trabalhar – torna-se gigolô da amante	Briga com amante Acusado pela amante de roubo – 7 dias preso para reconhecimento Bate na amante que faz BO – foge para outra cidade por uns 20 dias	Se separa da esposa Começa a dar cobertura em assaltos Cheque roubado Fuga da polícia – prisão 7 meses outra cidade Volta para sua cidade Trabalho – escola agrícola; bar
IMPORTÂNCIA ATRIBUÍDA							
... eu tinha vergonha de estudar... porque a gente era muito pobre... num tinha sapato prá pôr no pé através do estudo a gente cresce	eu conheci os personagens com o qual eu... foi aí que... eu nunca tinha pitado maconha. Aí me ofereceram e eu fumei a maconha pela primeira vez.	Andei dando uns murro no pai dela, a polícia veio... Primeira cadeia que eu tive (pausa), por causa da menina que... eu lá casé Eu tinha uma facilidade... pra ganhá mulher. E com isso eu me envolvi em muitas brigas	a gente não sabia que as mulheres eram dos cara... Elas foram atrás de nós. Nós preso, sem sabê o que fazé. Porque através dum tapa a gente ficou cum pobrema seriíssimo na vida	Aí eu passei a frequentá zona... e mulher de zona, por incrível que pareça, ela leva um home a loucura	Ela inventô um monte de coisa minha aí que... os homem foi na minha casa e me enquadro eu... me enquadro e rapô memo.	virô um inferno, né, porque a mulher depois que ela discutiu que eu tinha outra amigada, aquele rolo todo, a vida criou outro rumo Dipois que eu larguei da minha ex-mulher. Aí fiquei nessa vida, aí, pá.	Nessa ida embora minha, eu comecei té pobrema maiores, que eu comecei envolvê co...co...co... com gente mais ruim, né. Malandros, ladrões, que robavam Mais aí eu comecei encontrá dificuldade no bar
DESCRIÇÃO DE SI							
eu era moleque rebelde ... o único que deu pobrema fui eu	Fumei, na realidade eu gostei! Eu me divertia, achava bão... a gente ia em baile, dançava nos bailes, né. A gente jogava sinuca.	eu sempre gostei de tocad...na verdade não é tocad, isso querquê um tocad, né. é umas...baté lata como diz o outro.	Eu tava co a cabeça quente Eu ganhava mulher muito fácil, sabe... Tive muito pobrema, com briga. Briga pra lá, briga pra cá, né.	E eu me julgava inocente... me julgo inocente até hoje porque eu não num relei a mão... Virei bandido. Comprei um revólver prá mim... aí eu virei brigadô	Eu era o tipo do cara que era violento. Eu era errado barbaridade O gigolô só eu. Então, ela conta co gigolô, e eu tenho que tirá o dinheiro do cara	E eu ficava lá, né, colocava 4, 5 preso e eu ficava no meio dos preso Apanhei pa caramba lá, mais num intreguei. Num intreguei e fiquei preso	Eu trabalhava seriamente no bar. E eu comecei ficá disisperado, sabe. Eu largado da mulher

	1990	2001
No bar, venda de droga	Atual esposa pede para parar	Trabalho como empacotador e escola de samba
Fornecedor de droga é preso com seu cheque	Pensa em matá-lo	A doença - problema renal
Polícia revista bar: encontra arma - preso 3 dias		Entrevista
IMPORTANCIA	ATRIBUICA	
Do dia que ela fez pra mim pará... aí, eu parei de fazer esse tipo de negócio a vivo com ela até hoje	O refrão de eu pará de fazer o que eu fazia antes, chama a atenção de quem está de verdade. Eu arrumei uma mulher que eu passei a amá-la	a doença faz a gente refletir muito né, faz a gente pensar muito lá atrás
E eu com medo de... de sair da casa e ir até nos local, de medo da polícia me segui	Al eu senti traído, nessa aí eu senti traído. Nessa aí que um vagabundo se sentia traído, é a lei do cão	alguma coisa que tem que pagar na vida
E eu com medo de... de sair da casa e ir até nos local, de medo da polícia me segui	Eu passei uma colcha na minha cabeça: me tornei um bundão mole... deixei a virgênia de lado	doença foi feita pra quebrar o orgulho do homem, que o homem é muito orgulhoso
E eu com medo de... de sair da casa e ir até nos local, de medo da polícia me segui	Eu passei sa um cara puto, através dessa mulher	Eu não consegui nada até hoje
E eu com medo de... de sair da casa e ir até nos local, de medo da polícia me segui	Toquei esse bafú que me quitorze anos na minha vida, sem malandragem	...mas que eu não acho que eu posso esperar dessa vida
E eu com medo de... de sair da casa e ir até nos local, de medo da polícia me segui	Passai a sê aquele cara trabalhado.	agora, daqui pra lá? Nada. Não tenho nada que esperar, né. Eu ainda quero viver mais dez anos.
E eu com medo de... de sair da casa e ir até nos local, de medo da polícia me segui		E hoje eu to vivo e vivo pra dar conselho... pra qualquer pessoa que estiver lá no mal caminho.

Anexo 02 – LINHA DE VIDA (SALVADOR)

1955/1956	1967	1968	1969	1971	1972	1973	1975	1977	1978
Nascimento	Traição de mãe e separação dos pais	Briga e abandono da escola Mora com avó paterna	Mora com pai	Volta a morar com a mãe	Primeiro ato infracional (furto de carro com dois amigos) Primeira apreensão (cadeia de menores)	Transferência para instituição de atendimento ao adolescente infrator	Retorno para casa Inicia escola profissionalizante (noturno), durante dia trabalho. Abandono da escola	Conhece um novo amigo e começa a cometer novos atos infracionais Resistência à prisão (tiro na cabeça)	Um novo amigo; vão p' capital Prisão (cidade origem) Outras Prisões
IMPORTÂNCIA ATRIBUÍDA									
Antes de tudo isso a minha infância era, era boa. Era normal, eu estudava, brincava normal, é, num tinha aquele, aquele problema dentro de casa. Quê dizê, eu tinha, eu tinha um lar, uma casa.	É quase que assim um trauma sabe Tive que vivê o problema de infância que eu vivi, talvez prá podê entender outros que teve o mesmo problema que eu.	A minha saúde era começá brigá na escola, num li; noosa, sei de casa e num voltava.	Nós dividia a comida na hora do almoço e na hora da janta... Eu subia no trator e ficava o dia todo com ele.	voltei. Foi aí que eu comecei nessa vida. Eu ficava na rua mais num ficava cum ela	Nem pensamo se era certo ou se era errado conheci outros, e outros e mais outros né. Aí quando eu sei do lá eu já sai com a idiô já mais...	Foi lá que eu aprendi também a lê e escreví melhor que eu já sabia. Então lá, a minha vida mudou um pouco. Foi quando eu conheci a Pe A	Só que o problema... que eu tinha, ele não num, num tinha passado ainda. Aí quando eu voltei prá casa... aí começou tudo de novo... Retornei a cometê delitos novamente.	Aí eu fui... (silêncio 10 seg)... aí agora começa pesá.	Com esse outro parceiro foi que as coisas começaram a ficar mais grave né. Quer dizer, comecei a praticá crime mais pesado.
DESCRIÇÃO DE SI									
eu sempre fui o mais esperto... minha mãe... fala que eu robei a esperteza dos outros... Eu sempre fui ativo, nas coisas assim, sei lá. Até invejo pessoas que tem a família formada, certinho	Eu sabia o que era mas eu queria que num fosse... que eu tava enganado, que num era aquilo Será que era aquilo, que aconteceu? Que me fez ser do jeito que eu fui, do jeito que eu sou.	Ah, briguei na escola. Nossa, briguei até com a professora. Vich, eu era esquilato prá caramba E eu, num... assim, eu queria falar, mais eu tinha medo		eu num sei se eu tava cum raiva dela, e que é que eu tinha. Mais eu num queria ficar lá, cum ela	Mas eu não tinha consciência de, que... se eu tava certo ou errado. Uma válvula de escape prá mim fugi daquilo que eu vinha sentindo... aí, eu tinha como divertimento, aventura	me senti bem; foi como se eu tivesse volta do pra uma, pra minha casa né.	Porque antes eu só furtava, né. Aí eu comecei a assaltá.	deu voz de prisão, e a gente não obedeceu e houve uma troca de tiro e eu fui baleado	

1993	1994	1997		1991	1992		1997	1999	2000
Saída da prisão em albergue (condicional) Mora em outra cidade (uma semana) Mora com irmão e trabalho (loja, garagem, lanchonete, cobrador ônibus)	Volta a praticar delitos e tentativa de homicídio	Prisão pela tentativa de homicídio (pena 10 anos e 8 meses); capital, presídios de outras cidades	Nascimento dos filhos (um menino e uma menina)	Regime Semi-aberto e fuga Conversa com a mãe	Prisão	Rebelião no presídio (morte de dois carcereiros) Tentativa de rebelião fracassada na capital (tentativa de homicídio de um preso)	Retorno para casa Doença (hepatite); Infecção intestinal - hospitalizada	Em novembro - entrevistas	Janeiro - briga (levou tiro no rosto) troca de tiros Agosto - morte meningite
IMPORTÂNCIA ATRIBUÍDA									
Mais aí houve um problema, com uma, com 2 pessoas que se tornô meus inimigo né. A gente brigou, discutiu... motivo também que... e eu feri um deles				foi um atívio conversá com ela		Queira ou não queira ô tá fazendo parte. Tam que ô... tá no meio aii ô tá acaba entrando. Isso é imposição. Se você não fazê ô tá arriacado morré. Tá arriacado não: vai morré.			
DESCRIÇÃO DE SI									
			num sei se é meu gênio, sistemático também			Eu tenho que falá assim: das nossas idéia; não tem outro jeito, outro termo. Eu sou consciente, eu sei de tudo que tá acontecendo. Eu tenho que agir...tenho que matá ele		Eu num sô capaiz da falá, se eu vô o num vô... num sei Paraça que eu num tô chegando a lugar nenhum Sinto dentro de mim que eu tenho essa missão de ajudá	

Anexo 03

CARACTERIZAÇÃO GERAL DA ENTREVISTA - JUAN

Entrevista	Única
Data	30/01/2001
Local	Centro de Saúde
Tempo aproximado	3 horas
Quantidade de linhas transcritas	2049
Blocos Temáticos	1. Infância, primeiros atos e brigas; 2. O primeiro problema; 3. A vingança e a morte de um rapaz; 4. O processo; 5. Depois do processo: brigador; 6. As mulheres; 7. A descoberta da amante pela esposa; 8. As brigas com a amante; 9. A separação da esposa; 10. Depois da separação; 11. O trabalho, o bar e o tráfico; 12. A atual companheira; 13. Os filhos; 14. A doença; 15. Os estudos; 16. As más companhias, mulheres e homens; 17. Sobre as consequências de sua vida; 18. A recuperação; 19. Amigos; 20. Mulheres; 21. A juventude; 22. A cadeia; 23. A situação do país; 24. FEBEM; 25. Proposta para os presos; 26. O envolvimento e a saída.
Posições na entrevista	filho, garoto rebelde, pobre, jovem, conquistador, brigador, submisso em relação à mulher, desafiador, desafiado, traído, leal, homem, inofensivo, inocente, culpado, incapaz de matar, preso, livre, perseguido, bandido, capaz de matar, gigolô, casado, violento, mantido por mulheres, errado, vítima, com bom nome na malandragem, com medo, mulherengo, envolvido com ladrões, trabalhador, traficante, bunda mole, conselheiro, pai, com vergonha, responsável, amante, debilitado, sofredor, empregado, pecador, prejudicado, que crê em Deus, que desiste, respeitado, experiente, sem perspectiva, sem mulher, doente, que gostava de jogar e tocar instrumentos musicais, leão, bunda-mole, pecado, amigo, peixe pequeno, pré-destinado, que causou sofrimento, sem estudo, que ajuda os presos, usuário de droga, ladrão de galinha, homem cansado, indignado, desesperado, que ainda compra coisas roubadas.
Conjunto de posições	em relação às mulheres em relação aos homens vítima culpado/inocente pró-social auto-reflexivo
Estrutura narrativa e construção da temporalidade em três momentos	(1) relato dos envolvimento com atos ilegais, com certa linearidade, articulado principalmente pelos eventos de relacionamentos com mulheres. Possui a característica de ser pouco reflexivo e mais histórico-descritivo (tempo verbal usado é predominantemente no passado); (2) narrativa dos motivos de ter deixado de praticar tais atos, abrindo para reflexões e impressões sobre os motivos (mistura passado e presente); (3) momento atual (tempo verbal no presente e futuro), marcado pela vivência e experiência de doença; nesse momento também apresenta reflexões sobre os motivos que levam uma pessoa a cometer crimes.

Anexo 04

CARACTERIZAÇÃO GERAL DA PRIMEIRA
ENTREVISTA - SALVADOR

Entrevista	Primeira
Data	07/10/1999
Local	Centro de Atendimento Psicológico
Tempo aproximado	2 horas
Quantidade de linhas transcritas	1393
Blocos Temáticos	1.Dificuldade em iniciar; 2.Primeira vez; 3.Outros atos e primeira apreensão; 4.Outras prisões; 5.Na instituição para infratores ; 6.A volta para casa; 7.Outro amigo; 8.Outro amigo e ida para São Paulo; 9.Volta para sua cidade, nova prisão; 10.Liberdade: albergue; 11.Dentro da prisão; 12.A missão; 13.A organização na cadeia; 14.O fracasso da rebelião; 15.O retorno para o presídio; 16.Aviso para não por o nome das pessoas; 17.Missão, 18.Rebelião em presídio anterior.
Posições na entrevista	moleque, inconsciente do certo ou errado, envolvido com crime, auto reflexivo, que foge do problema da família, não envolvido no crime, mais envolvido no crime, preso, consciente do certo e do errado, reticente a contar, missionário, incerto quanto ao futuro, submetido à situação, esperto no mundo do crime, leal no mundo do crime, que quase mata um preso, que salva a vida do preso, observador, com poder no crime, pré-destinado, que confia ou desconfia, trabalhador, livre, incapaz de matar, capaz de matar, sistemático, ético, com medo, experiente, que ajuda os outros, respeitado, missionário.
Conjunto de posições	envolvimento com crime consciência do ato reflexão confiança/desconfiança poder/autonomia.
Estrutura narrativa e construção da temporalidade	Ao longo de toda a entrevista, existem "interrupções" da linearidade histórica por e para reflexões acerca do envolvimento com o crime e de si, caracterizando a entrevista num movimento de tensão/deslize alternado entre narrativa linear dos acontecimentos e reflexão sobre eles e sobre seus atos. Esse movimento marca a entrevista com um uso do tempo verbal não apenas no passado, mas também no presente. As introduções de novos blocos temáticos são por vezes anunciadas com expressões que sugerem ou indicam um envolvimento gradativo.

Anexo 05

CARACTERIZAÇÃO GERAL
DA SEGUNDA ENTREVISTA - SALVADOR

Entrevista	Segunda
Data	14/10/1999
Local	Centro de Atendimento Psicológico
Tempo aproximado	2 horas e 30 minutos
Quantidade de linhas transcritas	1738
Blocos Temáticos	1.Conversa sobre atraso; 2.O que aconteceu (trama familiar); 3.A região; 4.A percepção de algo diferente; 5.O medo; 6.O dia da descoberta pelo pai; 7.O abandono da escola; 8.Morar com a avó; 9.Morar com o pai; 10.Retorno para a casa da mãe; 11.A instituição para infratores; 12.Conversa com a mãe; 13.Infância; 14.A construção de uma nova explicação; 15.Os livros espíritas; 16.O socorro e a pessoa; 17.Nada é fatalidade, acaso ou coincidência; 18.Livro: Grilhões Partidos; 19. A síntese.
Posições na entrevista	criança, esperto e malicioso, filho, pré-destinado, reflexivo, incerteza em relação ao futuro, com medo, desorientado, observador, envolvido com o crime, consciente, que lê e busca explicação, que acredita em algo, que ajuda outros, auto-reflexivo, experiente, que escreve sobre si, filho, missionário, ex-presidiário, interno e preso, trabalhador, pai, ativo.
Conjunto de posições	em relação à mãe consciência do ato reflexão poder/autonomia
Estrutura narrativa e construção de temporalidade	Relato bastante detalhado sobre o que imagina ter influenciado a sua entrada e permanência. Os temas situam seu relato em um nível muito mais psicológico e místico do que o meramente histórico, mais característico da primeira entrevista. Também nessa entrevista, os tempos verbais deslizam entre o passado e presente, aparecendo em alguns momentos referência ao futuro.

Anexo 06

CARACTERIZAÇÃO GERAL
DA TERCEIRA ENTREVISTA - SALVADOR

Entrevista	Terceira
Data	09/11/1999
Local	Centro de Atendimento Psicológico
Tempo aproximado	1 hora
Quantidade de linhas transcritas	700
Blocos Temáticos	1. Solicitação para terminar antes; 2. A vida depois de 1983; 3. A companheira; 4. Pe Antônio e a doença no hospital; 5. Volta a falar depois de 1983; 6. A possibilidade de retorno à prática de delitos; 7. A situação não dita com a companheira; 8. Autonomia da pessoa; 9. O sistema prisional.
Posições na entrevista	que quer contar, que tem dificuldade em relatar o ocorrido, submetido à situação, reflexivo, incerto quanto ao futuro, pai, trabalhador, auto-reflexivo, doente, que precisa e confia no padre, consciente, inconsciente, submetido, preso, missionário, usuário de droga, experiente, tenta ajudar os presos.
Conjunto de posições	envolvimento com o crime consciência do ato confiança reflexão
Estrutura narrativa e construção da temporalidade	Toda a terceira entrevista é permeada por uma extrema dificuldade de relatar o ainda não dito, havendo retomadas sucessivas do já explicitado em outras entrevistas.